



José Carlos Pereira Lourenço

ATORES SUB-ESTATAIS, IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO

UM MODELO DE ANÁLISE INTERMÉDIO EM POLÍTICA INTERNACIONAL

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e da Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Fevereiro de 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

José Carlos Pereira Lourenço

ATORES SUB-ESTATAIS, IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO

Um modelo de análise intermédio em política internacional

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de
Estudos da Paz e da Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Professora Doutora Maria Raquel Freire

Coimbra, 2016

AGRADECIMENTOS

Queria de uma forma breve mas sentida, dedicar algumas palavras de agradecimento, àqueles e àquelas que me apoiaram para que finalizasse esta dissertação.

Aos Professores do MRI, pela disponibilidade que sempre demonstraram em ajudar, quer seja de forma presencial, quer seja também através de correspondência eletrônica, sendo que esta ajuda, que é tantas vezes decisiva, não tem quanto a mim o merecido reconhecimento.

Aos meus colegas de MRI, também pela vontade de ajudar e criticar construtivamente.

Uma palavra muito especial também às instituições russas, a Kuban State University, pela forma como tudo fez para que o meu trabalho de pesquisa tivesse o maior sucesso, e onde o meu ponto oficial de ligação foi a Professora Elena Morozova. Obrigado pela coordenação, entrevistas, visitas, conferências e todas as outras atividades que me permitiram conhecer a realidade de Krasnodar.

À Professora Raquel Freire, a minha orientadora, obrigado por ter partilhado a sua sapiência, disponibilidade, ajuda, compreensão e motivação.

Finalmente e não menos importante, a estrutura familiar que sempre me suportou e que sem dúvida foi o pilar central deste trabalho.

RESUMO

O estudo da política internacional continua, ainda que em menor escala, a ser dominado por uma abordagem com raízes na tradicional análise do ator estado. Com o objetivo de contribuir para uma maior pluralidade no entendimento dos atores, esta dissertação procura colocar o seu objeto de estudo, num plano intermédio entre o local e o nacional, seguindo uma matriz não materialista e conferindo especial foco ao valor das ideias na análise do comportamento dos atores. Como tal, pretende-se sublinhar a importância do fator identidade ao nível dos atores subestatais, uma vez que estes, entendidos como atores ativos na vida política e social, e dotados de estruturas políticas e administrativas, podem ser uma estratégia para o consenso e mobilização, em torno dos interesses locais e nacionais. Assim, entendendo aqui local como regional, e entendendo identidade regional como identidade subestatal, escolheu-se a região de Krasnodar, um subestado da Federação Russa, como o estudo de caso desta dissertação. Através da análise da identidade de Krasnodar, procura-se saber em que medida a identidade regional influencia a segurança, a estabilidade regional e a política externa da Federação, bem como em que medida a região pode ser um agente de transformação. Este trabalho argumenta que os atores subestatais desempenham um papel fundamental na procura da segurança e estabilidade regional, sendo a identidade comum, uma estrutura basilar. Assim sendo, quando esta estrutura é característica da região, permite por um lado encontrar formas inclusivas e tolerantes, que estão acima das diferenças culturais, tornando as regiões, atores de segurança e política externa. Esta característica por outro lado, impede que as instituições regionais adotem uma postura que implemente medidas securitárias, essencialistas e discursos dominantes, que não são mais que a procura de segurança através da produção de insegurança, com vista a atingir objetivos elitistas que produzem o separatismo e a marginalidade. Neste sentido, os atores subestatais ao ocuparem uma posição intermédia têm um papel determinante enquanto agentes ativos de transformação da realidade imposta.

Palavras-chave: construtivismo; atores sub-estatais; identidade regional; segurança; e política externa.

ABSTRACT

The study of international politics continues, albeit on a smaller scale, to be dominated by an approach rooted in traditional analysis of state actor. In order to contribute to greater plurality of actors' analysis, this dissertation seeks to place its object of study at an intermediate level between the local and the national, following a non-materialistic matrix with special focus on the role of the value of ideas in the analysis of actors' behavior. Therefore, it intends to underline the importance of identity factor at the level of sub-state actors, as these, understood as active actors in political and social life, and endowed with political and administrative structures, may be a strategy for consensus and mobilization around local and national interests. Thus by understanding local as regional, and regional identity as sub-estate identity, Krasnodar, the sub-state region of the Russian Federation, has been chosen as the case study of this thesis. The aim of analysing the identity of the Krasnodar region is to learn to what extent regional identity influences the security, regional stability and the Federation's foreign policy, as well as the actor region can be an agent in the transformation of reality. This study defends that sub-state actors play a key role in the security demand and regional stability, being common identity a basic structure. Thus, when this structure is a characteristic of the region, on the one hand, it allows to find inclusive and tolerant forms that are above cultural differences, which leads to making the regions, security and foreign policy actors. This feature on the other hand, prevents regional institutions from adopting a posture that implements security measures and dominant discourses, which are nothing more than the pursuit of security through the production of insecurity, in order to achieve elitist goals that produce separatism and marginality. In this sense, the sub-state actors, by occupying an intermediate plan, play a crucial role as active agents in transformation of imposed reality.

Keywords: constructivism; sub-state actors; regional identity; security; and foreign policy.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEI	Comunidade de Estados Independentes
CFR	Constituição da Federação Russa
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FR	Federação Russa
GF	Guerra Fria
KCA	Kuban Cossak Army
KSU	Kuban State University
PE	Política Externa
RSFSR	República Socialista Federativa Soviética da Rússia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. O Papel dos Atores Sub-estatais em Política Internacional	1
1.2. A visão de outros autores relativa ao ator região	4
1.3. Modelo de análise conceptual	10
1.4. Metodologia utilizada na investigação.....	16
1.5. Estrutura da dissertação.....	16
2. IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO: DO CONSTRUTIVISMO À CRÍTICA EM POLÍTICA INTERNACIONAL.....	19
2.1. O processo de construção e evolução das identidades e as suas dimensões de análise	24
2.1.1. Dimensão individual da identidade	25
2.1.2. Dimensão regional da identidade	28
2.2. Identidade, interesse e poder	32
2.3. A relação identidade, segurança e política externa	36
2.4. Conclusão	41
3. CONTEXTO HISTÓRICO GLOBAL – AS POLÍTICAS E AS TRANSFORMAÇÕES NA IDENTIDADE RUSSA APÓS O SÉCULO XIX	45
3.1. A identidade em função da história política durante o Império Russo	51
3.2. A construção da identidade Soviética	54
3.3. A identidade e o lugar da Rússia no mundo pós URSS.....	61
3.4. Conclusão	65
4. IDENTIDADE, SEGURANÇA E POLÍTICA EXTERNA: KRASNODAR ENQUANTO ATOR SUB-ESTATAL.....	69
4.1. Enquadramento geral de Krasnodar Kray	70
4.2. A formação da identidade de Krasnodar.....	73

4.3.	Krasnodar e segurança regional	78
4.4.	Krasnodar e política externa	80
4.5.	Análise crítica ao ator Krasnodar	83
4.6.	Conclusão	87
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
7.	ANEXOS	
7.1.	I - Modelo das entrevistas	103
7.2.	II - Mapa da Federação Russa	105

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Papel dos Atores Sub-estatais em Política Internacional

Não obstante a crescente evolução e transversalidade na análise do campo das relações internacionais (campo esse que tem ganho novas formas e novas dimensões sobretudo com o pós Guerra Fria-GF), essa análise tem demonstrado ser, deste ponto de vista, uma abordagem focada maioritariamente no ator estado e no papel deste em política internacional. Obviamente que os estados têm tido o seu papel e a sua importância e não se pretende com este trabalho tirar visibilidade a essa ação, pois é o estado através do seu governo quem toma as decisões. No entanto, tem sido também este estado que nas últimas décadas tem sido desafiado no que concerne à responsabilidade, causas e consequências de determinados conflitos, principalmente ao nível interno. Assim, será que por trás deste papel do estado, não estão também outros atores, dos quais as suas características e importância é por vezes minorizada ou tida como irrelevante?

Por outro lado e olhando para o sistema internacional por um prisma conservador, como sendo uma povoação de estados, é também este estado que sob o escrutínio de alguns críticos incorpora regimes poderosos/autoritários e sociedades alienantes, que em nome da identidade nacional, segurança, estabilidade e política externa, mantem oprimidos os seus homens e as suas mulheres, como se não houvesse outra forma de rumar a uma sociedade mais livre e mais justa (Nogueira e Messari, 2005: 138-139). Assim, embora o estado seja ainda visto tradicionalmente como sendo uma estrutura protetora contra as ameaças externas (Kay, 2006: 71), ameaças essas mais objetivas e materiais, com a importância dada ao papel das ideias em geral e à identidade pelo construtivismo em particular, tem havido um esforço no sentido de olhar e entender melhor a realidade para lá de uma epistemologia positivista (McSweeney, 2010: 3), onde se destaca o papel, a importância e a identidade de outros atores, como potenciais agentes, desta feita de transformação da realidade

que lhes é imposta, como não sendo a única forma de se conseguir a paz, a segurança e a estabilidade.

Desta forma, este trabalho tem por objetivo abordar esta e outras questões, seguindo para isso uma matriz não materialista, dando destaque ao valor das ideias na análise do comportamento dos atores, atores esses que são personagens do filme “realidade”. Como tal, destaca-se a importância do fator identidade, em especial noutras dimensões além da nacional, pois esta tem sido analisada principalmente ao nível do ator estado, enquanto elemento central de análise política doméstica e internacional, uma vez que segundo Wendt (2007: 2) através da identidade nacional é possível compreender e prever o comportamento de um país na arena política internacional. Portanto, insistir no ator estado e na identidade do mesmo, não atendendo que a identidade do estado é um processo de construção contínuo, com base em normas (internas e externas), regras e valores, bem como nas identidades, usos e costumes das regiões, zonas e territórios que o compõem, pode-se estar a descurar pressões e influências de valor acrescentado, que são cruciais na análise. Como tal, de modo a contribuir com uma abordagem e uma crítica que pretende encontrar o meio-termo entre o reducionismo e o holismo (Soltani, 2014: 167), acha-se importante virar o foco para as ações dos outros atores envolvidos além do estado, onde se inserem os atores sub-estatais, como sendo uma parte importante do estado e da identidade nacional enquanto agentes e enquanto potenciais atores de transformação.

Assim, tendo este trabalho em vista o apoio de uma linha mais plural no quadro da análise dos atores, procurando dar mais visibilidade aos atores sub-estatais, estes, são aqui entendidos como sendo todo o conjunto de estruturas organizadas, política, económica, cultural e socialmente, que embora detendo poder legítimo, este se encontra sempre condicionado às diretivas de um poder central (Paasi, 2009: 122). Desta forma, enquadram-se no conceito de atores sub-estatais – repúblicas, territórios e regiões, bem como divisões administrativas de um estado ou de uma federação. Como tal, são estes os outros atores e a identidade dos mesmos, os agentes cuja importância aparece por vezes camuflada ou invisibilizada pelo ator estado e pela identidade nacional, resultando sempre numa precedência dos interesses destas estruturas estatais, sobre os

interesses das minorias sub-estatais (Nogueira e Messari, 2005: 156). Neste sentido e querendo contrariar essa tendência, este estudo na sua análise irá focar-se nas regiões ou subestados da Federação Russa (FR), as quais, enquanto atores de nível cada vez maior quer no plano nacional quer no plano internacional, não têm merecido a atenção necessária.

Para isso, e não negando que o estado e a identidade nacional foram e ainda são fatores determinantes na identificação territorial, também o papel e a importância das regiões tem ganho o seu terreno, na medida em que estas são cada vez mais uma parte importante no sistema político, económico, social e cultural da região e do país. Este papel acarreta o cunho de uma identidade própria, a identidade regional, que vale a pena também ser estudada e destacada de outra forma e de outra perspectiva (Fitjar, 2010: 522). Como tal, tendo presente que segundo Wendt (2007: 224) a identidade é subjetiva e é uma unidade de base qualitativa que está enraizada no próprio entendimento dos atores, este trabalho pretende, pela mão do ator região e da identidade regional trazer para um debate mais sério o conceito de atores sub-estatais, procurando compreender em que medida, estes atores através das suas características identitárias particulares têm um papel ativo na segurança e na política externa do país, bem como podem ser agentes de transformação da realidade.

Com vista a melhor enquadrar esta problemática, que é o objetivo central do estudo, achou-se por conveniente formular as seguintes questões derivadas, com o intuito de analisar em maior detalhe os objetivos específicos do trabalho, de modo a dar posteriormente uma resposta mais coerente à questão diretriz. Como tal, as questões que se colocam são: que fatores estão na base de um forte sentido de identidade regional? Regiões com estas características identitárias são regiões com maiores índices de estabilidade e segurança? Em que medida o ator região pode ter influência no curso da política externa do país? E, de que forma os atores sub-estatais, representados aqui pela região em estudo podem e devem ser agentes ativos na transformação? Estas perguntas pretendem complementar o núcleo de análise deste trabalho, sendo o estudo de caso escolhido, a região de Krasnodar, um subestado da Federação Russa situado no Cáucaso Norte junto ao Mar Negro.

Argumenta-se que os atores sub-estatais têm um papel fundamental na estabilidade e segurança regionais, sendo a identidade uma das estruturas de base. Uma região, construindo uma identidade comum, consegue ser uma instituição de tolerância e inclusão, que está acima de diferenças étnicas, religiosas ou nacionalistas. Argumenta-se também, que as regiões além de terem uma influência na política externa, a qual é mais indireta que direta, são também o alvo dessa política, por serem parte do país e por terem uma identidade comum. Por último argumenta-se ainda que os atores sub-estatais podem ter um papel central no entendimento e transformação da realidade. Esse papel pode ir além das rubricas da segurança e política externa, pois os atores sub-estatais com base na sua identidade comum, podem ser agentes libertadores da opressão do estado e da estrutura internacional, promovendo possibilidades de contribuição livres e diretas na vida política e social.

1.2. A visão de outros autores relativa ao ator região

O estudo de um país como a Rússia e em particular das suas regiões tem sido um quebra-cabeças para todos aqueles que se interessam por esta temática. Curiosamente, já Winston Churchill (*apud* Chepurina, 2011) em meados do século XX definiu a Rússia como sendo um puzzle desfeito, dentro de um enigma. A razão deste rótulo deve-se essencialmente ao facto de a Rússia pertencer a dois continentes, de ser o estado que mais espaço ocupa no mapa geográfico mundial, de ter uma vasta diversidade étnica, religiosa e cultural, bem como de ser detentora de uma história *sui generis*, no que à sua política (interna e externa) e de segurança diz respeito (Chepurina, 2011). Na verdade, são vários os autores que têm estudado a identidade russa. Muitos analisam e destacam a identidade regional (leia-se aqui região no seu conceito macro, supra-estado, onde a Rússia tem um papel hegemónico na sua vizinhança próxima) na sua relação com política externa e segurança, mas, o mesmo não se pode dizer relativamente às identidades das regiões da FR onde os estudos neste âmbito são ainda escassos e pouco desenvolvidos.

Todavia, certamente que uma das razões para este baixo interesse nos estudos das regiões da FR, deve-se ao facto de apenas com o fim da União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as regiões da FR começarem a ganhar a sua autonomia nas esferas da vida económica, social e política, uma vez que durante a era soviética o objetivo era a uniformização e não a afirmação das características singulares de cada região (Busygina 2002: 298). Ainda assim, e desde então, embora com algumas exceções a identidade das regiões da Rússia tem sido pouco explorada e analisada nos estudos políticos internacionais, o que constituiu uma importante omissão, dado que as regiões têm inúmeras lições para partilhar, desde logo problemas económicos e velocidades de desenvolvimento diferentes, a questões geográficas, culturais e étnicas específicas, que não são apenas e só de âmbito regional, até um forte sentido de identidade regional e nacional que é importante conhecer e perceber.

Assim sendo, existe como foi referido, um conjunto rico e abundante de literatura que pretende dar relevo à importância da identidade na análise política internacional, com vários estudos de caso, alguns dos quais com foco na identidade nacional russa, os quais são importantes para melhor enquadrar os conceitos em desenvolvimento neste trabalho – os atores sub-estatais e a identidade regional. Tendo por base essa e outra literatura, aquela considerada mais pertinente será exposta e analisada nesta dissertação, fundamentalmente sob a forma de dois ciclos de análise. Um primeiro ciclo respeitante à identidade nacional e um segundo ciclo respeitante ao ator região infra-estado, bem como à sua identidade regional. Dada a ambiguidade do conceito de região, outra literatura referente à identidade regional (por exemplo, a identidade de regiões supra-estado) poderia ainda ser analisada em outros contextos, para os quais o conceito é também aplicado e adaptado. Wioletta Kowalska caracterizou a região e a identidade regional como sendo um meio-termo entre o local e o nacional por um lado e o nacional e o global por outro (Kowalska, 2010: 169). Decidiu-se no entanto ficar pelos dois ciclos de análise referidos, por se entender serem os mais relevantes para o enquadramento geral deste trabalho.

Quanto ao primeiro ciclo de análise, destaca-se numa matriz sociopolítica o contributo de Inac e Unal (2013), o qual, tentando fazer a ponte entre identidade étnica e nacional, argumenta que embora o papel da etnia, sectarismo, religião e identidade nacional possa ser visto como um proeminente referencial para o

entendimento da política internacional, é difícil entender como a identidade nacional pode ser construída em diferentes circunstâncias sociopolíticas, argumentado que ela é construída em paralelo com as exigências conjunturais existentes, através de mecanismos de formação, do qual é exemplo a globalização. Contudo, a circulação de pessoas, bens e capitais despoleta a questão ontológica da existência de identidade nacional, uma vez que por um lado as pessoas procuram a sua etnia, local, região ou identidade nacional, mas por outro têm necessidade de se tornar globalizadas para terem acesso à tecnologia global, às vezes apenas por questões de sobrevivência. Os autores concluem que vai havendo uma identidade ou uma dependência globalizada, que pouco a pouco e em função das circunstâncias vence a identidade local, regional ou nacional.

Por seu turno Irina Semenenko (2013 e 2015b), quer num artigo quer noutra foca-se diretamente na identidade nacional russa. No primeiro, a autora segue uma lógica de análise, relativa à opinião russa sobre a influência da identidade europeia na identidade russa. Os fatores analisados são: a existência de um quadro de referência europeu na agenda política russa no que toca à identidade nacional; a opinião pública russa relativa à Europa; e a influência europeia no que respeita a ter a Rússia mais próxima de si. No seu artigo a autora chega à conclusão que a identidade europeia tem influência na identidade nacional russa, pela via política, económica e social, mas a opinião pública relativa à Europa, mais precisamente à União Europeia é vista como uma questão de pouco interesse. No que concerne à proximidade da Rússia à Europa, um grupo considerável vê as duas com uma proximidade e uma cooperação saudável, embora haja um outro grande grupo que vê os interesses da Rússia em separado dos da Europa.

No segundo artigo, Irina Semenenko (2015b) faz uma análise sociocultural à identidade nacional russa no seu todo, não descurando a importância do fator desenvolvimento económico. A autora diz, que numa sociedade multiétnica como a Rússia, o significado de nacional é tradicionalmente conhecido como étnico, como era nos tempos soviéticos e ainda permanece. No entanto, não se trata apenas de uma questão de terminologia, mas sim de um

desafio ao discurso político, no sentido de as pessoas localizarem ou realocizarem o seu mapa conceptual para perceberem que estão numa era pós império e pós soviética. Assim, Irina Semenenko constata que, com uma identidade étnica bastante presente no discurso político e social e sendo por vezes mobilizada politicamente em nome dos interesses grupais, a procura de uma narrativa eficaz, que vá de encontro a uma identidade comum torna-se essencial, passando obrigatoriamente por um esforço conjunto entre peritos, analistas e académicos, bem como por uma política que inclua as diferentes identidades étnicas, que proporcione um desenvolvimento económico sustentável e que elimine as clivagens e as desigualdades sociais. No fundo a autora diz ser necessária uma modernização social com vontade de proporcionar o diálogo entre os vários atores, quer da parte das instituições do estado, quer da própria sociedade.

Relativamente ao segundo ciclo de análise, Wioletta Kowalska (2010) estuda o conceito de região e de identidade regional, de forma a sublinhar o seu papel político, económico, social e teórico-filosófico, através de uma perspectiva fenomenológica. A autora procura perceber que condições permitem a formação da identidade regional e que políticas devem ser tomadas a favor da sua emergência. Kowalska, ao descrever a região como um meio-termo entre o local e o nacional por um lado e o nacional e o global por outro, nem na sua análise, nem precisamente nas suas conclusões, distingue os diferentes papéis da região nos dois contextos apresentados. Como tal, conclui dizendo que a região não é uma entidade do ponto de vista fenomenológico, que a projeção da região gera conflito porque o fator cultural não converge com o político e, que era necessária uma transformação na cultura e na identidade cultural, para que o sentimento de comunidade cultural seja baseado, não pela nacionalidade, língua ou religião, mas sim pela partilha de valores comuns, como direitos humanos, história comum e espaço comum.

Também Rune Fitjar (2010), mas numa linha de análise puramente infra-estado afirma que a região tem vindo a crescer em termos de importância e no que respeita a ser uma fonte de identificação e como tal, argumenta que regiões bem estabelecidas ao nível da identidade regional têm vindo a ganhar

competências e autonomia, ao passo que nas menos estabelecidas, não se tem verificado este acréscimo de autonomia. Neste sentido Fitjar procura desenvolver uma análise aos fatores que mobilizam uma identidade regional comum, estudando várias regiões da Europa ocidental. O autor argumenta que fatores como cultura, geografia, economia e política, são características que explicam a variação do índice de identificação dos seus habitantes. No entanto, existem nestes fatores uns mais determinantes que outros e entre eles destacam-se o fator político e económico como sendo os mais proeminentes identificadores regionais. O autor mostra na sua análise que as identidades regionais têm mais probabilidade de serem mais sólidas em regiões com altos níveis de desenvolvimento económico e com partidos políticos altamente regionalizados.

Também neste nível de análise mas numa linha de orientação mais político-cultural, Joanie Willett (2013) procurou saber na região de Cornwall até que ponto a identidade é uma questão que se constrói com base nas ligações e afinidade cultural ou se é construída do zero e assim utilizada como um instrumento político por alguém e para algum fim. Chega à conclusão que, embora as elites possam instrumentalizar a identidade, este processo pode coexistir apenas a partir de uma adaptação de práticas históricas e culturais pré-existentes, tais como a interpretação e os significados atribuídos aos valores e às tradições da região. Ainda no mesmo ciclo, e numa linha puramente política, Susan Mason (2013) procurou mostrar através do seu estudo, a importância da influência do local na construção da identidade política, evidenciando que a identidade regional pode exercer uma influência na identidade política da região, que será tanto mais forte quanto mais fortes forem os interesses da mesma.

Por último, em jeito de fecho deste segundo ciclo de análise e da revisão da literatura mais relevante ao tema, Irina Busygina (2002) centra o seu estudo nas regiões da Federação Russa numa análise ao regionalismo russo, que acontece depois de cerca de uma década da queda da União Soviética. A autora denota um aumento de autonomia e independência das entidades federais relativamente ao poder central, sublinhando o papel da região não apenas como espaço físico mas enquanto ator político com estruturas políticas e administrativas a favor do desenvolvimento regional. De acordo com Busygina, a forma como as

regiões progridem no campo da construção da identidade regional, que é no fundo o que está na base de uma maior autonomia, é a construção de uma identidade regional forte e positiva, capaz de defender e reclamar os interesses regionais ao nível nacional e de criar instituições regionais que mobilizem política e socialmente a população da região. Este forte sentido de pertença e identidade é por um lado criado em oposição a Moscovo, uma vez que nesta mega região encontra-se o governo central, bem como porque é esta cidade que está na vanguarda em termos de desenvolvimento e acesso a novas tecnologias. Por outro lado, este sentido de identidade deve-se também muito à ação do fator político, pois a elite política nacional e regional tem tido um papel importante neste processo, em detrimento de uma postura ainda marginal dos atores sociais, culturais, económicos e intelectuais.

Os autores anteriormente mencionados deram um contributo notável aos estudos nestas matérias, na medida em que a sua posição potencia o papel da identidade na análise política internacional. A identidade, quer ao nível nacional quer regional infra-estado é uma ferramenta crucial do ponto de vista da análise do comportamento dos atores no sistema internacional e este trabalho visa também reforçar essa ideia, precisamente com um estudo de caso de nível região. No entanto, o grande objetivo desta dissertação, uma vez que a importância da identidade regional já está em certa medida refletida no contributo de outros autores, é por um lado trazer mais ao de cima o papel dos atores sub-estatais em geral, tentando, através da identidade regional estabelecer neste caso particular, uma relação entre o ator região, a segurança e a política externa, para perceber se dessa dinâmica resulta matéria útil, que mereça a pena ser estudada noutras situações e noutros contextos da política internacional. Por outro lado, este trabalho pretende também fazer uma análise crítica à forma como a identidade é manipulada ou instrumentalizada pelas elites no poder em nome da segurança e estabilidade, camuflando e impedindo formas alternativas e identidades genuínas de se agruparem, para atingir pleno desenvolvimento, igualdade e estabilidade, que possa ser extensível a todas as classes sociais.

1.3. Modelo de análise conceptual

Tendo presente que qualquer trabalho de investigação precisa e deve ser acompanhado de determinados conceitos chave, os quais ajudam posteriormente na estruturação das considerações, começa-se por descrever o quadro de análise conceptual, que tem em vista a abordagem dos atores sub-estatais, onde o conceito de identidade proposto em primeiro plano pelo construtivismo é aqui um conceito central. Para isso, primeiramente irá se aplicar esse modelo à região em análise, uma vez que esta é o ator sub-estatal em estudo, para que depois através da análise da identidade regional, esta possa ser relacionada com os conceitos de segurança e política externa. Seguidamente, tendo em conta as características da região irá se analisar criticamente o potencial deste ator no contexto nacional e internacional, enquanto *soft actor* dotado de *smart action* para se libertar da dominação política devido à alienação.

De uma forma mais detalhada, a primeira fase do modelo de análise entende que para um forte sentimento de identidade regional contribuem os fatores regionais como a cultura, a história, a economia e a política, tendo aqui o fator político um papel de primeiro nível, uma vez que depende dele a forma como congrega os outros três, de modo a ser construída ou formada a identidade regional pretendida. Seguidamente e ainda nesta fase, uma vez identificados os indicadores que demonstrem a identidade regional pretendida, procura-se relacionar essa identidade com os indicadores de segurança e política externa, para verificar se existe e qual a relação entre os conceitos. Na segunda fase, à qual se poderia chamar, uma abordagem crítica ao papel do ator região, analisa-se a forma como a identidade regional é construída no espectro do interesse nacional, tendo em conta o discurso político que pode estar por trás da instrumentalização dos fatores que se consideram cruciais para uma identidade regional forte, como parte de uma identidade nacional, que se pretende também forte e coesa, com vista aos objetivos políticos. Assim, de modo a perceber se de facto é a identidade regional que contribui para a segurança e política externa, ou se é a segurança e a política externa que contribuem para a formação de um forte sentimento de identidade ou se ambas as situações são uma construção política com vista a atingir um conjunto de interesses mais individualizados, é este o

objetivo que consolida e dá corpo ao modelo de análise utilizado no estudo de caso escolhido.

Sendo assim, querendo este estudo dar enfoque ao ator região com base na identidade, o trabalho de Wendt assume relevância, pois é considerado um dos pioneiros na atribuição de importância ao construtivismo e à identidade (Kay, 2006: 70), no estudo da política internacional. Para ele, a identidade é um conceito chave do construtivismo social, uma vez que as pessoas não possuem um menu, o qual trazem consigo no momento de fazer as suas escolhas ou salvaguardar os seus interesses (Wendt, 1992: 398). A identidade precede os interesses e forma-se em contexto social pela semelhança e pela diferença, sendo portanto, a realidade socialmente construída (Nogueira e Messari, 2005: 168). Este conceito tornou-se importante nas Relações Internacionais, uma vez que é uma alternativa, aquilo que Wendt e outros construtivistas consideram uma conceptualização demasiado realista ou racionalista da política internacional. Os construtivistas, embora aceitem a anarquia do sistema internacional, defendem que a forma como os estados vão reagir a essa anarquia depende da sua própria identidade e dos interesses que daí advêm (Kay, 2006: 70).

Como tal, sendo a identidade extremamente relevante neste estudo, ela é entendida como sendo uma qualidade de base subjetiva que está enraizada no próprio entendimento dos atores e que depende daquilo que os outros atores significam para estes e para eles próprios. A identidade sendo dotada de uma intersubjetividade sistémica é definida como a existência e a pertença a uma sociedade, onde o individuo é subjetivamente identificado como o “eu” e a sociedade como o “outro”, num processo social que começa pela interação com o outro ou contra o outro, no qual a sua continuidade leva à construção de carácter, valores, tradições e interesses, que não são nem dados nem permanentes, estando sim em constante adaptação ao contexto social, também ele em permanente mudança (Wendt, 2007: 224 e Inac e Unal, 2013: 223).

Sendo assim, também o conceito de interesse é um conceito importante devido à sua já comprovada dependência e proximidade com a identidade, bem como à sua importância em política internacional. Como se disse anteriormente, o

interesse é precedido pela identidade. Não querendo fazer parte da discussão acerca da ambiguidade deste conceito, importa fazer o entendimento do mesmo, dada a sua relação com a identidade. Wendt (2007: 234) divide o conceito de interesse em objetivo e subjetivo. O interesse objetivo está relacionado com as necessidades ou imperativos funcionais, os quais têm que ser assegurados para que a identidade se reproduza. Por exemplo, a segurança do binómio, sociedade/estado. O interesse subjetivo refere-se às crenças que os atores vão tendo na sua vida quotidiana, sobre como encontrar as suas necessidades identitárias, que segundo Wendt são estas a motivação imediata para o comportamento.

Tendo em conta o trabalho de Wendt e embora sendo considerável o seu contributo para as relações internacionais, ele é passível de ser criticado pelo seu estado-centrismo, ou seja é um modelo de análise fundamentalmente centrado no estado. O construtivismo, embora não negando antecedência ontológica quer à estrutura quer ao agente (Pureza, 2009: 58), acaba por dar o maior enfoque ao papel dos estados e ao comportamento destes na esfera política internacional (Nogueira e Messari, 2005: 176). Segundo o próprio Wendt (1992:398) cada pessoa tem várias identidades, ligadas a papéis institucionais, tais como, professor, pai, marido, etc. Também o estado, segundo Wendt pode ter múltiplas identidades, como soberano, potência económica, poder imperial, entre outros. Sendo assim, tendo em conta o estado-centrismo de Wendt, bem como o objetivo deste trabalho em criticá-lo, dando para isso lugar ao papel de outros atores na política internacional, pretende-se incluir nesta os atores sub-estatais, mais concretamente o ator região, por serem atores que podem também, tal como o estado, desempenhar múltiplas identidades, tais como, serem os melhores destinos turísticos, serem conhecidos pelas suas marcas regionais, história, cultura, ou mesmo pela sua estabilidade, segurança, desenvolvimento económico e qualidade de vida.

Neste sentido, sendo a região e a identidade regional também conceitos chave desta investigação, importa clarificar desde logo o entendimento que se dá a estes dois conceitos, tendo em conta os objetivos do trabalho. Como tal, a região deve ser vista não como um simples espaço físico, mas sim como um

agente ativo na vida política dos cidadãos e do país. Por sua vez, e na mesma linha, a identidade regional apresenta-se como uma estrutura dotada de um forte e positivo sentido de pertença e identidade com a região, com os valores regionais, com as práticas institucionais, discursos e simbolismos, que são um elemento chave na construção da região como espaço político, económico, cultural, social e institucional (Busygina, 2002: 296-297). Assim sendo, a identidade regional pode ser vista como uma estratégia especial, baseada no consenso local, com vista à criação de estruturas administrativas mais fortes e que favoreçam o desenvolvimento e a estabilidade regional (idem).

Dando continuidade à explicação ao quadro de análise desta dissertação e dado que se pretende estabelecer uma relação entre identidade regional, segurança e política externa, importa também explicar como se entende a segurança e a política externa neste contexto. Quanto ao conceito de segurança, esta, nas suas dimensões de segurança regional, nacional e internacional, constitui-se num conceito de elevada importância ao longo do estudo. Assim sendo, por segurança, Terrif *et al.* (1999) *apud* Fierke (2007: 13) considera que esta é na sua definição mais básica, uma relação entre o estar e o sentir-se seguro de possíveis danos ou perigos. Uma região que consegue uma harmonização entre o estar e o sentir-se segura, poderá dizer-se que é uma região dotada de segurança regional. Da mesma forma, um estado onde as suas regiões se consideram seguras, pode ser considerado um estado com segurança nacional. E o mesmo se aplicaria ao sistema internacional, que constituído por regiões e estados que se consideram seguros e que são vistos como tal, levaria à conclusão de se estar perante um sistema e uma comunidade internacional segura, portanto existiria a chamada segurança internacional.

Quanto ao conceito de política externa, esta, será aqui entendida como um conjunto de metas, estratégias, influências e medidas, segundo as quais o executivo político avança ou retrocede, sendo por norma seguida uma lógica de pensamento com base na primazia dos objetivos nacionais aquando da prossecução da política externa, para que esta seja o mais assertiva possível (Freire e da Vinha, 2011: 18). Ao desenvolvimento desta política, acrescenta-se o facto de que existem pressões, quer nacionais quer internacionais, que importa

não descurar, pois a sua influência tem efeito na tomada de decisão (Freire, 2013: 7-8).

É sobretudo com base nos conceitos anteriormente mencionados, vistos como pilares chave deste estudo, que assenta o modelo conceptual, o qual pretende analisar *in loco* a dinâmica regional de Krasnodar. O conceito de identidade estudado aqui mais profundamente na sua dimensão regional é um fator crucial do ponto de vista da estabilidade e segurança da região. A análise do índice de identidade regional, ou seja o quanto a população se identifica com a região como um todo, baseia-se em indicadores históricos, culturais, económicos e políticos. Estes indicadores, ao consolidarem a hipótese de se estar perante uma região, na qual a população tem um forte sentido de identidade regional, influenciam positivamente os padrões de segurança e estabilidade regional, sendo esta situação em certa medida não comum, uma vez que Krasnodar se insere num tecido muito sensível e instável, que é a região do Cáucaso Norte. Para esta parte ou para este retalho “estável”, de todo um tecido sensível e inseguro, contam essencialmente indicadores quantitativos tais como, o desenvolvimento económico, taxa de desemprego, taxa de natalidade, investimento nacional e estrangeiro, bem como a tolerância à diversidade étnica e religiosa, coesão e valor atribuído aos símbolos, cultura e história enquanto indicadores qualitativos.

Por outro lado, a identidade e a segurança que parecem ser características fortes da região poderão ou não servir de trampolim à mesma, enquanto ator de política externa. Nesta matéria, a sua afirmação ou a sua influência na política externa do país depende do espaço ou margem que o poder central confere às regiões, para que estas direta ou indiretamente possam traçar o seu terreno no curso da política do país com o exterior tendo em conta os objetivos regionais. Nesta rubrica, indicadores como, investimento estrangeiro direto, vias de comunicação da região com o exterior, influência e mediação de conflitos internacionais pela região, ligação privilegiada com a elite política e localização estratégica da própria região, são indicadores que poderão noticiar alguma influência na política externa do país.

Por último, após analisadas as características, bem como o entendimento da relação entre os conceitos de identidade regional, segurança e política externa, pretende-se fazer uma análise crítica à relação que se estabeleceu entre os conceitos anteriores, para que, além de perceber o que é e, o que pode implicar um forte sentido de identidade regional, abordar a questão ontológica da mesma, percebendo o que pode estar para lá dos fatores que parecem fundamentar essa identidade. É a identidade regional, que fomentando a segurança e a política externa, contribui para a construção da identidade nacional e dos interesses nacionais, ou são os interesses das elites nacionais que fomentam a identidade nacional, e esta, a identidade regional através do discurso político em nome da segurança e da política externa? Ou seja, é a identidade que proporciona determinados padrões de segurança e política externa, ou é a segurança e a política externa que desenvolvem determinados padrões de identidade?

Assim, é através da análise e da relação dos conceitos até aqui explicados que se pretende consolidar a matriz desta investigação, a partir da qual se elaboram as duas hipóteses que ao longo da mesma se procuram validar ou excluir. Na primeira hipótese, se estando reunidos um conjunto de fatores, que ao serem característicos de determinada região, fazem desta uma região com um forte sentido de identidade, então, a hipótese que se coloca é: quanto maior for o sentido de identidade de uma região, maiores podem ser os índices de segurança e estabilidade, bem como maior pode ser a probabilidade de influenciar a política externa do país. A segunda hipótese deste trabalho, estando em contra ciclo com a primeira, alega que é a implementação de determinados padrões de segurança e política externa que reconstroem as identidades regionais e nacionais. Ou seja é a manipulação/instrumentalização política intencional das identidades nacionais e regionais que proporcionam determinados parâmetros de segurança e política externa, os quais são construções e securitizações. Como tal, os atores sub-estatais podem ter um papel determinante, no sentido de se auto desinstrumentalizarem escolhendo e construindo eles próprios a realidade em que querem ter.

1.4. Metodologia utilizada na investigação

Esta investigação segue um raciocínio hipotético – indutivo na medida em que se procura primeiramente verificar quais os fatores que contribuem para um forte sentido de identidade regional, para, seguidamente demonstrar o papel e a importância dos atores sub-estatais na segurança e política externa ou vice-versa. As fontes deste trabalho são as entrevistas, a análise de dados estatísticos, os relatórios de organizações internacionais e a observação *in loco*, bem como a consulta de artigos e trabalhos com relevância nesta matéria. A consulta e a condução da maioria das fontes primárias teve lugar na região de Krasnodar, uma vez que esta região justificada pelas suas características únicas, tais como a sua história e a sua cultura particulares, os seus ícones regionais como é o caso da comunidade *Cossack*, bem como a sua posição geoestratégica privilegiada junto ao mar negro, fazem dela uma região diferente das outras regiões da Rússia. Embora Krasnodar e o trabalho de campo desenvolvido na região seja uma parte importante deste trabalho, este, não se confina apenas à mesma, uma vez que se pretendem estabelecer comparações e ligações com outras regiões do país, para as quais, as entrevistas e a análise de dados também foram bastante produtivas. A abrangência e a possível generalização que este trabalho anseia, irá portanto além da região, procurando-se assim demonstrar a importância e o papel dos atores sub-estatais e da identidade dos mesmos, no processo de condução da política internacional.

1.5. Estrutura da dissertação

A dissertação será constituída por cinco grandes secções, cada uma das quais, formada por várias sub-secções. Assim sendo, pretende-se inicialmente e na introdução contextualizar o problema e expor os objetivos gerais e particulares formulando-se de seguida a pergunta que guiará o estudo. Segue-se ainda na introdução a revisão bibliográfica, a explicação do modelo conceptual, as hipóteses formuladas, a metodologia utilizada e a estrutura da dissertação. Na segunda parte faz-se referência à lente teórica com a qual se olha o problema, sendo esta o construtivismo social, na sua vertente tradicional e crítica. Neste capítulo teórico procura-se enquadrar através da identidade dos atores sub-

estatais, a importância destes atores em política internacional, com especial foco nos conceitos de segurança e política externa.

A contextualização histórica da Rússia no que concerne ao seu processo de evolução identitária nacional e regional, é a terceira parte do trabalho, visando este capítulo mostrar como a história e a dinâmica política, quer interna quer externa são aspectos fundamentais na formação da identidade da Rússia. O capítulo empírico é a quarta parte da dissertação e tem como objetivo dar importância à região e à identidade regional, apresentando uma possível matriz para a avaliação do sentido de pertença e identidade a uma região. A região de Krasnodar é a região central desta parte do trabalho, mas são estabelecidas relações com outras regiões de modo a enriquecer a matriz utilizada. Ainda neste capítulo, pretende-se relacionar a região e a sua identidade com os índices de segurança e influência na política externa, sendo depois criticada a instrumentalização política da identidade, bem como o poder de transformação da realidade, que o ator região pode ter em política internacional.

Na última parte desta dissertação serão documentadas as considerações finais, esperando-se concluir que o ator região através da sua identidade pode ser uma influência positiva quer do ponto de vista do índice de segurança quer do ponto de vista da sua influência no curso da política externa do país, bem como ser um ator com capacidade de crítica, construção e transformação da realidade, tendo por isso um papel relevante em política internacional.

2. IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO: DO CONSTRUTIVISMO À CRÍTICA EM POLÍTICA INTERNACIONAL

Olhar a formação das identidades através de uma abordagem social permite o entendimento do relacionamento da identidade e dos interesses, nas esferas doméstica e internacional, tendo nesta matéria a teoria social sido central à corrente construtivista, uma vez que esta aborda a relação entre o ambiente internacional e a identidade doméstica de determinado estado (Kay, 2006: 70). Embora o estado seja ainda a unidade de maior referência na análise do sistema internacional, tem-se vindo a verificar um crescente na quantidade de literatura que foca o papel de outras unidades, situando-as como partes importantes a considerar, aquando do entendimento da evolução e transformação deste sistema. O fim pacífico da Guerra Fria, o surgimento de literatura que foca um aumento no número dos conflitos intra-estado, o medo crescente de imigração para oeste, bem como o surgimento das ameaças ambientais e das doenças contagiosas, foram acontecimentos que vieram retirar protagonismo ao ator estado e ao centrismo estado-militarista, passando a política internacional a ser olhada para lá da componente material (Buzan e Hansen, 2009: 187).

Face ao exposto e com a maior importância dada ao valor e ao papel das ideias em política internacional, a identidade e o construtivismo assumem também maior relevância obrigando-se a sofrer reconceptualizações e acolher outros contextos, uma vez que estes necessitaram de se adaptar à inconstante realidade internacional, de forma a explicá-la e a predizê-la de preferência. Sendo assim, tendo o conceito de identidade vindo a ocupar um lugar cada vez mais significativo no estudo das relações internacionais (Ashizawa, 2008: 571), também um número cada vez maior de autores tem indicado que estudar o conceito de identidade pode ser frutífero, uma vez que este estabelece uma relação estreita com conceitos chave da política mundial, sendo dois deles o conceito de segurança (Bilgin 2010: 81) e de política externa (PE) (Sedelmeier, 2004: 123). Como tal neste capítulo, destacam-se os conceitos de identidade, segurança e PE nas suas inter-relações, com vista ao enquadramento específico da análise do ator região.

A identidade sendo definida como um processo, de existência e pertença a uma sociedade (Inac e Unal, 2013: 223) e não tratada como exogenamente dada e constante, permite e requer um entendimento diferente, da formação e interação grupal, podendo ser estudada em diferentes contextos e dimensões (individual, regional, nacional, coletiva e social). Por sua vez e face à necessidade da mudança de paradigma que se verificou com o pós Guerra Fria no sentido de uma ampliação do contexto dos estudos de segurança e devido à importância de incluir na análise o relacionamento entre atores estatais e não estatais (Fierke, 2007: 30), bem como pelo facto de a segurança não poder ou não dever ser entendida apenas e só como a ausência de uma ameaça objetiva, estes imperativos e estas novas formas de abordar a segurança, tornaram-na num termo em certa medida mais abrangente, mas ao mesmo tempo mais escorregadio e, como tal, detentor de um amplo sentido de contextos e objetivos, ao nível individual, corporativo, regional, nacional ou internacional (McSweeney, 2010: 1). Por fim a política externa sendo entendida como um conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos, segundo os quais o executivo político age e é coagido externamente (Freire e da Vinha, 2011: 18), pode também ser analisada em diversas dimensões e contextos, tais como, economia política internacional, diplomacia, direitos humanos, ajuda externa e desenvolvimento, segurança e defesa, entre outros, podendo por trás destes contextos estarem também outros atores além do estado.

Neste sentido e estando de acordo com Bloom (1990: 1), a maioria dos estudos em política internacional, são efetuados com base nas relações e interações entre estados, sendo conseqüentemente retirada relevância a outros atores. É o caso das teorias convencionais de Relações Internacionais, que ao tentarem através do ator estado explicar o comportamento da política externa e securitária, além de deixarem de fora outros atores, destacam-se pela sua visão materialista e racionalista, tornando exógenos os fatores identidade e interesses (Sedelmeier, 2004: 123). Ou seja, os realistas e neorealistas focam-se na acumulação de poder, na segurança e no acesso aos recursos através do poder militar, vincando fortemente a importância da componente material na política (Heller, 2012: 49; Pollack, 2000: 14).

Por sua vez, os institucionalistas e os institucionalistas liberais atribuem mais ênfase às estruturas que aos atores, centrando a explicação do comportamento destes, como sendo o resultado da influência das instituições internacionais ou de outras estruturas, às quais eles estão vinculados (White, 2004: 18; Heller, 2012: 49). Contrariamente, os construtivistas propõem uma resposta de média intensidade à ortodoxia tradicional das relações internacionais (Pureza, 2009: 57), na medida em que o construtivismo enquadra-se num campo de análise intermédio, uma vez que está interessado em explorar e entender como os mundos, material, subjetivo e intersubjetivo interagem com a construção social da realidade. Além disso, mais do que atenderem exclusivamente em como as estruturas constituem a identidade e os interesses dos agentes, ele procura analisar em primeiro lugar, como os agentes individuais constroem as estruturas às quais pertencem (Adler, 1997: 330).

Embora seja difícil falar de um só tipo de construtivismo (Nogueira e Messari, 2005: 184) é possível delinear premissas centrais e comuns aos construtivismos. Uma das premissas e a mais conhecida é a de que o mundo não está pré-determinado, mas é sim socialmente construído através da interação entre agentes e estrutura. Sendo os agentes e a estrutura co-constituídos, resultam daí as justificações para as escolhas e ações de ambos. Esta dinâmica remete automaticamente para uma segunda premissa, a qual nega uma antecedência ontológica aos agentes e à estrutura (Nogueira e Messari, 2005: 166). Ou seja, nem a estrutura precede os agentes, não os moldando para satisfazer os seus interesses, nem os agentes pela mesma razão precedem a estrutura. Uma outra premissa diz respeito à relação entre materialismo e idealismo. Os construtivistas, embora não descartem a componente material, argumentam que as estruturas políticas são mais sociais que materiais, tendo os atores um papel muito importante na construção do seu próprio meio envolvente, através da interação social. Esta interação é regulada por normas, ideias e padrões de comportamento, acordados e praticados de forma intersubjetiva, assumindo este processo, um papel fundamental na formação das identidades e interesses dos atores (White, 2004: 21-22; Jorgensen, 2004: 42-43 e Adler, 1997: 322).

Por último, outras premissas como a negação da anarquia e de que a mesma é socialmente construída, bem como o conceito de identidade, são também pontos importantes do construtivismo, embora não transversais a todos os construtivistas. A teoria construtivista alcança contudo e assim a sua maior transversalidade nos pontos em que centra a sua maior importância no entendimento da política internacional, pela via da eleição do conhecimento intersubjetivo como uma realidade ontológica, bem como pelas implicações epistemológicas e metodológicas dessa realidade. Advoga portanto que as relações internacionais caracterizam-se como sendo factos primeiramente sociais, os quais têm o consentimento e acordo humano (Adler, 1997: 322).

No entanto, o construtivismo dito convencional acaba como já foi dito, por focar o estado como ator de primeira ordem. Ou seja, este distingue-se do chamado construtivismo crítico, por eleger o estado como o seu objeto referente de preferência e, por não dar importância à análise de discurso, bem como às suas relações, entre a histórica e discursiva constituição da identidade por um lado e às políticas securitárias por outro (Buzan e Hansen, 2009: 197). Desta forma, os construtivistas críticos que trabalham e estudam o poder do discurso e da linguagem, argumentam que os conceitos realistas como o interesse nacional, são discursivamente construídos por representações de países, instituições ou pessoas, através de elementos linguísticos, como nomes, adjetivos, metáforas e analogias. Assim, a política externa e securitária não advém da salvaguarda de interesses nacionais objetivos, sendo sim legitimada e construída por palavras, as quais não são apenas palavras soltas, mas seguem como num jogo, um conjunto de regras específicas (Buzan e Hansen, 2009: 198).

Os construtivistas, convencionais ou críticos, embora pretendam desnaturalizar o mundo social e tenham em comum a identidade como um aspeto importante, discordam na forma como esta se origina e desenvolve (Hopf, 1998: 182). Os convencionais acolhem a ideia de que a identidade é um processo cognitivo, ao passo que os críticos estão mais propensos a ver o processo identitário sob a forma de alienação, a qual guia a necessidade de identidade (Hopf, 1998: 184). Mais do que aceitar e entender a identidade, a sua reprodução e efeitos, a crítica construtivista com base na teoria crítica social, procura

encontrar possíveis entendimentos da origem da identidade, sendo a qual portanto, entendida nesta perspectiva, como estando para lá da semelhança/diferença e da necessidade do outro para se construir a si próprio. É vista então como sendo a assimilação do outro, se considerado igual, ou opressão do outro se considerado inferior (Hopf, 1998: 184). Ou seja, na realidade dita socialmente construída existe um desequilíbrio nas forças desta construção mútua, pendendo a realidade para o lado mais forte ou com mais poder, ou ainda, com mais influência naquilo que seria a sua escolha.

Assim, a abordagem crítica do construtivismo, no que respeita à identidade assenta em pressupostos de poder presentes nas interações sociais, nas quais existe sempre um ator dominante, estando assim o poder em qualquer lugar. Com efeito, esta crítica à forma de dominação que esta vertente do construtivismo aborda, apresenta-se em certa medida, como parecendo ser um elemento comum ao realismo e neorealismo, contudo a diferença existe e consiste principalmente em diferentes entendimentos de poder (Hopf, 1998: 185). Em suma, embora havendo premissas centrais quer ao construtivismo convencional, quer ao crítico, eles diferem, pois por um lado a crítica construtivista entende os constrangimentos sociais e entendimentos culturais, pela existência de interesses de um ser humano superior, sendo portanto um entendimento de poder diferente do tradicional. Por outro lado centra-se no papel de outros atores na transformação da realidade e na oportunidade de igualdade pelos mais fracos em darem lugar às suas preferências.

Neste sentido e uma vez que este trabalho pretende dar ênfase à análise de outros atores e à sua relação com outras dimensões da segurança e da política externa, bem como a um papel diferente destes atores na vida política e social e, porque não há, segundo Bloom (1990: 2), uma teoria metodologicamente coerente que relacione os indivíduos e a identidade de uma região com o estado, questiona-se primeiro, que fatores fortalecem uma identidade coletiva? Quais as dimensões e as características da identidade que estabelecem uma relação próxima com segurança e política externa? E em que medida essa relação tem impacto nas mesmas e vice-versa? Para isso, na primeira parte deste capítulo procura-se fazer uma abordagem ao processo de construção identitário na

dimensão individual, regional e nacional. Seguidamente, na segunda parte será feita uma análise ao binómio identidade e interesses, sendo que na terceira parte procurar-se-á estabelecer uma relação interativa entre o binómio identidade/interesses, segurança e política externa. Por último, com base na vertente crítica do construtivismo pretende-se salientar a importância de que para além de entender a formação da identidade e as suas causas na segurança e política externa, perceber qual a origem dessa identidade e que atores estão desde logo nessa origem, relacionando essa antecedência com a capacidade que os outros atores – neste caso a região em análise – podem ter para transformar essa antecedência, que se tem mantido enraizada devido a várias razões, as quais mantêm fiéis, a um regime de dominação e a uma hegemonia vertical, os atores inseridos.

2.1. O processo de construção e evolução das identidades e as suas dimensões de análise

René Descartes (*apud* Wendt, 2007: 173) disse, *penso, logo existo* e Manuel Sérgio (1994: 15) inspirado no primeiro acrescentou, *movo-me, logo existo*. Tendo em conta esta linha de pensamento, existir é fazer parte, parte de algo ou de alguma coisa, existindo e fazendo parte, significa que essa parte é algo e por isso tem uma identidade, a qual deve ser relevante na definição e identificação do todo. Portanto, todas as ações, quer se movam para dentro do todo quer para fora do todo levam algo de cada uma dessas partes. Sendo assim, o debate epistemológico entre defensores do “atomismo” e defensores do “holismo” aconteceu por volta da década 50 do século XX. A abordagem atomista ou reducionista dizia que estudar as partes componentes do sistema proporcionava um melhor entendimento de determinado fenómeno, ao passo que a abordagem holística ou sistémica advogava que o todo é sempre mais do que a soma das partes (Soltani, 2014: 167). Quer Waltz quer Singer estavam de acordo relativamente à importância dos dois níveis de análise em relações internacionais. No entanto, enquanto Waltz apoiava o estudo ao nível da estrutura do sistema, Singer apoiava o nível unidade, embora não negando que o sistema internacional é o nível de análise mais compreensível, porque engloba as interações das partes componentes do sistema, permitindo desta forma generalizações. Mas alegava no

entanto que a este nível faltava-lhe detalhe. Desta forma Singer favorecia uma análise subsistema ou orientada para os atores, por ser mais frutífera no que respeita à sua riqueza em detalhes (Soltani, 2014: 167).

De acordo com o pressuposto anterior e considerando que os atores podem ser entre outros, pessoas, instituições, ou estados, o papel que estes atores (motivados pelas suas próprias identidades e interesses, quer objetivos quer subjetivos) desempenham diariamente na sociedade, deve ser tido em consideração e deve ser dada a necessária atenção aos detalhes que cada um deles comporta. Se assim não for corre-se o risco de aquando da análise e da posterior tomada de decisão, não se dispor de informação e conhecimento suficiente para dar uma resposta coerente aos desafios que se colocam e que vá de encontro às preferências particulares de cada um dos atores envolvidos. Neste sentido, e fazendo jus ao que foi dito, os indivíduos são também atores políticos dotados de subjetividade (Heller, 2012: 52). Como tal, a construção das identidades começa desde logo com eles e por eles.

A lógica da subjetividade é para Heller entendida, como sendo um conjunto motivacional de forças não objetificáveis (como a história, os costumes, as experiências, as perceções, as emoções, os desejos e as vontades), bem como o seu efeito no julgamento e comportamento político dos atores, no processo de socialização (Heller, 2012: 48). Este processo que é infinito, embora aceite que existe um mundo real, acredita também que este não é inteiramente determinado pela realidade física, sendo por isso formado pelo meio social, através do qual as identidades, os interesses e o comportamento político dos agentes é socialmente construído, pela via de entendimentos coletivos, interpretações e pressupostos adquiridos sobre o mundo que se lhes apresenta (Adler, 1997: 324).

2.1.1. Dimensão individual da identidade

Com a maior importância dada ao papel da teoria social e do construtivismo na análise das relações internacionais, também a psicologia ganhou um novo e um maior destaque, já que o construtivismo considera que as perceções dos atores sobre a realidade, são como na psicologia, endogenamente

construídas e como tal os fatores não materiais como as ideias, normas socialmente aceites, identidade coletiva e memórias históricas, são estruturas que moldam e formam as preferências dos atores (Heller, 2012: 53).

Assim sendo, a psicologia inspira uma abordagem que permite segundo Birckenbach (*apud* Heller, 2012: 52) expandir a noção de racionalidade, uma vez que esta abordagem continua a ser marcada nos estudos de política internacional, como sendo centrada em fatores externos (poder, segurança, realização de normas intersubjetivas) dos atores. Logo, segundo o mesmo autor, a psicologia pode ajudar a captar uma outra dimensão da política internacional, dado que esta vê e entende uma determinada situação pelos olhos dos atores em questão (Birckenbach *apud* Heller, 2012: 52). O motivo pelo qual o ser humano se comporta de uma ou de outra maneira, pode ser analisado pela psicologia e pela sociologia, ambas lado a lado com o apoio das neurociências. O recurso a estas áreas de estudo é importantíssima para perceber, porque é que em determinadas situações e interações o indivíduo tem atitudes mais realistas ou racionais e noutras circunstâncias o mesmo tem atitudes mais cooperativas e mais enquadradas com a normalidade axial do ser humano. Como explicar isto? E como relacionar isto com segurança, política externa e com a existência de papéis mais ou menos ativos na vida social e política?

No seu livro *Natureza Humana e Política*, Graham Wallas (*apud* Bloom, 1990: 7) tenta interpretar e perceber os diferentes instintos e impulsos que governam o comportamento do ser humano, em particular o comportamento político. Este comportamento, que segundo Bloom reflete a identidade do indivíduo, tem sido tendencialmente analisado, mais pela forma como o social influencia a atitude individual, do que pela forma como esta influencia a atitude social (Wallas *apud* Bloom, 1990: 7). Contudo, segundo Bloom (1990: 16), quando se pretende analisar o papel que a dimensão individual tem no processo de socialização político, é importante perceber que as suas necessidades e atitudes são um elemento fundamental da integração social, sendo que esta integração social é segundo o mesmo autor, o ponto onde o individual encontra a sociedade, ou seja a psicologia encontra a sociologia (Bloom 1990: 15). Para tanto, Bloom

procura explicar o papel que o individual tem na sociedade, aplicando a teoria da identificação, como instrumento de análise.

A teoria da identificação pretende explicar a integração do indivíduo no grupo. Segundo Bloom (1990: 23) cada indivíduo, de forma a garantir a sua segurança psicológica, possui por inerência uma característica para se internalizar e/ou identificar. Este identifica-se com comportamentos e figuras do seu ambiente, ou seja, procura proactivamente a sua identificação, tentando fortalecer e proteger a sua identidade. O autor argumenta que dentro de um dado ambiente com circunstâncias iguais, vai haver tendência para um mesmo grupo de indivíduos cultivar uma mesma identificação, internalizar a mesma identidade e até aumentar e proteger a identidade já partilhada (Bloom 1990: 23).

Para isso, Bloom, partindo do pressuposto anterior diz ser possível através da análise das ações observadas, indicar os fatores a partir dos quais se evoca a identidade partilhada, perceber como agem as pessoas que partilham a mesma identidade, com o objetivo de a melhorar ou defender, e diz ainda ser possível explicar o relacionamento entre a dinâmica psicológica da população, à qual uns chamam, dinâmica identitária nacional e outros chamam, ambiente político (Bloom, 1999: 23). Portanto, através de uma identificação partilhada, os indivíduos estão ligados dentro de um mesmo contexto psicológico e social, agindo conjuntamente para preservar e defender, bem como fortalecer a identidade coletiva do grupo (Bloom, 1999: 26).

Bloom explica a teoria da identificação com base em estudos de outros autores, tais como, Freud, Mead, Erikson, Parsons e Habermas (Bloom, 1999: 25-50). Os contributos particulares destes autores não são objetivo deste estudo, são sim importantes para perceber o argumento de Bloom no seu todo. A dimensão individual da identidade destaca-se por ser uma dimensão importante de análise política, uma vez que todos os indivíduos procuram autonomamente consolidar a sua identidade de forma a garantir e melhorar a sua segurança psicológica, a qual é essencial para ter estabilidade pessoal, emocional e bem-estar. Este imperativo, como lhe chama Bloom (1990: 53), sendo permanente e fazendo parte de cada indivíduo, vai desde o nascimento até à morte.

Assim sendo, este processo contínuo de consolidação identitário constrói-se através de cedência, ganho e partilha, pois os indivíduos que se revêm no outro, unem-se com o objetivo de assegurar e defender essa segurança partilhada. À medida que o coletivo vai aumentando, pode adquirir contornos, locais, regionais, nacionais ou mesmo internacionais. Isso não significa no entanto, que este coletivo tenha que ser sempre homogêneo e compacto, nem o é. Pois, tendo em conta uma constante interação entre o indivíduo e o coletivo dentro de uma mesma estrutura, exercem-se por inerência e mutuamente, através de normas, valores e regras, “pressões adaptativas” que se vão espelhando nas identidades de ambos pela internalização e alteração desses novos elementos e entendimentos coletivos, resultando daqui, novas dinâmicas de partilha e pertença, e concomitantemente o desenvolvimento de novas identidades e o despertar de novos interesses, bem como a possibilidade da formação de novos grupos (Borzell e Risse, 2009: 2-3).

2.1.2. Dimensão regional da identidade

Tendo em conta que se pretende teorizar a importância de uma análise orientada para os atores, neste caso em particular para os atores sub-estatais, a região parece ter um potencial de análise, entendimento e transformação, que tem sido pouco explorado em relações internacionais. Assim, dando atenção ao facto de que os problemas da atualidade, em especial ao nível da segurança internacional têm-se tornado cada vez mais intra-estado que propriamente inter-estado (Buzan e Hansen, 2009: 176) e não obstante esta realidade, dá-se de conta que os estudos de caso continuam a ser ainda muito centrados no ator estado, podendo esta prática esconder questões importantes, sendo por isso relevante estudar outros atores, onde se insere neste caso, o ator região na qualidade de ator sub-estatal.

Assim, o pressuposto da identidade de saber quem somos e quem são os outros, levanta a questão – sabe-se de facto quem somos? Sendo que este saber quem somos passa por nos conhecermos por dentro, não esquecendo que à medida que nos conhecemos melhor, também conhecemos e entendemos melhor os outros. Como tal, considerando que o estado e a identidade nacional são constituídos por camadas de identidade, onde as regiões e as identidades

regionais são camadas com especial relevância, as regiões, face à inevitável globalização têm tido uma importância acrescida ao nível nacional e internacional, no sentido de conservar determinados detalhes históricos, culturais e sociais, que importa conhecer e ter em conta, quando se olha aos atores envolvidos em política internacional. Importa contudo e sobretudo, principalmente aquando de uma análise com foco na identidade nacional, saber quais são e como são as entidades constituintes desta identidade nacional.

Neste sentido, uma vez feita uma breve abordagem à dinâmica da formação da identidade individual e sendo objetivo alargar o nível de análise do processo de formação das identidades, parte-se de um nível micro – identidade individual – para um nível meso de análise – identidade regional – o qual significa dar atenção à identidade de uma região, pela ótica dos seus habitantes, com base na forma como eles se identificam com o local. Esta dimensão de identidade, bem como a região enquanto ator têm ganho importância não só no campo da geografia enquanto referência ao local, mas também em campos como o da história, antropologia, sociologia, economia, psicologia e ciência política (Paasi, 2003: 475). A identidade regional podendo ser vista como a interpretação do processo pelo qual a região se torna institucionalizada, consiste na formação de fronteiras territoriais, simbolismos e instituições, que concomitantemente a fazem crescer, sendo esse crescimento em certa medida moldado e condicionado por discursos, práticas e rituais (Paasi, 2003: 478).

Sendo assim, importa salientar que para Paasi (2003: 478) identidade de uma região e identidade regional são conceitos que podem ser interpretados de forma diferente, embora, deste ponto de vista, eles sejam difíceis se não impossíveis de distinguir ontologicamente, uma vez que um complementa a formação e coexistência do outro. No entanto e segundo ele, o primeiro está relacionado com as características culturais, naturais e pessoais que são usadas nos discursos, na classificação da ciência, da política, da cultura, da religião, as quais permitem distinguir uma região de outra. O segundo está relacionado com a forma como as pessoas se identificam com a região, ou seja, com as práticas institucionais, discursos e simbolismos, que, uma vez tornando-se institucionalizados fazem parte de um processo com o nome de “região”.

A região é também um ator com ferramentas económicas e políticas importantíssimas, na medida em que os diferentes níveis de desenvolvimento regional possibilitam uma competição saudável dentro do estado, no sentido de cada região procurar desenvolver o que é seu, o que tem de melhor e o que é regional (onde se insere claro um forte sentido de identidade), tendo aí o arco da governação local e nacional, um papel central nesta dinâmica, uma vez que uma maior competição inter-regional encoraja a investigação, o desenvolvimento e um maior crescimento económico, saindo com isso reforçado o estado e a identidade nacional como um todo. A importância da região não se fica só pelas questões económicas e políticas, estende-se para além destas, alcançando, de uma perspetiva fenomenológica como defende Kowalska (2010: 163), determinados conceitos e valores intersubjetivos e um conjunto de experiências partilhadas relacionadas com uma história e cultura comuns, que se vai sedimentando em camadas na memória coletiva e individual da população ao longo da história.

Neste sentido, vendo as regiões não só como lugares providos de identidade, mas também, como lugares que possibilitam a forma pela qual as pessoas constroem e moldam as suas próprias identidades (Paasi, 2003: 479), estas, (enquanto agentes) embora num âmbito mais generalizado influenciam e são influenciadas pelo ambiente político-social (enquanto estrutura) tendo-se tornado por isso, a identidade, uma questão mais apelativa e central ao estudo das relações internacionais. Particularizando agora a análise multinível, um indivíduo de uma certa região identificar-se-á com ela num primeiro nível unitário e identificar-se-á com a identidade nacional num segundo nível unitário, sendo que, embora este segundo nível englobe o primeiro, a identidade regional além de catapultar a região enquanto ator, não diminui a coesão da identidade nacional, muito pelo contrário, serve também de alavanca à mesma, uma vez que as regiões albergam detalhes identitários, que são ícones de reconhecimento nacional e até internacional numa forma integral, ou seja assentes numa história e numa cultura típica do local, portanto, menos construídos política e discursivamente.

Assim, a região sendo vista como um elo entre o local e o nacional, pode ser também uma referência do ponto de vista internacional, pelas suas

reproduções culturais, económicas, políticas, sociais e securitárias. Ao ser possível um entendimento mais variado e plural dentro do conceito e do contexto que a região pode abranger, esta tem sido reconhecida como um elemento chave na construção da região enquanto espaço político e social, sendo para tal, segundo Michael Keating vista, como a construção de elementos/indivíduos divergentes com maior ou menor coesão (Keating *apud* Paasi, 2009: 131). No entanto, tem sido difícil conceptualizar a região e a sua identidade, no sentido de entender qual é o seu papel no espaço social e a sua influência na formação do indivíduo e do coletivo, bem como, em que medida pode afetar a transformação da ação social e política, num outro nível, o nacional e internacional (Paasi, 2003: 476).

Desta forma, entendendo para este efeito a região como uma unidade de nível sub-estatal, a dinâmica identitária da unidade região em interação com outros atores, dá sentido a uma estrutura e uma voz importantíssima em qualquer nação, a identidade nacional, sendo ela uma voz ativa na fronteira do estado com o exterior. Esta voz e este papel têm sido bastante debatidos no campo das relações internacionais, uma vez que a identidade nacional tem sido o primeiro e o mais explorado nível de análise, alegando-se que para melhor estudar, entender e transformar este nível ou esta unidade é necessário um conhecimento mais rigoroso das unidades ou sub-unidades que fazem parte da mesma. Os subestados, ao serem entendidos como intermediários entre a população e o estado podem agir como atores, tendo um papel importante na afirmação da identidade nacional e na definição dos interesses do estado, baseando-se nas suas identidades regionais e nos seus interesses, defendendo-os em primeira mão e ao mesmo tempo.

Como tal, a identidade nacional sendo vista como uma porta e um cartão-de-visita para o exterior e sendo entendida de acordo com Bloom (1990: 52), como uma condição na qual um conjunto de pessoas constrói uma mesma identificação com base nos símbolos nacionais e na internalização dos mesmos, podendo agir como um grupo quando exista uma ameaça à identidade ou aos símbolos nacionais, essa identidade, a qual guia as preferências do estado, tem sido alvo de análise crítica, na medida em que se tem questionado se é ela quem

influencia a política ou se é ela o alvo da influência. Neste sentido, ou os símbolos nacionais e as estruturas que lhes dão significado são mutuamente constituídos e nesse caso precedidos e influenciados pelas identidades regionais, ou existe um modelo de identidade nacional descendente, defendido pelas elites no poder que criam as ameaças e motivam a luta pelos símbolos nacionais, uma vez que estes, segundo o conceito de Breuilly, enaltecem o carácter exclusivo de identidade nacional. Quando visto através das relações entre cultura e nacionalismo, este cariz exclusivo permite distinguir as nações umas das outras (Breuilly *apud* Inac e Unal, 2013: 229), conferindo-lhes um interesse por vezes utópico, imposto por uma minoria elitista em detrimento da vontade do povo. O ator região, enquanto unidade intermédia e mais próxima da população tem um papel central em fazer chegar ao vértice da pirâmide política os interesses essenciais, minimizando desta forma a precedência contínua da realização dos interesses das elites.

2.2. Identidade, interesse e poder

Parece consensual que a identidade nacional define os interesses nacionais, pois como argumenta Wendt (1992: 398) são as identidades dos estados quem molda os interesses destes. O interesse nacional tem sido também um conceito importante em política internacional e segundo Weldes (1996: 276) isso deve-se principalmente a duas razões. A primeira porque é com base no conceito de interesse nacional que os decisores políticos entendem os objetivos e seguem a política externa do estado, ou seja é a base da ação do estado. A segunda porque o interesse nacional pode ter um enorme poder em constituir e legitimar a política levada a cabo pelo estado, quando utilizado como um instrumento de retórica para esse fim. Tendo em conta a relação entre identidade e interesse e uma vez feita a conceptualização da identidade com base no construtivismo, também o interesse nacional é um conceito importante em política internacional devendo para isso ser corretamente enquadrado e conceptualizado.

No argumento realista o conceito de interesse nacional tem tido sem dúvida um papel inquestionável no que ao comportamento dos estados no sistema internacional diz respeito. As ameaças aos estados são determinadas de acordo com o poder relativo destes, no sistema internacional anárquico. Como tal

o interesse fundamental de qualquer estado é proteger a sua integridade física, identitária, política e cultural, das ameaças dos outros estados (Weldes, 1996: 277). Assim, a riqueza e o poder tornam-se meios pelos quais o estado assegura a sua sobrevivência e satisfaz os seus padrões de segurança. No entanto, esta visão realista é considerada simples e vaga, uma vez que além de dizer que os estados procuram a segurança através da riqueza e do poder, não explica o que os estados fazem ou devem fazer no sentido de tomarem as medidas certas em política mundial, ou seja como explicar a adoção de políticas particulares como medidas alternativas para assegurar a segurança do estado (Weldes, 1996: 277-278).

Assim, tendo em conta o entendimento de identidade, bem como a ambiguidade relativa ao conceito de interesse, o princípio fundamental do construtivismo social é o de que as pessoas atuam em direção aos objetos, incluindo outros atores, na base do significado que esses objetos têm para eles (Wendt, 1992: 396). Sendo assim, as identidades são a base dos interesses, uma vez que estas ao serem “internalizadas” pelos atores, através de entendimentos intersubjetivos e significados coletivos, constituem as estruturas que organizam as ações (Wendt, 1992: 397). Estas estruturas são como instituições, envoltas em regras e normas, com força motivacional, com vista à socialização dos atores e à participação destes no conhecimento coletivo. As estruturas e as identidades não existem aparte uma da outra, são mutuamente constituídas (Wendt, 1992: 399).

Com isto, Segundo Wendt (2007: 165) a estrutura produz dois efeitos nos agentes. Um efeito causal e um efeito constitutivo (Wendt, 2007: 165). Contrariamente à abordagem racionalista que se foca apenas no efeito causal do comportamento, o construtivismo de Wendt concentra-se no efeito causal e constitutivo tido no processo de formação da identidade e dos interesses. Wendt chama-lhe uma abordagem mais holística, uma vez que para haver o efeito de causa, tem de haver duas entidades independentes. Assim sendo, e segundo as abordagens focadas na agência, a cultura não pode causar qualquer efeito, porque estas consideram que a cultura vem com o agente, como tal, estes não dependem um do outro para existir. Para haver um efeito constitutivo terá que segundo o mesmo autor decorrer um processo de socialização cognitivo pelo qual

as identidades e os interesses se formam. Portanto, tendo em conta esta perspectiva defendida por Wendt e pelos construtivistas de forma generalizada, as identidades e os interesses formam-se a partir de um processo de socialização cognitivo entre a estrutura e o agente, ou seja são socialmente construídos.

Assim sendo, remetendo a atenção para a dinâmica anteriormente abordada, parece pertinente questionar: estes interesses nacionais são de quem e de que tipo? Que atores estão por trás deste processo? A população em geral, os representantes nacionais e as elites políticas, os atores internacionais? Quando instituições e organizações, nacionais e internacionais e estados defensores do direito internacional, apoiam a intervenção, para pôr fim a determinado conflito, ou incentivam a programas de democratização, de desenvolvimento e de reconstrução de estados, esses alegados interesses para preservar a identidade nacional, segurança nacional ou internacional, têm em conta os interesses de quem? Neste sentido quando se evocam os “interesses” para justificar determinadas ações, estes podem ser entendidos de variadíssimas maneiras, pelo que, desta perspectiva os interesses têm tantos significados, quantos aqueles que têm poder para os impor queiram.

O poder das práticas sociais assenta na sua capacidade de reproduzir significados intersubjetivos, os quais constituem as estruturas sociais e os atores (Hofp, 1998: 178). Isto significa que o poder tem ou pode ter também um papel significativa na construção da realidade social, na medida em que o poder, além de significar ter os recursos necessários para impor a sua visão aos outros, pode determinar autoritariamente o entendimento dos significados partilhados que constituem a identidade e o interesse do estado (Adler, 1997: 336). A realidade social é desta forma um meio para atribuir significados a objetos que ainda não têm esse significado, sendo este conhecimento antecipado e, este poder, os responsáveis pela criação e representação de uma determinada ordem, que favorece uns em detrimento de outros. Neste sentido o poder institucional de incluir ou excluir, de autorizar ou legitimar pode ser visto como formas de poder de alguém ou de alguma coisa. Assim, de acordo com Adler (1997: 336-337) organizações internacionais, podem ser lugares de formação de identidade e de interesse, na medida em que usam o seu poder institucional para beneficiar

estados ou outros atores pela via dos atores individuais ou coletivos que estão no vértice dessas organizações.

O conceito de identidade e a relação que estabelece com poder e interesse, tem sido por vezes, principalmente na sua dimensão nacional mas também noutras dimensões, entendido em relações internacionais, em particular por Wendt, no seu sentido antropomórfico, na medida em que este autor vê ainda o estado de um prisma realista, como o único ator, do qual se destaca na política internacional a sua identidade e o seu conjunto de interesses (Weldes, 1996: 280). Não obstante a identidade ser uma necessidade na política internacional e na sociedade doméstica para que possa haver um certo grau de previsibilidade e ordem (Hofp 1998: 174), o que é facto é que a utilização deste conceito refere-se à identidade de “alguém” ou de alguma “coisa”, com interesses e preferências, mas onde neste contexto o estado tem ocupado uma posição unitária.

Neste sentido, o construtivismo de Wendt, embora não olhe os interesses nacionais apenas como observados ou descobertos, ou seja realisticamente, mas vendo-os sim como socialmente construídos através dos significados atribuídos aos objetos de forma intersubjetiva, ele caracteriza o estado como uma caixa hermeticamente fechada, onde o conteúdo interno é irrelevante para a construção e entendimento do estado em questões de identidade e interesses (Weldes, 1996: 280). Neste caso, caracterizar o contexto histórico, social e político onde são formadas as identidades e os interesses do estado pela interação social e pelos significados intersubjetivos, apenas pela interação entre estados, será no mínimo simplista, na medida em que o estado é muito mais do que os políticos que o representam. Na verdade, as decisões tomadas no sistema internacional, em nome do estado e pelos políticos que o representam, têm por trás um trabalho de bastidores doméstico, onde, de acordo com as identidades dos atores sub-estatais com agência na vida social e política definem os interesses do estado no sistema internacional, tendo ou devendo ter por isso, as regiões em contexto doméstico, um papel ativo e constante na formação da linguagem que vai ser utilizada na política externa do país.

2.3. A relação identidade, segurança e política externa

Como se viu até aqui, em oposição a uma perspectiva mais materialista, a perspectiva construtivista tem como central a importância dada ao papel da identidade, na medida em que esta é também considerada nas suas dimensões social e ideacional, tendo assim a identidade uma influência considerável em assuntos de segurança e PE, independentemente das suas dimensões materiais (Sedelmeier, 2004: 124). Sendo verdade que as identidades dos atores não são dadas, mas sim construídas através de interações sociais, estas, além de serem a base das suas preferências, são também a base do entendimento do comportamento, pelo qual as identidades se expressam em situações particulares (Sedelmeier, 2004: 124).

Neste sentido, vendo a identidade como uma construção social, ela é também segurança (Bilgin, 2010: 81), uma vez que apesar da habitual negação pelas abordagens tradicionais de que, segurança e identidade seriam mutuamente constituídas, as abordagens subsequentes, com um cariz mais crítico vieram defender que a identidade pode ser também uma fonte de segurança. Por outro lado e continuando a ter a identidade como pano de fundo, este conceito na sua dimensão nacional e não só, gera um valor específico que é visto como uma pró-atitude na direção de um determinado tipo de ação, o qual por sua vez determina as preferências do estado pelo seguimento de uma determinada política externa (PE) (Ashizawa, 2008: 571).

Assim sendo, segundo Sakwa (2008: 241), nem a PE nem a segurança podem ser analisadas ou entendidas isoladamente das dinâmicas e constrangimentos domésticos, onde a identidade joga numa posição importante, principalmente, porque estas mesmas dinâmicas e constrangimentos movimentam-se num meio caracterizado por fatores sociopolíticos, económicos, históricos e culturais específicos, quer de âmbito nacional quer internacional. Coma tal, os fatores objetivos lado a lado com os subjetivos e intersubjetivos das dimensões identitárias (nacional e internacional) acrescentam uma complexidade material, ideacional e cognitiva, importante, para uma compreensão mais

alargada do processo evolutivo e transformativo, dos conceitos de segurança e PE (Freire, 2013: 11).

Sendo assim, tendo em conta um dos lados desta matriz inter-relacional, a política externa reflete segundo (Sedelmeier, 2004: 124), o sentido daquilo que as instituições e o governo consideram um comportamento apropriado, para um determinado papel que coletivamente internalizam como o seu. Este sentido coletivo acarreta o interesse nacional, a definição identitária e as percepções do “nós” e do “outro” (Freire, 2013: 8), para a inter-relação do interior do país com o exterior. No entanto esta condução de PE, embora sendo guiada pelos interesses domésticos, não está imune de influências exteriores, que afetam por vezes direta ou indiretamente o estado, as regiões e as estruturas nacionais e regionais desse estado. Como exemplo de um terreno que tem sido muito fértil em estudos de caso neste âmbito tem-se o bem conhecido caso da União Europeia (UE), pela relação que estabelece ao nível de segurança e política externa com os estados membros por um lado e com as organizações internacionais por outro, como é o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a título de exemplo (Wang, 2009: 15).

Do outro lado dessa matriz mental poderia posicionar-se a relação entre a identidade e segurança, na medida em que, com a emergência dos paradigmas de segurança (Kay, 2006: 69) o construtivismo questiona, se as diversas formas de uso do poder material por si só explicam as escolhas dos estados, no que concerne ao que é importante ou não para a sua segurança, ou, se os fatores ideacionais e culturais têm também um lugar e uma influência nestas escolhas (Kay, 2006: 70). Pinar Bilgin diz que sentir a ausência do fator identidade no campo dos estudos da segurança é sinónimo de inteligência e que, a ausência da identidade verificada nas abordagens convencionais no entendimento da ação política, leva a uma prática negativa da identidade, uma vez que o conhecimento do mundo material através de uma epistemologia empirista transforma fundamentalmente a política da violência e a natureza da segurança. O mesmo autor acrescenta ainda que a identidade nunca esteve completamente ausente dos estudos de segurança, uma vez que no desenrolar da Guerra Fria verificou-se

a existência de literatura paralela que sublinhava o papel da cultura e da identidade como estando presentes no estudo da segurança (Bilgin, 2010: 81-82).

É justamente com o fim da Guerra Fria que as atenções da segurança internacional dão finalmente mais atenção ao estudo das questões ideacionais – a emergência do nacionalismo no Leste Europeu – na medida em que cresce a preocupação e aumentava a relevância dos problemas relacionados com os fatores domésticos na relação entre estados, pelo que passou assim a haver um maior foco na análise da estrutura interna do estado contrariamente ao habitual ênfase na estrutura internacional. Esta diferente forma de olhar e estudar a segurança, através da dimensão doméstica, desenrola-se numa altura em que se verifica também um aumento do desenvolvimento e da importância do papel da identidade na política internacional, uma vez que as diferentes identidades étnicas ou nacionalistas começam, por um lado a ser interpretadas como uma ameaça à estrutura do estado, e por outro lado começa a questiona-se em que medida as políticas do estado ameaçam a cultura e a identidade específica dos seus povos. Estas questões levam portanto nesta altura à verificação de um aumento de importância dos fatores sociais e culturais na análise das relações internacionais em relação ao tradicional foco no materialismo positivista (McSweeney 2010: 3).

Neste sentido, face à mudança de paradigma com o fim Guerra da Fria e pelo facto de não haver uma ameaça real e externa à maneira tradicional, a centralidade do estado como ator unitário no sistema internacional é questionada, por um lado pela responsabilidade deste em continuar a garantir a segurança no interior das suas fronteiras, devido à sua fragmentação em novos atores políticos e por outro pela sua capacidade em lidar com a globalização e interdependência internacionais, tendo em conta, a influência direta e indireta que os fatores militares, económicos, ambientais e culturais têm nas instituições e na sociedade do estado (McSweeney, 2010: 4). Como tal considerando os fatores ideacionais em geral e a identidade em particular, como um ponto a partir do qual a segurança e a PE se guiam, o modo de pensar a política para o exterior tem em vista os interesses nacionais, onde a segurança ocupa um lugar central, bem como a forma de pensar a segurança nacional reflete a influência dos objetivos nacionais a nível internacional.

Desta forma e seguindo a lógica de Freire (2013: 9), a interação da política doméstica com a projeção da política externa, constituem um aspecto essencial, na exata medida em que é a partir desta combinação que se faz o entendimento da política global. Sendo assim, importa primeiramente entender a dinâmica doméstica, tendo em conta o múltiplo quadro relacional que os atores sub-estatais estabelecem a nível interno e externo, uma vez que de acordo com a teoria construtivista a realidade é socialmente construída, sendo portanto mais ideacional que material. Como tal perceber essa realidade através do conhecimento das características das unidades sub-estatais enquanto partes do sistema estado, pode permitir um entendimento mais rico que aquele conseguido através da unidade estatal, devido a alguma falta de detalhes que este possa omitir (Soltani, 2014: 167). Neste sentido justifica-se estudar os detalhes do contexto para entender o sentido da ação e a amplitude das relações e interações (Tsygankov, 2013 *apud* Freire, 2013: 10), entre identidade regional, segurança e política externa.

Assim sendo, as regiões enquanto atores sub-estatais têm emergido pela via das suas identidades regionais como atores importantes na Europa Ocidental (Fitjar: 2010: 522) uma vez que ao representarem um território com uma identificação de valor reconhecido, podem permitir estudar fatores e detalhes que expliquem como surgem e evoluem as identidades regionais, bem como que causas e consequências daí podem resultar, na dinâmica nacional e por-ventura na dinâmica internacional, uma vez que se vive num mundo inevitavelmente globalizado. As regiões, através das suas particularidades regionais – entenda-se identidade regional em primeira instância, pelos fatores que estão na sua caracterização – como a história, a cultura, a economia a política, entre outros, estabelecem relações a vários níveis, dos quais, dois têm um destaque mais notável.

A um nível horizontal, pela forma como se vêm a si próprios, como vêm as outras regiões e como estas vêm as primeiras, resultando desta percepção, influências na identidade regional e nacional. A um nível vertical, pela forma como as identidades regionais se diferenciam e ao mesmo tempo complementam as nacionais (é importante dizer que não as substituem), tendo em conta as relações

da região com as estruturas do estado, uma vez que estas, através das suas normas formais e informais e entendimentos intersubjetivos constituem e são constituídas, ao mesmo tempo que moldam também as suas identidades e as suas preferências (Pollack, 2000: 14).

Existe ainda um terceiro nível, que está relacionado com as interações das regiões com as organizações e estruturas internacionais, na medida em que estas, por razões de cariz cultural, geoestratégico, geopolítico e geoeconómico,¹ interagem internacionalmente, havendo assim também um efeito co-constitutivo, nas regiões e nas organizações. No entanto e atendendo que por normas se considera “as expectativas coletivas sobre um comportamento adequado a uma dada identidade” (Sedelmeier, 2004: 128), importa saber por um lado, se, e em que medida a identidade nacional reflete externamente as normas e identidades das regiões que a formam. Por outro lado, e de modo a fortalecer a ligação, entre identidade e política, é importante perceber também se as normas expressam os objetivos e as práticas da política externa aceites e convencionadas, pelas instituições quer regionais quer nacionais, quer mesmo, embora por vezes em menor escala, pelas internacionais.

Sendo a identidade regional um elemento essencial para a construção social, política e institucional da região, bem como um meio de mobilização e ação coletiva com vista a atingir determinados objetivos políticos, económicos e sociais (Busygina, 2002: 297), sem os quais a região e a população permanecem nas mãos da elite económica e política, as regiões bem estabelecidas em termos de identidade têm vindo a ganhar autonomia, sendo que para o sucesso desta dinâmica contribuem com mais significância os fatores cultura e desenvolvimento económico (Fitjar: 2010: 523). No entanto, esta autonomia embora possa estar enraizada também na história, tradições e mitos, bem como na interpretação do passado, ela é contemporaneamente formada em grande parte pela influência social e política, uma vez que os líderes políticos e económicos locais têm um

¹ As propriedades das estruturas e dos agentes são relevantes para explicar o comportamento social. As estruturas têm uma característica de dualidade, uma vez que são o meio e o resultado da reprodução das práticas sociais (Adler, 1997: 325).

papel importante na construção da região, na medida em que a adoção de políticas que revalorizem a cultura regional, que enfatizem a história e os heróis locais e nacionais, entre outras políticas, são objetivos que têm em vista a construção de um forte sentido de pertença e identidade regional (Busygina, 2002: 298).

2.4. Conclusão

Na primeira fase do enquadramento deste estudo, com base no construtivismo convencional procura-se entender as identidades através das práticas sociais que lhe estão associadas, explicando depois como as identidades motivam o sentido das ações (Hopf, 1998: 183). A identidade, sendo uma construção social, é também ela segurança (Bilgin, 2010: 81). Como tal, regiões com um forte sentido de identidade regional, são regiões com bons índices de desenvolvimento e segurança, a qual deve ser passível de ser comprovada através de índices de desenvolvimento económico, social e estabilidade regional.

Da mesma forma, regiões com bons índices de desenvolvimento e de segurança regional são atores com mais probabilidade de afirmação da sua política externa, uma vez que as suas características particulares são por um lado mais atrativas aos investidores estrangeiros e aos turistas e, por outro, estas bem como outras particularidades podem constituir vantagem adicional aquando da salvaguarda e negociação dos interesses regionais junto do poder central. Como tal, sendo a identidade um ícone do construtivismo social, ela permite entender as preferências securitárias e de política externa quer das regiões quer do estado, quer ainda do sistema internacional, sendo por isso a identidade a segurança e a política externa co-constituídas mútua e socialmente.

Na segunda fase deste enquadramento, no qual o construtivismo crítico tem um lugar privilegiado, este, mais do que articular e entender as ações que derivam da identidade, procura saber quais as verdades nas quais as pessoas acreditam e quais os mitos que estão na origem da formação da identidade, mitos esses que tratam a identidade como a responsável pelas causas e consequências das ações (Hopf, 1998: 183). Neste sentido, embora a identidade seja socialmente construída, ela pode ser também construída através de discursos que

a instrumentalizam para legitimar e alcançar objetivos pretendidos de cariz doméstico ou internacional. Segundo Hill “a política é constituída pela linguagem, ideias e valores, as quais conferem aos seus aspetos materiais uma dimensão ideacional” (Hill, 2003 *apud* Freire, 2013: 8).

Estas construções e securitizações da identidade são implementadas nas estruturas do estado e da região por atores políticos e sociais, quer individuais quer coletivos, sendo depois coletivamente difundidas, para que se crie um entendimento intersubjetivo, onde os interesses, as práticas e os comportamentos das elites no poder são baseados. A este processo Adler (1997: 339) chama evolução cognitiva. Como tal, a identidade e a sua relação como pré-condição para a segurança e política externa pode ter entendimentos diferentes dos tradicionais, uma vez que, vendo a identidade como uma pré-condição, este contexto não fica completo se não se analisarem quais os efeitos que a prossecução de determinadas medidas de segurança e de política externa podem ter na evolução das identidades dos atores envolvidos (Neumann, 2010: 102).

Assim, segundo Moravcsik (1999), a teoria construtivista apresenta um importante conjunto de questões que permitem o entendimento sobre o efeito das dinâmicas de interação social (Moravcsik, 1999 *apud* Pollack, 2000: 14), não sendo capaz no entanto, o construtivismo dito tradicional de incluir outros atores além do estado, bem como, inibindo-se de ir além do entendimento da identidade como uma realidade ontológica, e vendo-a como uma pré-condição para entender as ações desenvolvidas ao nível de segurança e da política externa.

O construtivismo crítico ao incluir outros atores na sua abordagem, pretende através da análise do discurso compreender a formação e a origem da identidade a qual permite securitizações e atingir os objetivos definidos pelo estado, em assuntos de segurança e política externa. Esta abordagem alega que a identidade sendo um processo de negociação entre pessoas e os interesses das mesmas, leva a que as diferentes identidades por si só, não conduzem necessariamente à securitização e à tomada de medidas especiais de segurança, podendo sim, estas políticas especiais criar diferentes identidades devido a essas mesmas medidas e políticas de segurança (McSweeney, 2010: 73). Neste sentido

a região, porque se encaixa num nível mais próximo da população e porque dá corpo a uma mesma identidade regional, pode ser um ator sub-estatal com um papel importantíssimo para perceber as dinâmicas de poder e interesse que podem vir a ser implementadas, em contra ciclo com as identidades e interesses regionais ou nacionais.

Finalmente, estabeleceu-se neste capítulo através da corrente construtivista uma relação ontológica e epistemológica, entre materialismo e idealismo, convencionalismo e criticismo, reducionismo e holismo, bem como uma relação entre atores estatais e sub-estatais, relação essa que servirá de enquadramento ao estudo de caso da Rússia e em particular à região de Krasnodar, como se verá nos capítulos que se seguem, em particular ao longo do terceiro capítulo.

3. CONTEXTO HISTÓRICO GLOBAL – AS POLÍTICAS E AS TRANSFORMAÇÕES NA IDENTIDADE RUSSA APÓS O SÉCULO XIX

A identidade nacional tem sido no caso da Rússia, um assunto com um amplo sentido de discussão e controvérsia entre intelectuais e políticos, na medida em que esta, sendo a base para a ação política e social é também o produto dessa mesma ação, ou o produto de múltiplos e competitivos discursos (Lebow, 2008: 474). A identidade de um povo é caracterizada por um conjunto de fatores de ordem cultural, linguística, geográfica, económica e política, daí que, uma vez estes não são constantes, é importante estudar o contexto para se entender o sentido das ações/transformações e a amplitude dos mecanismos, os quais forjam as identidades (Freire, 2013: 10). No entanto, os mecanismos que têm afirmado a identidade como fundadora do estado russo têm sido objeto de muita discussão (Tishkov, 2008: 172), sendo que esta crispação de ideias deve-se também, entre outras causas, ao facto de a Rússia ser um estado de múltiplas nações e de várias etnias, onde a cultura, a língua e os valores podem assumir dimensões diversas de região para região, ou mesmo dentro desta, não sendo portanto esta identidade uma realidade pré-dada.

Neste sentido, tendo em conta que nacional na Rússia é ainda atualmente e em larga escala entendido como étnico (Semenenko, 2015b: 307), o conceito de identidade nacional é desse ponto de vista ambíguo. Todavia não se trata apenas de uma correta utilização ou não dos termos, mas sim de um esforço intenso em (re)-conceptualizar o império em estado-nação “*multi-peopled*” (Tishkov, 2008: 176), bem como da adaptação ou transformação de um discurso político que se formou há pelo menos dois séculos e que encontra dificuldade em se encaixar num período pós-imperial (Semenenko, 2015b: 307). Na verdade, as alterações políticas e sociais pelas quais a Rússia rumou ao longo destes dois últimos séculos – com a queda da URSS a marcar o topo dos acontecimentos – tem obrigado à necessidade de os russos relocalizarem e reajustarem o mapa conceptual, que foi sendo inventado por e para outras pessoas e outros lugares (Semenenko, 2015b: 306).

O presente capítulo, embora não afirme os acontecimentos do período e do pós período imperial como os únicos ou mesmo os mais importantes na definição da matriz da identidade nacional russa, pretende através de uma análise retrospectiva da ascensão e declínio russos neste período, fazer uma abordagem multidimensional – política, económica, social e cultural – do processo evolutivo da identidade russa, tendo em conta um conjunto de acontecimentos que de acordo com um alinhamento histórico, são determinantes e responsáveis pela construção e evolução dessa mesma identidade, quer inicialmente num quadro nacional, quer depois também num quadro internacional e com sérias implicações em matéria de segurança e política externa. Essa retrospectiva inicia-se no Império Russo, atravessa a União Soviética e termina na atual situação da Federação Russa, argumentando que os acontecimentos são a base de perpetuação de um discurso com carácter ideológico-orientado, sendo que depois é esse próprio discurso que concretiza o rumo dos acontecimentos que vão fazer história.

Assim sendo, no sentido de melhor situar o leitor na linha dos acontecimentos que mais marcaram e marcam a identidade russa, existem alguns conceitos que são considerados importantes na retrospectiva da história política da Rússia, país e ator importantíssimo no xadrez das relações da política mundial. O primeiro é exatamente o de história política. A história política pode ser entendida como a politização da história e, definida como uma interpretação desta, pelas instituições ou elites no poder, que procuram através de uma narrativa dominante, convencer a audiência a aceitar a interpretação da sua verdade, como forma de alcançar e legitimar determinados objetivos a nível doméstico ou internacional Ryabov (2010: 51). Segundo Moskwa (2014: 152), no caso da Rússia a história é politizada pelas estruturas russas e implementada na sociedade pelas elites no poder, através da sua própria interpretação da história e dos valores centrais, tais como, patriotismo, orgulho pelas regras e valores da pátria, respeito pelos símbolos, bem como pelo sentimento de pertença e identidade nacional.

Memória coletiva e memória cultural são respetivamente, o segundo e o terceiro conceitos considerados importantes para compreender a concretização da história política na Rússia. A memória coletiva é entendida como a constituição uniforme das lembranças do passado – num grupo ou numa sociedade – pelas

esferas políticas, adaptando-as e dando-lhes significado com base nas crenças desse grupo (Szacka, 2006 *apud* Moskwa, 2014: 153). A memória cultural está subjacente à memória coletiva, uma vez que de acordo com a cultura e as crenças de uma determinada comunidade, as instituições profundamente organizadas e apoiadas por ela, atribuem especial ênfase à construção da memória cultural, através do significado dado ao sagrado, ao abstrato e ao simbólico. No caso da Rússia, as instituições altamente organizadas são as principais potenciadoras desta memória – através de eventos, cerimónias, paradas militares, significado e valor atribuído aos símbolos – com vista a influenciar e consolidar a interpretação do passado, o qual tem ou pode ter objetivos sociais e políticos no presente e no futuro (Assmann, 2008 *apud* Moskwa, 2014: 153).

Desta forma, quando se estuda a evolução e o conceito de identidade, não se podem negligenciar características históricas, políticas, sociais, culturais e geográficas, nas quais nasceram e cresceram os cidadãos em causa, bem como, na forma como estas “são reproduzidas” na memória coletiva e na memória cultural. A Federação Russa é ainda hoje o estado com a maior área territorial. É uma enorme extensão de terreno ocupado por distintas comunidades, onde, embora sejam todos considerados russos, estes são também portadores de um conjunto de valores e tradições específicos, característicos da sua etnia, do meio ou da região onde vivem ou viveram. Se a cada uma destas dimensões, as quais enriquecem a cultura russa, se fizesse corresponder um azulejo identitário, este conjunto, cada um com as suas semelhanças e diferenças, decoraria uma parede, a qual ilustraria parte do porquê da variada e complexa identidade nacional russa, sendo que a outra parte seria ilustrada com base na politização dessas diferenças e características.

Todavia, a Federação Russa de hoje tem 11 fusos horários, faz fronteira com catorze países contabilizando um total de 37653 quilómetros e tem uma população de cerca de 143 milhões de pessoas de mais de 100 nacionalidades, entre as quais 81,5% são russos, 3,9% tártaros, 1,4% ucranianos, 0,8% bielorrussos, 0,6% alemães, chechenos, judeus e etc. (RFFSSS). Esta população dá corpo a cerca de 160 grupos étnicos, que falam cerca de 100 idiomas. De

acordo com o censo de 2002, 142,6 milhões de pessoas falam russo, seguido pelo tártaro com 5,3 milhões e pelo ucraniano, com 1,8 milhões de falantes (RFFSSS). O russo é a única língua oficial, mas a Constituição dá às repúblicas o direito de fazer da sua língua nativa, a língua co-oficial a par do idioma russo (Nº 2 do Artº 68 da CFR, 1993).² Apesar da sua grande dispersão, o idioma russo é homogêneo em toda a Rússia. O russo é a língua mais ampla na distribuição geográfica da Eurásia e a língua eslava mais falada. Pertence à família das línguas indo-europeias e é um dos membros vivos das línguas eslavas, sendo os outros o bielorrusso e o ucraniano. Exemplos escritos do antigo eslavo oriental (russo antigo) são comprovados a partir do século X (EFRRP).

A Rússia é uma República Presidencial Federal com separação de poderes, onde o Presidente é a figura dominante, dividindo o poder com a Assembleia Federal, o Governo e os Tribunais. Administrativamente é constituída por 83 entidades federais (22 Repúblicas, 46 Oblastos, 9 Krai, 4 Distritos autónomos, 2 Cidades Federais e uma Província Autónoma). Estas regiões têm uma igual representação no parlamento russo mas diferem em termos de grau de autonomia. Os seus chefes de governo são normalmente conhecidos por governadores, embora algumas repúblicas tenham um presidente. Estas entidades administrativas têm vindo a formar-se ao longo dos anos, algumas delas são ou foram regiões limítrofes ou de fronteira, outras são conhecidas por acolher minorias étnicas. Na era Putin foram no entanto criados 8 Distritos Federais, cujo objetivo é agregar as unidades constituintes da federação, sendo que cada Distrito Federal tem um responsável, que é indicado pelo presidente da Federação Russa com o cargo oficial de representante plenipotenciário, com o papel de supervisor das unidades constituintes quanto ao cumprimento da legislação federal (RT).

Como tal, a Rússia e a identidade russa são diversos permitindo análises de várias perspetivas e através de vários conceitos. Na verdade a Rússia tem ganho forma e substância, não porque os grupos, etnias, nacionalidades, bem

² Constituição da Federação Russa <http://archive.mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/d0bd6a5ba542c949c32575dd004009ee!OpenDocument>

como os líderes e as formas de governar são fixas e pré-dadas (Semenenko, 2015b: 307), mas sim porque estes atores são objeto de adaptação e co-constituição, sendo aqui as identidades vistas como o resultado desse processo de construção, pois, permitindo isolar o “eu” do “ele”, o “nós” do “eles” permitem responder às questões quem se é, quem se quer ser e, quem são os outros – ou seja, a realidade é socialmente construída pelos atores e estruturas envolvidas. No entanto, no caso da Rússia, bem como obviamente noutros casos, além dos fatores socioculturais e históricos, tais como as tradições e os mitos, a forma como é apresentado e interpretado o passado, são mecanismos que exercem também influência na construção da narrativa da identidade nacional, uma vez que a forma como se vive hoje determina a forma como se percebe o passado e como se revê nele (Szacka, 2006 *apud* Moskwa, 2014: 154).

Todavia a politização da história conduzida pelas altas instituições na Rússia chega aos seus cidadãos em geral, bem como aos atores sub-estatais, em particular de duas formas diferentes causando isso um duplo impacto. Uma, diretamente através das políticas que visam a construção da narrativa nacional que vá de encontro aos interesses internos e externos, trazida pelos mandatários nacionais através da propaganda da história política, causando assim esta o seu primeiro impacto. Outra, através dos mandatários sub-estatais, que querendo ou não defender os interesses nacionais por um lado, mas também os regionais por outro, permitem outro nível de interpretação, o qual por vezes é o mais eficaz para a aceitação do discurso nacional causando assim o segundo impacto. Vista desta perspectiva, existe também uma politização histórica regional, que constrói uma narrativa de identidade regional fundamentada nos fatores que caracterizam essa identidade – história, cultura, economia e política – onde o ator região tem um papel de grande relevância, uma vez que depende dele a aceitação e o reforço por um lado, ou a recusa e a luta por outro.

Como tal, segundo Likhacheva e Makarow (2014: 7) a identidade não pode ser discutida de uma forma puramente objetiva e aparte de um contexto que englobe a experiência pessoal dos participantes, o sistema de valores onde estão inseridos, bem como, por quem e como é entendido e interpretado o passado. A identidade que se vai formando ou a entidade que se pretende formar, implica

sempre um sentimento de pertença a um determinado grupo e esse grupo pode conter diferentes etnias ou nacionalidades, mas existe uma interpretação semelhante pelos significados atribuídos aos valores e às tradições do local ou da região (Willett, 2013). Quando se fala em identidade nacional russa, fala-se de um conjunto de características centrais e comuns a todos os elementos do estado, ou seja, um conjunto de cidadãos que se identificam com a Federação Russa (FR) que partilham a mesma história e a mesma cultura, independentemente de serem Chechenos, Tártaros, arménios ou de uma outra nacionalidade (Tishkov, 2008: 180).

Assim, o que está em causa é perceber a evolução da identidade russa ao longo da história, tendo em atenção que, o que complica e ameaça uma identidade comum não são as diferentes nacionalidades que existem na Rússia, nem as diferentes etnias ao nível regional ou territorial. Essas diferenças, embora aumentem a complexidade enriquecem também a identidade russa. Como argumenta Roland Bleiker a diferença não resulta necessariamente em violência:

The source of conflict is located in the political manipulation of the tension between identity and difference, in attempts to isolate a few arbitrary selected elements of the past in order to construct around them a mythological between inside and outside.[...] Once these artificial demarcations have become internalized in language, school curricula, political institutions, moral discourses, and the like, their mythical origin appears more and more real until the ensuing worldview, and the conflicts they generate, seem inevitable, even natural (Bleiker, 2005 *apud* Bilgin, 2010: 83).

De acordo com Likhacheva e Makarow (2014: 9) a identidade nacional russa é portadora de uma cultura original euroasiática, a qual é baseada numa língua europeia de leste que cresceu essencialmente a partir de três tradições – a da Antiguidade, a Bizantina e a de Leste Europeia. É também um país com uma cultura política e social única, nem europeia nem asiática, sendo altamente influenciada pela sua história e geografia específica.

Neste contexto, existe uma identidade russa, aqui entendida como sinónimo de identidade nacional russa e de identidade da Federação Russa, a qual se defende neste trabalho, ser em grande parte construída e influenciada por um conjunto de identidades regionais, dado se estar a falar de um estado

multiétnico e multinacional. Um país como a Rússia, com séculos de história bastante própria, com uma presença geopolítica forte na Europa e no mundo, tem uma identidade coletiva, mas esta não pode ser separada dos diferenciais que informam uma sociedade multinacional. Nas secções seguintes irá se analisar a evolução da identidade russa, tendo em conta um conjunto de acontecimentos históricos e políticos, bem como o seu papel e a sua interpretação política para a constituição e consolidação das atuais identidade nacional e regional, da Federação Russa.

3.1. A identidade em função da história política durante o Império Russo

Já com uma história e uma cultura bastante rica e densa à época, o Império Russo foi ao longo do tempo alvo de profundas alterações no que concerne o seu gráfico identitário. A memória coletiva, a memória cultural e institucional, sendo segundo Lebow (2008: 480) os veículos principais de identidade e solidariedade são responsáveis por uma interferência ao nível da consolidação dessas alterações. Importa por isso apresentar, ainda que de forma resumida, em que medida acontecimentos políticos precederam e incentivaram determinadas medidas de condução de política interna e externa, que tiveram um papel decisivo no processo de construção da identidade do Império Russo, com traços de continuidade e resiliência até aos dias de hoje.

O *status quo* da identidade imperial russa foi alterado em 1813 quando a Europa foi libertada da hegemonia francesa e se restabeleceu a situação geopolítica europeia, após a derrota do Exército de Napoleão pelo Exército Vermelho (Hellfeld, 2011). Este acontecimento é um marco de profundo impacto na identidade russa, uma vez que permite aos russos da época um enorme sentimento de autoestima e confiança em si mesmos e um respeito e reconhecimento inabaláveis a nível mundial. Na Rússia, esta vitória originou uma onda de patriotismo sem precedentes, sendo por isso conhecida como a Guerra Patriótica (Aristov, 2012). Com isto, uma nova ordem geopolítica europeia foi discutida em Viena, entre 1814/1815, tendo lugar no chamado Congresso de Viena. A Rússia reforçou o seu estatuto de potência e firmou-se como um dos

países mais fortes da Europa ao lado da Áustria e Prússia (Correia, 1994: 44), com quem estabeleceu o pacto político da Santa Aliança, ficando este trio responsável pela segurança na Europa (Hellfeld, 2011).

No entanto, as alterações da identidade russa no século XIX, não são só testemunhadas pela guerra contra a França Napoleônica mas também pela expansão territorial e militar russa, que sendo uma das consequências dessa guerra, estendeu-se através de quatro eixos ou direções principais e que elencam este potencial fator ao processo de construção do império, com uma influência clara no processo da identidade nacional (Rego, 1999: 124). Os quatro eixos foram os seguintes: o eixo da Ásia Central – através da ocupação dos territórios que fazem hoje parte do Cazaquistão, do Uzbequistão e do Tajiquistão; o eixo do Cáucaso – com maior incidência na Chechênia e na Geórgia; o eixo do Extremo Oriente – pelos vastos territórios da Sibéria; e o eixo Costa Pacífico do Extremo Oriente – uma área de importância estratégica, dada a facilidade de acesso ao Pacífico, e haver assim a possibilidade de construção de bases navais e portos, controlando a Manchúria e facilitando o comércio com a China (ER).

Esta política expansiva e com pretensão de hegemonia (Correia, 1994: 56) que anteriormente se referiu, possibilitou à Rússia grandes conquistas territoriais e regionais, que por conseguinte permitiram a absorção de povos de variadíssimas culturas e religiões. Desta forma, o impacto na identidade russa pelo aumento de novos territórios, novos povos com novas culturas, línguas, tradições e valores, interferiu na construção identitária russa com uma obrigatoriedade de adaptação e consolidação ao sistema de valores imposto, o que implicou também da parte do executivo um conjunto de medidas políticas que permitissem e ao mesmo tempo agilizassem estas transformações. Uma das medidas impostas foi cunhada por Walter Kirchner de “russificação”. A russificação começou com o Czar Alexandre III (1881-1894) e teve como objetivo conseguir a estabilidade nas regiões fronteiriças, por considerar que a estabilidade do império só seria possível diluindo as etnias próprias de cada região com outras etnias. A etnia russa por ser a mais numerosa e dominante foi mesclada com as outras, tentando-se desta forma através da construção de

novos laços étnicos e familiares dificultar a insurgência ou a vontade independentista das etnias mais nacionalistas (Rego, 1999: 126).

Tendo em conta a filosofia de liderança do Czar e tendo em consideração que segundo Freire (2011: 149) a forma de governar bem como a ideologia dos líderes de um determinado país, desempenham um papel significativo na construção da identidade desse mesmo país, na Rússia de então, prevalecia de forma vincada a “Autocracia” e a “Aristocracia” como forma de governo – o poder ilimitado, absoluto e incontestado do Czar (Kenez, 2007: 36). De acordo com Rego (1999: 126), só o despotismo e a autocracia eram as fórmulas capazes de manter controlo sobre todo o território. Nas aldeias praticamente dominaram as relações feudais, os camponeses não tinham quaisquer direitos e mesmo a nobreza foi privada de muitos direitos e liberdades. Esta situação levou a muitas revoltas e rebeliões camponesas e até mesmo a uma tentativa, embora falhada, de revolução em 1905 (Viana, 2010: 48). A alienação da Rússia pelos reguladores da burocracia e a negação da participação pública das classes menos educadas na política (Luks, 2011: 135), seguida da entrada do império na Primeira Guerra Mundial, com as constantes derrotas que daí advieram, bem como o aumento da pobreza no país, a fome e a peste, levaram em 1917, à eclosão da Revolução de Outubro (Kenez, 2007: 32).

Da análise da identidade no período imperial, sobressai a vitória contra Napoleão, a qual ficou conhecida como a Guerra Patriótica e os desenvolvimentos que daí emergiram no que respeita ao interesse nacional e à política externa de então. Os vários eixos de expansão russa com a anexação de vastos países deixam a cargo do império a gestão de uma variadíssima multiplicidade cultural, que foi sendo conseguida pela via da russificação, a qual refletiu profundas mudanças ao nível das identidades locais e regionais devido à nova definição de fronteiras. Atualmente as opiniões dividem-se no que concerne ao reflexo da memória coletiva na identidade russa de hoje e como tal há quem aponte a “mentalidade imperial” como um dos motivos para a Rússia ter um fraco sentido de identidade nacional, uma vez que a emergência de identidades nacionais e imperiais na Rússia moderna, a par da incapacidade das elites em romperem com a ideia do nacionalismo russo enquanto etnia dominante, tem

conduzido a Rússia ao falhanço em termos de um sentido comum de identidade nacional (Pavleeva, 2011: 42). Segundo Tishkov (2008: 175), a Rússia já no século XVIII desenvolvia o seu sentido de identidade nacional pelo seu profundo sentido patriótico com base na cultura russa e no seu cristianismo ortodoxo, bem como com base nas culturas católicas da Rússia ocidental e nas culturas islâmicas na região do Volga, não fazendo sentido afirmar que a Rússia não consegue reunir-se em torno de uma identidade comum. No entanto e voltando à época, a identidade que o Império deixa é a de um país cansado da guerra e de um reinado czarista com explorações incisivas do proletariado, bem como uma classe trabalhadora com pretensões de abolição do semi-capitalismo e a instauração do comunismo, onde Lenine foi a figura principal (Viana, 2010: 43).

3.2. A construção da identidade Soviética

O fim do império e a grande instabilidade política, económica e social em que se vivia e que foi uma das causas da Revolução, deram o poder aos comunistas conhecidos por bolcheviques. Assim, com o desmoronamento do Império Russo, o partido comunista assume o comando da nova Rússia, com o fator ideológico a assumir um lugar fundamental nas suas políticas (Freire, 2011: 152). Esta mudança implicou grandes alterações sociais, económicas e políticas, as quais tiveram impacto na identidade em contexto doméstico, bem como no contexto da projeção identitária externamente.

A nível nacional as diferentes nações tiveram a resposta de Lenine às solicitações de maior reconhecimento das nacionalidades que faziam parte do império, passando esta resposta por conferir, maior autodeterminação aos territórios étnicos. Esta política foi também continuada por Estaline, para a qual ordenou que passasse a constar no passaporte dos cidadãos a sua etnia e a língua correspondente (McCauley, 1993: 37-38). Contudo, a medida imposta foi posteriormente considerada contraproducente, uma vez que esta identidade local e regional que se construiu teve repercussão mais tarde em manifestações nacionalistas que ajudaram à queda da União Soviética (Tishkov, 2008: 177-178).

A nível internacional, o aparato da Revolução e a emergência do comunismo foram vistos e entendidos como uma ameaça às políticas das elites

conservadoras do resto da Europa, uma vez que no período entre guerras a Rússia podia vir a encontrar, além do apoio ideológico, o apoio militar necessário nos países comunistas e, assim corria-se o risco de um *spill-over* comunista incontrolável (Brown, 2009: 117-119).

Com a sucessão em 1922 de Lenine por Estaline (Brown, 2009: 59), as instituições do partido comunista soviético agudizaram a sua ideologia, de modo a lidar com os problemas internos tornando-se numa arena de terror contínuo, no âmbito do qual e em nome da luta contra os revolucionários e opositores considerados nocivos ao estado, à Nova Política Económica (NEP) e à lealdade, foram mortas, de acordo com o historiador russo Roy Medvedev, milhares de pessoas (Medvedev *apud* Bullock, 1997: 440).

Com Estaline no topo hierárquico do partido e com a máquina ideológica soviética a trabalhar e a exportar a sua identidade, um evento de grande importância, a formação da URSS pela junção das 4 repúblicas – República Russa, República da Ucrânia, da Bielorrússia e da Transcaucásia – teve lugar, formada sob a autoridade do comunismo. Segundo Brown (2009: 60), o nome da entidade foi escolhido de forma a não influenciar nenhuma das nacionalidades, uma vez que se pretendia que outros países viessem a fazer parte da mesma. Não obstante a intenção desta entidade em ser uma federação, esta foi mais um estado centralizado, o qual nas palavras de Estaline, era nacional na sua forma e social no seu conteúdo (Brown, 2009: 60). Com o nascimento da União Soviética, novas culturas e línguas nacionais floresceram, bem como surgiram também alguns nacionalistas mais radicais, os quais foram sendo censurados e suprimidos pela mão dura do autoritarismo do partido comunista (Brown, 2009: 60).

Estaline e os seus seguidores comunistas através das suas políticas para promover a língua russa, bem como a cultura da etnia russa como a dominante em toda a União, determinaram, a par da língua nacional praticada na região, ou pelo menos a língua falada pela maior etnia local, o russo como a língua principal, criando para isso mais escolas por região e mais eventos culturais nas mesmas (Rego, 1999: 126). Foi criado também o culto de personalidade do líder Estaline

(Lipman, 2013: 17), bem como, através de narrativas de coesão nacional, amizade e patriotismo, foi promovida em toda a União Soviética uma ideologia que procurava ligar as repúblicas socialistas em torno de um sentimento de identidade comum (Tishkov, 2008: 177). Estas medidas faziam parte de um entendimento global de apoio ideológico, que possibilitaria à URSS maior poder e afirmação externa.

A par disso, o povo foi sendo na sua maioria impedido de estabelecer contacto com o resto do mundo, o que privou os russos de qualquer possibilidade de comparação dos seus níveis de vida, com os dos outros países. Alguma da elite intelectual das áreas que não comprometessem a ideologia do partido, entendam-se as ciências naturais, puderam sair do país ao abrigo do conceito académico, contrariamente aos apaixonados pelas ciências sociais que nem tiveram acesso a fontes, uma vez que estas eram consideradas confidenciais e podiam comprometer a imagem do bloco externamente (Brown, 2009: 577).

Por entre a procura do fortalecimento da União na nova organização geopolítica, o modelo de governação soviético afirmava a sua postura internamente, encontrando formas sofisticadas de recompensa e punição, as quais demonstraram desde cedo as regras do comunismo. Estas, significaram prisões em massa e execuções, provocando um clima de terror a quem estivesse fora da linha do regime (Brown, 2009: 575). Algumas figuras da elite nacional, tais como cidadãos ricos, nobreza, funcionários públicos, oficiais do exército czarista, cientistas, intelectuais e camponeses mais abastados estiveram entre os alvos de perseguição, até entenderem as regras de um comportamento adequado (Gaspar, 2004).

A identidade soviética pretendida foi sendo moldada pelas autoridades, sendo que a linguagem política, elaborada com base numa narrativa que tivesse em conta os interesses internos e externos, era a melhor forma de controlo e estabilidade do sistema comunista. Este discurso era alienado pelas instituições do estado, as quais eram compostas na sua maioria pelas pessoas consideradas de confiança pela liderança do partido. As instituições comunistas eram então o instrumento de controlo político e social efetivo, o qual era conseguido através do

seu departamento de propaganda das políticas do partido e ainda pela censura e cerco apertado aos meios de comunicação social, os quais eram cuidadosamente controlados (Brown, 2009: 5754).

À custa da propagação da ideia nacional do ideal de uma Rússia forte e, do crescente nacionalismo um pouco por toda a Europa, Estaline, através da sua propaganda socialista e nacionalista conseguiu implementar as reformas ao nível da indústria e da agricultura, ao mesmo tempo que internamente com a população cada vez mais isolada do exterior, começou a referir-se à URSS como “a nossa pátria socialista” (Brown, 2009: 64). Esta reabilitação da ideia nacional, além dos objetivos de formar um sentido de identidade interno, tinha também objetivos externos, ou seja a projeção de uma Rússia forte e com sentido de identidade. A demonstração de força tinha também um objetivo específico, que era o receio das causas do aumento do socialismo nacional na Alemanha e do possível confronto que daí podia resultar. Neste sentido, as alterações ideológicas do regime de Estaline tiveram como objetivo a consolidação das suas forças para uma possível expansão da URSS, bem como fazer face ao 3º Reich de Hitler (Luks, 2011: 138).

Apesar do pacto estabelecido com Hitler em 1939 a Rússia foi atacada pela Alemanha em 1941, encontrando Estaline pouco preparado, uma vez que o seu exército estava ainda em formação devido ao grande número de oficiais que foram deportados. Com a guerra nas suas portas e com um exército mal preparado a Rússia entra na guerra com grandes perdas (Brown, 2009: 65). Os anos de guerra são duros para os russos, contudo, com o contributo do Exército Vermelho na derrota da Alemanha Nazi, o fim da II Guerra Mundial, apesar das grandes perdas humanas e materiais e das atrocidades cometidas por Estaline, este foi um acontecimento que veio consolidar o sentimento de grandeza do povo russo, em matéria de unidade, identidade e orgulho nacional. Internamente estabeleceu-se uma forte convicção nos cidadãos da União Soviética sobre o tamanho e poder do estado ao qual pertencem e, externamente a Rússia ganha reconhecimento junto dos aliados como sendo uma grande potência mundial (Brown, 2009: 140).

Em 1947 cresce um sentimento de desconfiança entre os dois blocos que disputam, o que se viria a chamar de Guerra Fria. A União Soviética, instituição com um exército poderoso, mas exausto pela II Guerra Mundial, com uma economia muito debilitada e com uma população ainda a sofrer os efeitos sociais e políticos dos acontecimentos desta guerra, tenta desviar a atenção doméstica e externa dos problemas internos, exponenciando a ameaça ocidental de modo a manter a unidade nacional (McCauley, 1993: 79). O sentimento de ameaça pelo ocidente devido à sua possível aproximação ao que considera ser os seus interesses vitais, leva a União Soviética, apesar da sua situação económica interna a uma corrida armamentista sem precedentes (Roberts, 2010: 356). Este desenvolvimento das capacidades militares tem em vista uma estratégia de controlo mais alargada, a qual na tentativa de projetar a força soviética e assegurar os seus interesses vitais leva à criação do Pacto de Varsóvia, já com Khrushchev como líder do partido em 1955 (Freire, 2011: 152).

Entretanto Khrushchev sucede a Estaline provocando na então URSS um processo de “Degelo” (Oliveira, 2013: 19) e uma nova dinâmica nas políticas interna e externa da URSS. Internamente são implementadas medidas contra a coletivização forçada e o culto da personalidade, bem como políticas que lhe permitissem uma recuperação económica que desafiasse a economia norte-americana, para assim seguir um caminho hegemónico de expansão ideológica do comunismo. O bloco de leste, que se firmou com o Pacto de Varsóvia e que procurou fazer face ao poder do bloco ocidental, permitiu a presença de forças militares russas em países membros da aliança oriental, as quais foram no terreno o ponto de ligação dos estados satélite com Moscovo, endereçando com isso um sinal claro de poder ao ocidente (Freire, 2011: 152).

O bloco soviético foi demonstrando a sua capacidade em desafiar o bloco ocidental e mais do que isso, em desafiar a identidade hegemónica dos Estados Unidos da América (EUA), onde a crise dos mísseis de Cuba foi disso exemplo, a par da posterior construção do muro de Berlin. O discurso norte-americano, enquanto potência líder do bloco ocidental, era um discurso de uma superpotência sem a qual era impossível ter paz na Europa, e esta retórica causava desconforto aos soviéticos, uma vez que também eles se consideravam

ou viam como superpotência e com provas dadas na derrota do nacionalismo Nazi, naquela que foi considerada por eles como a Grande Guerra Patriótica.

A bipolaridade da Guerra Fria procurou através da projeção internacional, satisfazer os interesses nacionais criando um braço de ferro que teve o seu ponto mais alto com a crise dos mísseis de Cuba, crise na qual estiveram na balança de poder os interesses nacionais de cada líder dos blocos. Do lado da União Soviética ao nível interno continuava uma retórica que passava por manter a maioria do povo fechado ao ocidente, tendo o legado da II Segunda Guerra servido para manter o povo unido em torno do orgulho e do patriotismo nacional, convergindo o esforço de todos, para que apesar das dificuldades, se mantivesse a imagem de uma grande Rússia e de um forte líder do bloco comunista, sendo os EUA vistos como capitalistas e como o grande inimigo que quer aniquilar a Rússia e instaurar a sua ideologia. Do lado dos EUA, estes consideravam-se a maior superpotência, sem a qual a Europa não teria sido libertada do fascismo alemão. A Rússia era vista pelos EUA como os fascistas vermelhos, ditadores e com objetivos expansionistas, não diferentes da Alemanha Nazi (Weldes,1996: 292).

A rivalidade do contexto da Guerra Fria manteve-se, ao mesmo tempo que na União Soviética a identidade da mesma foi seguindo ao ritmo da ideologia dos líderes do partido. Khrushchev através da sua campanha de desestalinização foi condenando publicamente os exageros de Estaline, o que provocou alguma perda de legitimidade do partido comunista. Com Brezhnev a desestalinização foi interrompida, voltando depois uma nova era, a denominada *perestroika*, com Gorbachev, sendo que desde 1980 os jornais, livros e eventos públicos, todos faziam referência à era Estaline, contribuindo para um discurso na população que apelava à não identificação com o comunismo, o que também contribuiu para o colapso do regime (Lipman, 2013: 17).

Apesar destas políticas que escureceram a imagem do partido, da situação económica, das desigualdades sociais internas, do desigual desenvolvimento da indústria (principalmente a indústria pesada e mineira), bem como da escassez de artigos de necessidades básicas (Oliveira, 2013: 27), estas

não foram as razões decisivas para a queda do Comunismo Soviético. Segundo Archie Brown, o “problema das nacionalidades que existia na União Soviética” foi sempre uma ameaça de longo prazo à estabilidade do estado Soviético multinacional, no qual o partido investiu grandes recursos para promover na União uma identidade supranacional (Brown, 2009: 549).

As repúblicas Bálticas sempre foram mais nacionalistas debatendo-se por conservar a sua cultura mas nem por isso antes das reformas de Gorbachev elas pensaram em independência. Como se disse anteriormente neste capítulo, o partido comunista da União tinha os seus métodos para punir, prevenir e controlar o crescimento do nacionalismo. De facto, o que impediu a continuação do comunismo na União Soviética foi um certo grau de liberalismo e de democratização, o qual, justificado pela implementação de reformas imprescindíveis ao desenvolvimento económico da URSS, possibilitou o nacionalismo. Ou seja, a rejeição do comunismo na União Soviética e consequentemente na Europa de Leste deveu-se às políticas radicais impostas pela *perestroika* em 1985, sendo em 1991 impossível parar o nacionalismo, uma vez que Gorbachev não queria nem estava preparado para utilizar os meios de contenção e repressão da União Soviética de Estaline (Brown, 2009: 549-588).

Não obstante as causas económicas e sociais terem contribuído a longo prazo para a queda da URSS, o espaço que as reformas políticas deram ao nacionalismo foram a causa fundamental. Desde o início que a União Soviética defendeu que as instituições políticas, incluindo as das repúblicas eram fundamentais à preservação da União, incentivando desta, mesmo que nem sempre de forma consciente, o nacionalismo. Como tal, as repúblicas embora sob o escrutínio do poder central tinham alguma liberdade para decidir, sendo consideradas como unidades administrativas regionais, com direito a preservar a sua língua e cultura nacional, desde que esta não colocasse em causa a identidade Soviética. Estas iniciativas a par da promoção da literacia e desenvolvimento das instituições das repúblicas, deram lugar a cargos políticos, os quais permitiram defender os interesses das repúblicas nos corredores de Moscovo, e levaram à criação da presidência Soviética em 1990, bem como a

eleições parlamentares nas repúblicas, que foram as principais responsáveis pelo colapso político e ideológico do bloco Soviético (Brown, 2009: 551-553).

3.3. A identidade e o lugar da Rússia no mundo pós URSS

O fim da URSS foi um acontecimento com um significado enormíssimo, do ponto de vista das alterações e desafios que se colocaram à definição da identidade russa, com repercussões ao nível da segurança e da política externa. Boris Ieltsin teve um papel fundamental no seu desfecho, enquanto Presidente da República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR), e como opositor democrático, não isento de nacionalismo, na medida em o seu discurso opôs os interesses da República da Rússia aos da União Soviética (Brown, 2009: 555). Ficou popularmente conhecido por terminar com a liderança do partido comunista e por procurar obter a soberania da República Russa. Esta, sendo em tudo maior que as outras era também a sucessora do Império Russo, bem como a que concentrava a maior elite da extinta URSS. Como tal, Ieltsin foi um forte apoiante da saída da República da Rússia da URSS, contando para isso com o apoio da grande maioria da população. Neste sentido, Ieltsin, foi um fator essencial na queda da União (Brown, 2009: 553-554).

Foi também Boris Ieltsin que nas vésperas do fim da URSS, e mais uma vez tendo em conta os interesses nacionais, em conjunto com o presidente Leonid Kravchuk (Ucrânia) e com Stanislav Shushkevich (Bielorrússia), organizaram uma reunião que resultou na criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI). Assim em 21 de dezembro de 1991 aderiram à Comunidade de Estados Independentes os seguintes países: Cazaquistão, Uzbequistão, Azerbaijão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão, Arménia e Moldova. A Geórgia junta-se ao grupo mais tarde, ficando fora da CEI apenas as três repúblicas do Báltico daquilo que era a então União Soviética (Rego, 1999: 117).

Boris Ieltsin sucede-se a si próprio, sendo o último líder da República Federativa, e assumindo-se agora como o primeiro presidente da recém-nascida Federação Russa. A CEI iria permitir à Rússia continuar a ter um controlo e relações privilegiadas com as suas antigas vizinhas repúblicas, embora o acordo tivesse sido firmado com base no princípio da igualdade soberana dos seus

estados membros (Freire, 2011: 158). Visto como a esperança para a transição democrática, o novo presidente na sua liderança encontra uma Rússia internamente perdida, com uma identidade também ela perdida entre a supranacional da antiga URSS e a nacional da nova Rússia. O seu mandato não reflete as expectativas depositadas nele e, apesar de haver consenso para a implementação de reformas, estas não reproduzem o efeito estrutural, económico e social esperado. Boris Ieltsin tem em mãos um processo de transformação organizacional complexo e longo, encontrando portanto inúmeras dificuldades internas e externas (Freire, 2011: 158-159).

Internamente, o desmantelamento da economia soviética é imediato, com as elites políticas e económicas próximas de Ieltsin na frente da corrida da privatização das instituições estatais mais lucrativas. A formação da oligarquia capitalista, da corrupção em massa, do desemprego e da inflação, levaram ao caos político, económico e social, ao que se somaram ainda as tensões nacionalistas na Chechénia, levaram muitos russos a olhar com nostalgia a estabilidade da União Soviética (Mankoff, 2010: 350). Externamente, o emagrecimento geopolítico da Rússia, pela dissolução do poder comunista, do fim do Pacto de Varsóvia e da desintegração da União, dificultou ainda mais uma situação económica já deprimente. Com a fragmentação da URSS a Rússia diminuiu o seu território ao existente nos meados do século XVI, bem como perdeu o controlo dos estados satélite da Europa de Leste durante a Guerra Fria, uma vez que estes se viraram para o ocidente e para a OTAN (Mankoff, 2010: 349-350).

Com efeito, embora a Rússia tenha tido uma regressão acentuada na sua coesão interna e projeção externa com o fim do bloco de Leste, vê o final da Guerra Fria como um desequilíbrio claro, ou seja uma ordem unipolar. A Rússia afastou a sua ideologia comunista de uma ideologia alternativa, por uma onde dificilmente se encontra mas que considera próxima da ordem capitalista e, deixou a sua liderança geopolítica de uma alternativa militar e um bloco político, mas não afasta a ideia de com a sua identidade civilizacional, ter o seu lugar na liderança mundial, ou seja, não desiste de ser uma superpotência. Assim, o fim assimétrico da Guerra Fria tem aspirações hegemónicas, como tal não está

resolvida, dificultando desta forma o reencontro da Rússia na ordem mundial, uma vez que a sua identidade não está claramente definida nesta ordem (Sakwa, 2008: 252-253).

O fim da União Soviética contribuiu contudo e em grande escala para a afirmação das entidades sub-estatais enquanto atores políticos, económicos e sociais. Estas unidades procuraram, ao abrigo da legislação, lutar por mais autonomia, argumentando a capacidade das suas instituições em encontrar estratégias e consenso dentro da região, que favorecessem um desenvolvimento sustentável. Este regionalismo, assente num forte sentido de identidade regional, pretendia que os líderes locais vestissem os interesses regionais e os defendessem junto da barganha estatal em Moscovo (Busygina, 2002: 296-300). Desta forma, o fim da URSS permitiu aos sub-estados da Rússia o início de uma esperança e de uma diferenciação vertical e horizontal ao nível político e social que foi reforçado pelo Tratado Federal de 2002, o qual declarava que “ as regiões etnicamente russas são repúblicas soberanas no seio da Federação Russa (Erlanger, 1992 *apud* Mankoff, 2010: 350).

É neste contexto de incerteza, instabilidade e desafio que surge entretanto na arena política Vladimir Putin (Reitschuster, 2005: 34). Este chega ao poder em 2000 e traz consigo um discurso de mudança, que passa inicialmente pela restauração da estabilidade política e da confiança interna, com vista ao apoio da ideia da grande Rússia, ao salvamento da identidade nacional (Putin, 1999) e ao lançamento da Rússia como superpotência, para assim restabelecer a ordem multipolar e corrigir a assimetria deixada pela Guerra Fria (Freire e Simão, 2008: 6).

A sua liderança contrariamente à de Boris Ieltsin, destacou-se desde logo pela melhoria clara na economia do país e pela união de uma Rússia fragmentada, que foi conseguida através do controlo burocrático, da Duma, dos media e das elites económicas que tinham arruinado o país, o que permitiu pagar a dívida externa e aumentar o PIB em cerca de 65%. Com isso cresce também o investimento estrangeiro na Rússia, melhoram os níveis de vida dos cidadãos, as pensões e salários aumentam e a taxa de desemprego baixa. Outra medida

importante e com importantes repercussões nacionais foi a implementação da autoridade vertical, através do controlo apertado das elites regionais e dos grandes grupos económicos, onde está inserido o setor energético (Mankoff, 2010: 351).

Além do renascimento da economia através das reformas estruturais – sendo que estes resultados também foram muito beneficiados pelos aumentos, um pouco por todo o mundo, dos preços dos recursos energéticos – as regiões, foram também uma área de intervenção cirúrgica, através da implementação dos distritos federais e da centralização do poder em Moscovo limitando a autonomia destas na condução da sua política interna e externa (Reitschuster, 2005: 34). A estabilidade da própria Federação foi colocada em causa, quando na sequência dos acontecimentos da queda da URSS a Chechénia lutou pela sua independência motivando outros governos regionais – o caso do Daguestão, Tartaristão e Bascortostão – a aproveitar ao máximo a soberania de que dispunham, para em nome dos seus interesses regionais fazer frente a um poder central fraco. Estas limitações foram conseguidas através da colocação nos governos federais de pessoas próximas da ideologia política de Moscovo e através de medidas mais deterministas e repressivas justificadas pela necessidade da reconstrução doméstica (Mankoff, 2010: 351).

O combate ao nacionalismo da Chechénia foi disto um bom exemplo, servindo a segunda guerra na Chechénia para restabelecer o valor de um exército russo recuperado após o desaire da primeira guerra chechena e assim demonstrar o preço da não submissão a Moscovo. A modernização e o crescimento do exército russo foram assim também uma área de importante valorização para Putin, a par de um discurso de securitização da cultura, valores e identidade, como questões fundamentais para a coesão social, os quais vão sendo conseguidos através de uma narrativa política, com referência aos heróis da pátria russa, apostando na memória coletiva e cultural para trazer os significados históricos do Império Russo, em particular o orgulho histórico da vitória na Grande Guerra Patriótica da União Soviética (Moskwa, 2014: 156). A extensão das celebrações da Grande Guerra Patriótica reflete a importância

daquele que foi o maior acontecimento na história da Rússia moderna, e projeta a longo prazo a visão global da Rússia (RFE/RL, 2015).

Interpretando os mandatos de Putin e Medvedev, que assumiu a presidência russa entre 2008 e 2012 (embora este não tenha sido mencionado de forma particularizada, uma vez que as linhas de atuação pautaram-se pelos princípios essenciais definidos nas políticas de Putin), através da politização da história, vê-se uma política que procura utilizar os pontos altos do orgulho histórico da Rússia para construir a identidade nacional pretendida. A restauração do hino da URSS e o mito que se criou à volta da vitória da União na Grande Guerra Patriótica, são disso bons exemplos. Putin investiu numa política de construção/restauração da identidade russa e do futuro da Rússia com base na interpretação dos mitos e feitos do passado e tal como no passado os opositores a esta ideologia são retirados do caminho (Greene, *et al.*, 2010: 5-6).

3.4. Conclusão

Ao longo de cerca de 100 anos, a Rússia contribuiu com três acontecimentos que mudaram o mundo e a ordem mundial estabelecida, bem como ficaram marcados na história em geral e na memória cultural e coletiva dos russos em particular. O primeiro aconteceu em 1917 com a Revolução Bolchevique e com o triunfo da ideologia comunista a contrabalançar com o capitalismo que começava a dominar o ocidente. O segundo foi a derrota do Exército Nazi pelo Exército Vermelho na Grande Guerra Patriótica que libertou a Europa do fascismo Alemão e o terceiro foi a desintegração da URSS, levada pelo descrédito do comunismo e o conseqüente abandono da ideologia política e económica, deixando nas mãos do ocidente a responsabilidade pela ordem mundial (Greene, *et al.*, 2010: 5).

Verifica-se que ao longo de pelo menos dois séculos a identidade russa tem sido moldada com base no objetivo expansionista que caracterizou e ainda caracteriza a elite, mais do que a sociedade russa, sendo esta evolução consolidada passo a passo pela construção do “outro” como: o inimigo, capitalista e não socialista. Esta era a base da ideologia que o partido comunista utilizava na URSS, o qual via a União como uma fortaleza “sitiada”. Em muitas declarações

dos políticos russos aparecia o motivo de inimigo externo (os países ocidentais, EUA) e interno (terroristas islâmicos e oposição) (McCauley, 1993: 79). O objetivo era a consolidação da sociedade e o apoio da mesma em torno de um poder político e militar forte. Neste sentido e na linha de Hopf (1998: 195), a identidade política a nível doméstico serve o propósito de autoridade e legitimação do estado na defesa dos interesses externamente. Como tal, uma sociedade a viver longos tempos, em ambiente de violência e/ou terror político, pode levar à criação de uma consciência humana, que Mikhail Heller chama no caso da Rússia de "*homo sovietikus*"³ (Heller, 1989).

Finalmente, e tendo agora mais em conta uma dimensão regional e de atores sub-estatais, as diferentes nacionalidades tiveram lugar na URSS, sendo sempre o nacionalismo um instrumento, quer de união com vista ao patriotismo Soviético, quer de justificação para medidas internas duras e de controlo. Inconscientemente o partido comunista através das suas políticas promoveu a insurgência nacionalista, uma vez que as elites locais, as quais foram promovidas pela URSS, quando chegaram aos corredores de Moscovo, tendo o apoio da população local fizeram exigências e procuraram a independência, a qual foi conseguida depois do partido comunista cair em descrédito pelas medidas da *perestroika*, como se viu anteriormente. No pós URSS, as regiões desta vez da Federação Russa, ganharam algum estatuto e autonomia, a qual de deveu por um lado à onda semidemocrática pela qual a Federação passou, com a queda da URSS e, por outro, ao fraco sentido de identidade russo que a mesma originou, bem como ao espaço que foi deixado nessa década por um governo incapaz de promover o desenvolvimento e a estabilidade política e social.

Com a viragem do milénio, Putin traz uma nova esperança ao povo russo na medida em que pretende, através da sua filosofia política ajudar a preencher uma lacuna ideológica e identitária que se formou com o colapso da União Soviética (Putin, 1999). A sua política procurou ações que ajudassem a afirmar a unidade nacional e a encontrar uma identidade que parecia perdida. Para tal

³ *Homo Sovieticus* ou Homem Soviético foi considerado por Mikhail Heller como um conceito presente na URSS e que decorria do processo de construção da mentalidade humana, fruto do envolvimento social e cultural em que vivia.

atribuiu grande significado e valor aos símbolos e aos feitos heróicos do passado, sendo o ponto mais alto as comemorações de 9 de maio, dia em que se comemora a vitória sobre o fascismo Alemão na II Guerra Mundial. Esta mudança trouxe outra forma de governar, a qual teve e tem tido grande aceitação pública. Algum grau de autoritarismo tem marcado a liderança da Rússia no novo milénio, bem como tem havido uma narrativa política referente aos pontos altos da história, como base de motivação às políticas atuais e futuras. A interpretação dos mitos e valores russos tem sido, segundo alguns críticos, com o objetivo de reaver a grande Rússia como superpotência mundial e por fim a um sentimento de paz fria (Sakwa, 2012). As regiões, face a esta centralização de poder, perderam contudo alguma autonomia e tornaram-se outra vez atores de menor visibilidade na Rússia. O estudo de caso da região de Krasnodar preencherá o próximo capítulo.

4. IDENTIDADE, SEGURANÇA E POLÍTICA EXTERNA: KRASNODAR ENQUANTO ATOR SUB-ESTATAL

A identidade nacional incorpora alguns níveis de convergência, entre a visão das autoridades oficiais do estado e a opinião pública, através da interação entre o estado e a sociedade. Este processo, que cresce orgânica e discursivamente da interação entre o estado e a sociedade, não pode ser forçado pela nação *top down* (Laenen, 2012: 25). Neste sentido, fatores sistêmicos como a interdependência e convergência dos valores domésticos, bem como a interpretação, valor e significado de símbolos, contribuem para a formação de uma identidade coletiva relativamente estável, mas passível de mudança (Nogueira e Messari, 2005: 176). Desta forma identidades coletivas relativamente estáveis, aqui entendidas como estruturas de uma instituição, podem ser cooperativas ou conflituosas (Wendt, 1992: 399). Assim, os sub-estados da Rússia, enquanto instituições com identidades regionais fortes e relativamente estáveis podem também eles cooperar ou colidir com o Estado Russo.

A identidade da região de Krasnodar é o objeto de estudo deste capítulo, no sentido de perceber quais os fatores que estão na base de uma identidade forte e como se mantém relativamente estável. A identidade regional ao estabelecer uma relação com segurança e política externa, concebe uma interação cooperativa entre estado e sub-estado por um lado, e identidade russa e sub-identidade russa por outro, atuando assim numa lógica de coexistência e complementaridade. Assim sendo, a primeira secção deste capítulo visa enquadrar o leitor com as características particulares da região, uma vez que estas são centrais à sua identidade. Seguidamente, a segunda secção procura entender os fatores que estão na base de um forte sentido de identidade regional. A terceira e quarta secção relacionam, identidade regional com segurança e com política externa respetivamente, através dos indicadores qualitativos e quantitativos que vão ser analisados. A quinta e última secção, faz uma análise crítica ao processo de construção e manutenção da identidade de Krasnodar, dando atenção aos fatores que a antecedem e sublinhando os diferentes papéis

que estes atores sub-estatais podem ter, se seguirem uma lógica de cooperação ou conflito.

4.1. Enquadramento geral de Krasnodar Kray

Administrativamente, a região de Krasnodar Kray é uma subdivisão da Federação Russa, enquadrada no Distrito Federal do Sul, sendo a região com mais população no Distrito Federal e a terceira mais habitada da Rússia. Geopoliticamente, Krasnodar faz parte do Norte do Cáucaso e localiza-se mais especificamente na parte sudoeste do Cáucaso norte. Tem uma área de cerca de 76.000 km², o que torna esta região em termos de tamanho, parecida com a Irlanda (Administration of Krasnodar Territory, s.d.). Krasnodar Kray é informalmente conhecida por Kuban uma vez que o Rio Kuban se estende ao longo da Região (Derluguian e Cipko, 1997: 1485).

Krasnodar faz fronteira a nordeste com o Oblast de Rostov, a este com a região de Stravopol e a sul com a República Carachai-Circássia e com a República da Abecásia, sendo que com esta última, tem uma fronteira internacional. A região é banhada a noroeste pelo Mar Azov e a sudoeste pelo Mar Negro, sendo possível a ligação via ferry à Crimeia, devido à proximidade com a mesma, através do Estreito de Kerch (Administration of Krasnodar Territory, s.d.). Krasnodar tem um total de habitantes que ronda os 5,2 milhões, onde a maioria étnica é Russa com cerca de 88%, seguindo-se a etnia Arménia com 5.5%, depois a Ucraniana com 1.6% e por último, com cerca de 4.9%, vários outras etnias (Gregos, Turcos, Tártaros da Crimeia, etc.), com uma percentagem não muito significativa (RNC: 2010).

O órgão legislativo local, segue as diretivas que a Constituição da FR exige e adota-as à região através da Carta de Krasnodar Kray, documento que regula a região segundo o Nº 2 do Artº 66 da CFR (1993).⁴ O Governador é o chefe da região, é eleito pelo Parlamento Regional com o aval do Presidente da Rússia. Ele observa e garante o cumprimento da Carta (Constituição das regiões)

⁴ Constituição da Federação Russa <http://archive.mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/d0bd6a5ba542c949c32575dd004009ee!OpenDocument>

em acordo com a Constituição Russa. O Parlamento Regional ou Assembleia Legislativa de Krasnodar Krai é o órgão legislativo e representativo da região e elege dois representantes para a Assembleia Federal. O Parlamento desenvolve e adota as leis regionais, as quais especificam com maior detalhe as necessidades da região, sempre de acordo com as leis constitucionais e nunca entrando em conflito com estas. Este órgão é composto por 100 deputados de 2 partidos políticos, o Partido Rússia Unida com 95 deputados e o Partido Comunista da Rússia com 5 deputados (LAKK).

Quanto à história da região, de uma forma breve, esta foi durante séculos ocupada por grupos de nômadas e guerreiros, que fizeram de Kuban o seu local temporário, dadas as características geoestratégicas do mesmo. No século XVIII, altura da expansão territorial da Rússia a região foi disputada entre a Rússia e o Império Otomano. Ekaterina a Grande movimentou as suas tropas para Sul com o objetivo de conquistar o Mar Negro e os seus portos de acesso, ordenando linhas de fortificação desde o Mar Negro ao longo do Rio Kuban, formando aí a cidade com o nome de Ekaterinodar, a qual foi o centro administrativo da região até 1920 (Markedonov, 2005: 142-143).

Depois das Revoluções de fevereiro e outubro em 1917 e com a guerra civil que se verificou, o território tornou-se o centro de resistência do Regime Soviético, com as Forças Cossack de Kuban a declararem a sua independência. Este movimento de resistência ao comunismo não teve sucesso, uma vez que a maioria dos trabalhadores estava do lado dos Bolcheviques. Com as reformas administrativas Soviéticas muita coisa mudou, inclusive o nome do centro administrativo que deixou de se chamar Ekaterinodar – prenda de Ekaterina – para se chamar Krasnodar – prenda dos vermelhos – uma vez que a tradução de krasn é vermelho (Raevskaya, 2005: 14-17).

A Região, além do seu passado histórico e glorioso integra a comunidade Cossack, uma comunidade com características e valores próprios, os quais servem de referência e dão orgulho à região. Esta comunidade enquanto ícone regional e nacional tem tido um papel de destaque na construção de uma identidade forte na região. Os Cossacks na Rússia Czarista eram vistos como um

elemento especial do exército, tendo por isso ganho estatuto e reconhecimento, tanto por parte do Czar como por parte do povo. Contudo, na era Soviética esse estatuto e esse reconhecimento foram desvalorizados, voltando depois a aparecer no período pós-Soviético, uma vez que os Cossacks começaram a reunir-se cada vez em maior número, em torno dos seus valores, mitos e tradições (Toge, 2006: 1057).

Sendo krasnonar, o local com o maior número de Cossaks em toda a Rússia, estes estão representados na região através de uma associação independente, designada de Kuban Cossack Army (KCA). O KCA tem mão-de-obra efetiva e voluntária e o seu empenhamento comunitário estende-se ao longo do sul da Rússia, pelas regiões de Krasnodar, República da Adiguésia e da República Carachai-Circássia, dentro das suas fronteiras e de acordo com a jurisdição dessas regiões da Federação Russa (Administration of Krasnodar Territory, *s.d.*).

Esta comunidade tem também um papel importante na educação militar e patriótica dos jovens de Krasnodar, que em conjunto com as instituições locais, assegura e mantém o respeito pela história da região e do país, com presença assídua em comemorações e eventos históricos, envergando as suas fardas peculiares. O KCA a par de outras instituições de segurança, tem efetivo pronto para atuar em situações de emergência, quando entendidas como desastres naturais, defesa civil e do território, manutenção de ordem pública e defesa das fronteiras da Rússia no combate ao terrorismo (Administration of Krasnodar Territory, *s.d.*).

Relativamente ao potencial económico, a região detém um lugar de elevada importância na economia regional e nacional, uma vez que desenvolve projetos nas áreas da indústria, construção, energia, informação e telecomunicações, bem como nas áreas agroindustrial, transportes e complexos turístico-recreativos de reconhecimento internacional. A região é a melhor zona turística da Rússia, aspeto que em muito contribui para o seu desenvolvimento sustentável. Os complexos agroindustriais, são outra característica particular da região. O fato de esta ter terras férteis e um clima ameno, faz com que seja

analisada por um prisma securitário, na dimensão da segurança alimentar, e ser considerada pela Federação Russa uma região de importância vital nessa matéria (PSEKR).

O complexo de transportes e o tráfego de mercadorias, são outros dos aspetos importantes que caracterizam a região. Krasnodar tem aeroportos domésticos e internacionais, bem como vários portos marítimos que permitirem o acesso direto ao Mar Azov e Mar Negro, os quais são responsáveis por 35% do comércio externo e pela passagem de um terço do óleo exportado pela Rússia em navios carregueiros. Através da região passam também importantíssimos oleodutos e gasodutos, os quais abastecem e garantem a segurança energética de vários países europeus. Estas características, conjugadas com a posição geoestratégica de Krasnodar, permitem ter condições essenciais para a projeção de uma política externa e de segurança para a área económica do mediterrâneo, que são centrais ao desenvolvimento da região, enquanto parte importante da estabilidade da Rússia (PSEKR).

Krasnodar, através do seu departamento de relações externas desenvolve ainda um projeto de relações bilaterais com cidades internacionais. São exemplo destas, Burgas na Bulgária, Ferrara na Itália, Tallahassee nos Estados Unidos, Karlsruhe na Alemanha, Harbin na China, entre outras. Esta dinâmica fomenta uma inter-relação de cariz socioeconómico, cultural e académico, a qual transporta Krasnodar para uma posição de elevada importância em termos de política doméstica e internacional, pois por um lado a região é um meio de importação e exportação de valores materiais e não materiais e por outro fortalece a relação bilateral entre os países, dos quais as cidades fazem parte (AKCMFKCD).

4.2. A formação da identidade de Krasnodar

Os fatores que se consideram relevantes para a formação e manutenção da identidade da região, são fruto de uma análise *in loco*, que se desenvolveu ao longo de 2 meses na região de Krasnodar. O trabalho de pesquisa e as entrevistas efetuadas, a par de toda a experiência vivida na região são as fontes que permitem discutir e apresentar os resultados de como se desenvolve o

processo de construção da identidade de Krasnodar, onde a Universidade Estatal de Kuban, através do seu Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais teve um papel fundamental de ajuda e mediação desta pesquisa.

A região de Krasnodar tem vindo a construir e a fortalecer a sua identidade regional ao longo da sua história como foi ilustrado na resenha histórica da região. Desde o início do trabalho de campo que se percebeu que a região possui um forte sentido de identidade e pertença para com a mesma, sendo esta característica o motor essencial para a região ganhar competências, autonomia, reconhecimento e afirmação interna e externa. As entrevistas efetuadas na região comprovaram claramente esta perceção bem como foram unânimes quanto ao que consideram ser os principais fatores de coesão e identidade regional. Os entrevistados estiveram também na sua generalidade em acordo, que um forte sentido de identidade regional – o qual é característico da região em estudo – tem influência na estabilidade e na segurança da região, podendo as mesmas funcionar como uma alavanca da região enquanto ator de política externa.

Assim sendo, com o objetivo de perceber melhor as bases em que assenta a peculiaridade da identidade de Krasnodar, procurou-se saber quais são os pressupostos que permitem entender a identidade institucional da região, uma vez que segundo Wendt (1992: 399), a institucionalização é o processo de internalizar novas identidades e interesses, através da socialização enquanto processo cognitivo. Desta forma, olhar a identidade Krasnodar através de um prisma estruturante, permite identificar quais os fatores estruturantes da identidade, que mais contribuem para manter e fortalecer a mesma. Ou seja, quais são os fatores da identidade institucional com os quais a população mais se identifica, e que indicadores demonstram a importância desses fatores para a formação de uma identidade comum. Com base no trabalho de campo identificara-se o fator histórico, cultural, económico e político, como sendo os fatores estruturantes, que mais influência têm na construção da identidade de Krasnodar.

A história e a cultura são fatores com uma grande interligação e com uma presença forte na região, bem como são ambos muito importantes na formação da identidade de Krasnodar. Fitjar (2010: 525) aponta o fator histórico como sendo uma das mais importantes bases para mobilizar a população em torno de uma identidade comum, fazendo com que os cidadãos sejam leais à região e ao estado. Por outro lado, Krasnodar é também um dos maiores centros culturais da Rússia, com uma riqueza histórica e cultural bastante significativa (AKCMFKCD). A razão para esse facto é que a região foi ao longo de muito tempo uma zona através da qual se cruzaram diferentes pessoas de diferentes culturas (Toje, 1061). Esta zona de contacto criada e disputada devido aos seus recursos e à sua localização estratégica, ajuda a explicar a razão da multiculturalidade da mesma e contribui consideravelmente para cimentar a identidade existente, uma vez que os habitantes ao conhecerem bem a história e a cultura da região, têm uma melhor perceção de que habitam num local com raízes históricas e culturais particulares. Assim, as diferenças étnicas e culturais não são entendidas de forma negativa, mas sim respeitadas e isso deve-se aos longos anos vividos entre a diversidade. Esta diversidade, traduz-se numa maior tolerância às diferenças sem conflito, bem como no fortalecimento da identidade regional (Nikolaevich, 2015).

Kuban é também considerada a terra mãe da comunidade Cossack, uma comunidade com um conjunto de tradições e valores bastante enraizados na região, os quais são facilmente visíveis principalmente em ocasiões especiais. A cultura e a história dos Cossacks está altamente representada na região através de museus, teatro, galerias, arte, bem como pelas suas próprias instituições, fazendo dos Cossacks o maior ícone regional (Perenigko, 2015). A razão desta influência cultural deve-se a alguns séculos de história, tradições e valores, onde os Cossacks lutaram para defender as terras que lhes tinham sido atribuídas,⁵ bem como lutaram para defender a fronteira russa. Esta comunidade é muito apoiada e respeitada quer regional quer nacionalmente, sendo por isso, o cartão-de-visita da região. Segundo Zhdanovsky (2015), do total dos cerca de 5,2

⁵ No museu Felitsyn em Krasnodar está a carta original que prova que Ekaterina the Great atribui as terras de Kuban aos cossacks, no sentido de estes as ocuparem e as defenderem dos invasores.

milhões de habitantes da região, 1 milhão declara ter ascendência Cossack, sendo esta uma das razões desta comunidade ser tão importante na identidade da região.

O desenvolvimento económico é também um fator de extrema importância para a construção de um forte sentido de identidade. De acordo com o estudo de Fitjar (2010: 522) existe uma tendência para a identidade ser mais forte nas regiões economicamente desenvolvidas. Sendo assim, de acordo com os dados das autoridades locais e de fontes estatísticas russas, Krasnodar encaixa-se neste critério, uma vez que é uma zona privilegiada economicamente, e com um orçamento que tem vindo a aumentar Zhdanovsky (2015). Tem sido também uma das cidades que mais tem atraído investimento, está no *top* das 5 melhores regiões russas para viver e tem visto a sua população a aumentar, bem como tem verificado um aumento na produção industrial e agrícola. Ou seja, de uma forma geral a região revela indicadores económicos positivos e acima da média (IPKR). A região é também famosa por ser um local onde os pequenos negócios são populares no ramo da agricultura, do turismo, e da construção de infraestruturas, os quais aliados ao clima e à localização privilegiada, são fontes que contribuem para o desenvolvimento de uma economia sustentável (Morozova, 2015). Desta forma, as características particulares de Krasnodar fazem sentir nos seus habitantes um sentimento de orgulho que pode conduzir a um aumento ao nível da identidade regional. Este orgulho e este sentimento de viver num lugar economicamente próspero foi de resto também comprovado pelas entrevistas, como sendo uma forte influência na identidade da região.

A influência do fator político parece ser vital para a fomentação de uma identidade regional forte, na medida em que é um fator aglutinador e convergente, que utiliza o legado histórico, a cultura e a economia, como agentes influenciadores para fortalecer a identidade e através desta alcançar os interesses regionais e nacionais. Segundo a opinião de duas especialistas em política e identidade regional (Semenenko 2015a e Romanova, 2015), a elite política ao nível da região é quem articula as características e os recursos ao seu dispor, no sentido de alcançar aquilo que ela e a elite nacional, definem ser o interesse regional e nacional. De acordo com as entrevistas efetuadas o caso de krasnodar

é um bom exemplo de como esta articulação pode ser bem-sucedida. Analisando o currículo de liderança do antigo governador de Krasnodar, Alexander Tkachev (Governador de 2002 a 2015), verifica-se o quanto a influência do fator político pode aumentar o sentido de identidade regional.

Tkachev durante o seu mandato implantou várias medidas que contribuíram para o fortalecimento da identidade da região. As medidas de revitalização da cultura e da história da região foram algumas delas. Ao nível da história o governador implementou a disciplina, História de Kuban como sendo obrigatória, elegendo comissões especiais para a produção de livros neste âmbito. A importância atribuída aos feitos heróicos regionais e nacionais, através de cerimónias e paradas militares, discursos de reconhecimento aos veteranos de guerra, imposição de medalhas e condecorações (Kremlin, 2013), são alguns dos exemplos que procuram através do legado histórico, trazer para mais perto dos jovens em particular, as tradições, os costumes, os valores e os mitos da região, resultando estes eventos numa maior coesão e identidade regional (Samarkina, 2015). O relevo dado à história à cultura e às tradições da comunidade Cossack, ou seja a revitalização do herói cultural da região, teve um grande impacto na construção da imagem de heroísmo à qual os Cossacks estão atualmente associados. A existência no discurso de expressões como “a região de krasnodar é dos Cossacks”, “foram os Cossacks que trouxeram a paz e a prosperidade à região” “o que a polícia não conseguir fazer os Cossacks fazem” Markedonov (2005: 145) são formas de colocar esta comunidade no centro das atenções, à volta da qual a identidade também se solidifica (Perenigko, 2015). Além do discurso, uma parte considerável do orçamento da região tem sido para construir e reabilitar a história, cultura e infraestruturas dos Cossacks, o que os trona num ícone de enorme identificação nacional (Grechko, 2015).

O fator político teve também um papel crucial em fomentar a economia regional, utilizando depois a mesma discursivamente como uma fonte de orgulho e unidade regional. Durante o governo de Tkachev, o orçamento da região passou de 17 biliões em 2002 para 100 biliões em 2014 (Zhdanovsky, 2015). Além disso foram aprovadas leis que fomentam e facilitam os pequenos negócios, foi melhorada a oferta turística e foram desenvolvidos projetos no sentido de

cativar o investimento nacional e estrangeiro (Zhdanovsky, 2015). Krasnodar foi a região anfitriã dos Jogos Olímpicos de Inverno 2014 e os 2 grandes fóruns económicos de toda a Rússia, um acontece em St. Petersburg e o outro em Sochi, a famosa zona turística de Krasnodar. Através da publicação destes eventos nos meios de comunicação regionais e estais, a região enche-se de orgulho por ser um ponto de referência regional e nacional (Grechko, 2015).

Finalmente, verifica-se que através da análise dos fatores estruturantes da identidade de krasnodar, a região é caracterizada por um forte sentido de identidade e pertença e que este processo tem tido continuidade através de vários atos, discursos e medidas políticas específicas. Estas, com base na história, na cultura e na economia local, procuram criar condições para que os seus habitantes olhem para a região como um espaço político e social, positivo, favorável e sustentável, capaz de mobilizar o público a defender e manter esse espaço e essa identidade comum. Desta forma, o movimento dinâmico que caracteriza a Krasnodar, deve-se ao facto da região ter tido um papel ativo na vida política e social da região e do país.

4.3. Krasnodar e segurança regional

Na secção anterior procurou-se entender a formação da identidade da região em estudo, verificando-se que através dos fatores estruturantes e das práticas sociais forma-se uma estrutura identitária forte e positiva. Como tal, sendo característico de Krasnodar um forte sentido de identidade, importa saber como essa característica informa ou motiva a segurança regional. De acordo com Bilgin (2010: 84) reconhecer a identidade como uma estrutura moldável, permite a imaginação da formação de comunidades de segurança em qualquer lugar e em qualquer dimensão.

A região de krasnodar, foi durante muito tempo ocupada por nómadas, por guerreiros ou por outro tipo de ocupantes, que tentando impor a sua identidade e defender os seus interesses, lutarem entre eles para construir naquele lugar a sua comunidade de segurança. Tendo em conta que as regiões se consideram instituições e estas são resultado de um processo de internalização de novas identidades e interesses, então Krasnodar é uma região

que se formou ao longo do tempo e que tem agora identidades e interesses relativamente estáveis devido à socialização cognitiva (Wendt, 1992: 399). Assim, a região ao construir e solidificar passo a passo uma identidade forte e estável, construiu também com base nessa identidade, a sua segurança e estabilidade, sendo isso comprovável através das entrevistas e dos índices de desenvolvimento social, tais como, violência, taxa de mortalidade, taxa de natalidade, desemprego, entre outros indicadores.

Não obstante Markedonov (2005: 142) considerar que Kuban faz parte de uma zona de conflitos étnicos latentes porque tem uma elevada diversidade étnica e também porque tem os chamados maus vizinhos – as regiões de Rostov a norte e Stavropol a este – o que é facto é que de acordo com os indicadores locais e com as entrevistas, estas particularidades não se constituem num fator de ameaça e instabilidade. Pelo contrário, de acordo com os índices económicos a região está nos lugares cimeiros em praticamente todas as dimensões securitárias. Ao nível do investimento económico obteve o primeiro lugar na tabela das regiões com menos risco de investimento; é líder nacional enquanto ponto de atração turística; é considerada uma das regiões da Rússia com as melhores cidades para viver; e é considerada o celeiro da Rússia devido à sua produção agrícola, carnes e açúcar, o que lhe confere um papel e um poder vital ao nível da segurança alimentar (IPKR).

Do ponto de vista populacional e desenvolvimento social, embora os últimos valores aos quais se teve acesso sejam relativos a 2013, segundo as entrevistas e a perceção das opiniões de uma forma generalizada, é de que os valores têm-se mantido estáveis na região. Assim, pode-se verificar que de acordo com os resultados analisados, krasnodar tem visto a sua taxa de mortalidade a baixar; tem conseguido um aumento significativamente no número de migrantes que entram na região; a sua taxa de desemprego está mais baixa, não obstante krasnodar dar emprego a trabalhadores de outros países; e tem-se ainda verificado um aumento na taxa de fertilidade e de natalidade na região, indicadores que revelam segurança e estabilidade regional (AKCMFKCD).

Neste sentido, a identidade regional informa a segurança e o desenvolvimento sustentável que a região apresenta, os quais são fruto por um lado de um conjunto de características naturais da região, e por outro, fruto de um conjunto de medidas e fatores materiais e ideacionais que fazem com que na região exista um grande sentido de identidade regional. Assim, havendo uma identidade comum, a população e as instituições regionais vivem e relacionam-se dentro de um sistema de segurança cooperativa, uma vez que ao identificarem-se positivamente uns com os outros, entendem a segurança de uns como a responsabilidade de todos (Wendt, 1992: 400). O mesmo se passa ao nível estado. O facto de haver uma identidade regional não impede que haja uma identidade nacional comum, uma vez que existem também um conjunto de fatores estruturantes nível estado que possibilitam essa identidade nacional, enquanto agregadora das identidades regionais. Como tal, dentro desta mesma comunidade – ainda que imaginada segundo o conceito de Benedict Anderson ⁶ – pode haver várias dimensões de identidade, ou seja várias sub-identidades onde os interesses regionais são os interesses nacionais e vice-versa. Assim Krasnodar, tendo de base uma identidade coletiva forte e estável, tem um papel importante na estabilidade e na segurança da região e do país, podendo por isso ser visto como um ator de segurança.

4.4. Krasnodar e política externa

Tendo em conta que na secção anterior se tentou demonstrar como um forte sentido de identidade regional informa e motiva a segurança regional, o que confere à região um estatuto de ator de segurança, esta secção, seguindo a mesma linha, procura entender em que medida a identidade forte e estável de Krasnodar, em conjunto com os elevados índices de desenvolvimento e segurança regional podem influenciar a política externa russa, vista como o resultado da política interna.

Assim, se se recuar no tempo e tendo que Neumann (1996: IX), vê o fim do comunismo e o fim da Guerra Fria como um acontecimento que possibilitou

⁶ As comunidades imaginadas de Benedict Anderson entendidas aqui como um processo de formação onde as pessoas imaginam uma comunidade, uma sociedade e uma identidade comum (Anderson, 1994).

uma grande mudança nos padrões de análise, da política internacional, verifica-se que de facto, com o fim da União Soviética também as regiões da Rússia puderam começar a recuperar uma pesada herança, a qual impedia a formação das identidades regionais, pois a linha governativa Soviética era no sentido de criar uma comunidade, à qual todos pertenciam independentemente da sua nacionalidade etnia ou região (Busygina, 2002: 298). Assim sendo, com a queda da URSS e com a onda de nacionalismos que daí resultaram, também os sub-estados da Rússia, por um lado motivados pela corrente independentista regional e por outro motivados pela maior autonomia que o novo governo de ambições semi-democratas permitia, começaram a poder construir a sua identidade regional, procurando de certa forma ligar-se com o exterior, e abrirem-se as portas a políticas essencialmente de cooperação económica (Samarkina, 2015).

A política externa faz-se do entendimento da política doméstica com a projeção da política externa (Freire, 2013: 9). Assim a definição dos interesses ao nível doméstico é vista como o ponto de partida para a projeção externa, sendo esses interesses a convergência das identidades e dos interesses das várias regiões da Rússia. Sendo assim, regiões com identidades fortes e coesas e com bons índices de desenvolvimento e segurança serão atores com mais probabilidade de chamar a si o investimento externo e influenciar em certa medida a tomada de decisão em política externa. No entanto, segundo a Constituição Russa (Nº 3 do Artº 80 da CFR,1993),⁷ o presidente é quem determina os objetivos base da política interna e externa do país. Como tal, o resultado obtido das entrevistas, é que as regiões, têm pouca influência na política externa do país, uma vez que esta está verticalmente centralizada no Kremlin, como de resto a Constituição dita.

Contudo, tendo em conta mais uma vez o resultado das entrevistas e, embora direta, oficial e legalmente as regiões não influenciam a tomada de decisão em política externa, a verdade é que, também nesta matéria Krasnodar tem um papel peculiar, uma vez que indiretamente, através de uma influência

⁷ Constituição da Federação Russa <http://archive.mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/d0bd6a5ba542c949c32575dd004009ee!OpenDocument>

forte ao nível da política interna, estas influências têm impacto e repercussões externamente. Krasnodar tem sido desde a era soviética o local de destino da elite política russa. Como tal, devido ao seu clima ameno, às praias, e aos complexos turísticos e a todo um ambiente natural de grande valor, bem como devido às ligações económicas que a região estabelece externamente e à sua localização estratégica, o governo local tem tido desta forma mais oportunidades para se ligar com o governo central e por aí, mais oportunidades de expor e defender os seus interesses regionais.

Também medidas de âmbito regional como o investimento na cultura, na História e na educação por parte do governo de Krasnodar, fizeram despertar o interesse e a importância histórica nacionalmente e como tal, a implementação da disciplina, História de Kuban na região é hoje uma disciplina transversal a todas as escolas nacionais. O facto de a região ter recebido os Jogos Olímpicos de Inverno em 2014 e ter sido palco de vários outros eventos, conferências, fóruns nacionais e internacionais, coloca a região em primeira linha, na mira do país como ponte para o exterior. Havendo esta cooperação e relação privilegiada, as autoridades regionais pretendem promover o local, bem como o poder central pretende mostrar ao mundo o que a Rússia tem de melhor e os Jogos Olímpicos foram sem dúvida um bom exemplo disso.

Também políticas de promoção da comunidade Cossack como símbolo da região, conseguiram grande apoio ao nível do poder central, pois apesar de haver cossacks um pouco por toda a Rússia, são os de Kuban os mais referenciados e talvez até os beneficiados, na opinião de alguns dos entrevistados (Zhdanovsky, 2015; Morozova, 2015; Timur, 2015 e Grechko, 2015). Os Cossacks de Kuban foram os únicos que participaram na parada militar em Moscovo a quando da comemoração dos 70 anos da Guerra Patriótica (Perenigko, 2015). A nomeação do Governador de Krasnodar, Tkachev em 2012 como representante especial do presidente para a Abcásia (Kremlin, 2012) e as “missões especiais e informais” conferidas aos Cossacks na Abcásia, Georgia ou Crimeia, são também outros exemplos de como a região devido às suas características particulares pode servir os interesses da Rússia externamente (Grechko, 2015).

Assim sendo, e de acordo com os exemplos apresentados, os quais demonstram haver uma influência ao nível do poder central e das decisões de âmbito internacional, esta influência é fruto de uma identidade regional forte, a qual tem sido agregada e coordenada pelo poder político local, conferindo à região condições para influenciar políticas internas com repercussões internacionais. Como tal, verifica-se que a região em função dos seus recursos, materiais e não materiais, constrói uma dinâmica, que a permite afirmar passo a passo na agenda internacional, sendo por isso um ator político e social que se está a internacionalizar.

4.5. Análise crítica ao ator Krasnodar

Ao longo das secções anteriores procurou-se com base no construtivismo convencional entender quais os fatores e qual a sua importância na formação da identidade de Krasnodar, verificando-se depois que a região, sendo uma instituição com uma identidade forte, pode ser um ator de segurança e de política externa. Nesta secção tem-se como objetivo olhar a dinâmica identitária e de agência de Krasnodar de uma forma diferente, para através da lente do construtivismo crítico, entender o papel do ator região, para lá de um processo de socialização cognitivo convencional, o qual defende que a identidade precede ontologicamente quer a segurança, quer a política externa. Como tal, pretende-se fazer uma crítica às instituições governativas de Krasnodar, pela forma como estas, através de um discurso construtivo e de linhas de ação securitizadoras, bem como por intermédio de narrativas de politização da história e da cultura, formam a identidade das regiões para atingirem determinados níveis de segurança e estabilidade que lhes permita legitimar e alcançar os objetivos pretendidos.

Como se viu aquando da análise da identidade de Krasnodar, o fator político era o fator chave, de sedimentação da história, com a cultura e com a economia. Se forem analisados quais os fatores históricos que são apresentados através da narrativa política, denota-se uma clara valorização e importância à construção do passado e aos feitos históricos e culturais de apenas parte da população, que passou e fez história na região (basicamente os Cossacks). Esta

apresentação ideológica da história e da cultura, numa região com mais de 100 nacionalidades, coloca à margem a importância da história dos valores e das tradições de outros grupos que lá habitam e que precisam de ser integrados. A implementação da história de Kuban nas escolas e o conteúdo dos seus livros (Samarkina, 2015), é mais um exemplo que comprova a narrativa de que Krasnodar é a região dos Cossacks, ao que se soma ainda a colocação de um discurso político local e nacional, com a utilização de expressões: “esta terra é dos Cossacks”; “aqui joga-se de acordo com as nossas regras”; “temos que proteger a nossa terra dos imigrantes ilegais” (Markedonov, 2005: 145). Outro exemplo interessante, que demonstra e apoia a cultura Cossack, é o facto de na Carta Constitucional da região estar referido que a área de Krasnodar é a casa dos Cossacks e dos Russos (Markedonov, 2005: 144). Isto legitima a securitização do referido grupo pelas suas características indígenas e dá apoio à utilização de um discurso com o objetivo de criar a identidade da região em torno da cultura Cossack. Os Cossacks eram historicamente fortes e tinham uma identidade forte, como tal a identidade de Krasnodar deve ser também forte. Esta forma de nacionalismo à volta da ideologia Cossack, tem sido claramente uma medida recorrente, situação que marginaliza as outras etnias. A razão que está por trás desta sobrevalorização, securitização e discurso dominante, na direção da comunidade Cossack, é porque esta, é extremamente leal à elite política regional e nacional. Como tal, uma política centrada na defesa e valorização do mito Cossack permite dar suporte ao alinhamento dos interesses da elite política, e ao mesmo tempo desvalorizar e conter a oposição que possa existir por parte de outros grupos (Grechko, 2015).

A questão económica e o desenvolvimento social são outras dimensões envoltas de uma propaganda enaltecida e preservadora das características da região, em nome das quais é necessário manter a união em torno de uma identidade forte. A capacidade agrícola da região, uma vez que ela é considerada o celeiro da região, é transportada para o campo da segurança alimentar, sendo portanto essencial manter estas capacidades, em nome das quais se tomam medidas, que mesmo não beneficiando, todos e outros grupos, são essenciais

para preservar esta segurança e estabilidade, que é tão importante para a região e para a uma Rússia forte.

A produção de informação nas páginas locais e nacionais, em que consta os lugares cimeiros ocupados pela região enquanto grande atração ao investimento nacional e estrangeiro são também medidas no sentido de convencer a população, do lugar de exceção em que vive e assim retirar a atenção destas, a outras questões importantes. Esta perspectiva e leitura dos dados estatísticos questionam a veracidade atual dos mesmos, uma vez que estão apenas disponíveis nas páginas oficiais da região e da Rússia, não havendo assim outra forma de verificar esse desenvolvimento e comprovar essas estatísticas.

Também a produção de informação nas páginas locais e nacionais, dos índices de estabilidade e desenvolvimento social, como a taxa de natalidade, taxa de desemprego entre outros, além de também só ser possível ter conhecimento destes indicadores através da página oficial, eles referem-se ao centro administrativo de Krasnodar, não sendo por isso possível constatar estes índices e estas questões sociais fora do centro urbano ou seja no meio rural, onde existem outras comunidades.

Um outro indicador de que krasnodar vive sob algumas medidas específicas de promoção, no sentido de desviar a atenção das pessoas para outras matérias minuciosas e assim criar uma identidade forte, constatou-se aquando de uma entrevista com um elemento que exigiu confidencialidade, questionar-se acerca de algum separatismo “leve” que parece estar a sentir-se em Sochi. A resposta confirmou essa hipótese (Entrevistado 1). Esta cidade da região de krasnodar é a mais turística da Rússia e segundo se apurou, recebe o orçamento diretamente do Kremlin, gozando por isso de uma considerável autonomia. É também a cidade de Krasnodar com mais Arménios por metro quadrado, os quais preenchem grande parte da cidade com o seu comércio local. Esta questão a par da propaganda de uma história e cultura elitista, tem demonstrado alguma instabilidade e separatismo regional, sendo esta uma ameaça à identidade comum da região, a qual é eliminada do discurso político.

Assim sendo todos estes discursos, construções e securitizações têm feito a população de Krasnodar evoluir com a ideia de que vive numa região privilegiada, com recursos naturais e economicamente desenvolvida, onde a comunidade Cossack através da sua valentia, ocupou e protegeu no passado a terra dos invasores. É por isso de todo importante, adotar padrões de cultura que evitem a fragilização da terra mãe, utilizando como arma psicológica a comunidade Cossack, e assim proteger a identidade de Krasnodar. Assim, as construções, securitizações e essencialismos da identidade são implementadas nas estruturas da região pelos atores políticos e sociais, sendo depois coletivamente difundidas. É um processo de politização da identidade para fins políticos minuciosos (Makarychev, 2014: 27).

Desta forma, esta secção permitiu através do construtivismo crítico ter uma percepção diferente da formação da identidade de Krasnodar, salientando a existência de um discurso político dominador, construtivo e securitizador, o qual pretende através da construção da identidade, mobilizar a população no sentido de se atingirem os interesses regionais e nacionais. Através de um discurso que politiza a história a cultura e a economia da região, a elite política constrói uma identidade que invisibiliza, marginaliza, exclui e desvaloriza outras minorias culturais, fazendo destas o “outro” e a ameaça à identidade comum. Estando a identidade ameaçada, está também a segurança, a estabilidade e a política externa, quer regional quer nacional. Olhando a identidade de krasnodar por esta perspetiva, a região não é propriamente uma fonte de segurança e de política externa, ela é sim o resultado da securitização da política interna e externa das regiões e da Rússia, para fins políticos e securitários. Ou seja, é a procura da segurança ontológica com base na produção de insegurança que permite a reconstrução da identidade de Krasnodar (Bilgin, 2010: 88)

Finalmente, verifica-se que a identidade não é uma pré-condição para a segurança e política da região em estudo. Como tal, não são as diferenças culturais que fomentam a violência, mas sim, são determinadas medidas e determinados discursos que criam essas diferenças, sendo depois estas criações que levam à insegurança e à instabilidade. Como tal, a dinâmica institucional de Krasnodar tem deste ponto de vista, duas características centrais e particulares. A

primeira é que, os Cossacks através da sua história e da sua cultura são uma arma psicológica que é usada política e socialmente para formar uma identidade comum; e a segunda é que, sendo a identidade construída e manipulada para permitir o seguimento de determinadas políticas securitárias de âmbito interno e externas, então neste caso a identidade pode ser classificada como sendo o ópio do povo.

4.6. Conclusão

Analisou-se ao longo das seis secções deste capítulo a dinâmica do ator sub-estatal Krasnodar, no sentido de entender a sua identidade e assim perceber os seus interesses no seio da Federação Russa. Verificou-se que embora a região tenha características particulares que lhe conferem uma identidade comum, e alguma autonomia, a região estabelece com o governo central uma relação cooperante. Tendo em conta o trabalho de campo desenvolvido na região, foi possível através das entrevistas e de toda a experiência *in loco* identificar essas características particulares com as quais os seus habitantes de uma maneira geral se identificam, podendo este sentido de identidade ser interpretado de duas formas diferentes.

Por um lado, com uma história rica e presente na memória dos habitantes, uma cultura peculiar que se deve ao ícone regional – os Cossacks – e com uma economia estável, a região orgulha-se de ter uma identidade comum. Este orgulho da população que advém da forte identificação com a região, cria nas pessoas um sentimento de segurança, a qual lhe permite multiplicar o sentimento de pertença e exportar esse sentimento nacional e internacionalmente, conseguindo com isso um maior reconhecimento e por conseguinte também um maior investimento. Esta segurança e estabilidade permitem-lhe um lugar privilegiado tanto na política interna como na política externa, sendo a região nesta última uma parte menor, uma vez que a política externa está ainda muito centralizada na Federação.

Por outro lado, apesar de a região ter características particulares que a destacam, esta tem também características, que se não forem devidamente analisadas e corrigidas podem gerar separatismo, violência ou instabilidade

regional. A região é habitada por uma população multicultural, muita da qual não se identifica com as políticas de essencialidade e de exclusividade atribuídas a determinados grupos, classes ou etnias, à volta das quais a identidade tem sido tendencialmente construída. Esta região, estando próxima de uma zona de conflitos duradouros numa fase de adormecimento, pode originar tensões e consequências graves a médio-longo prazo.

Neste sentido, é importante implementar políticas específicas e ecléticas que permitam a formação de uma identidade inclusiva e consensual (Semenenko, 2015b: 311), com vista à diminuição das desigualdades sociais e que evite a marginalidade, o separatismo e formas de terrorismo. Nesta matéria, incentiva-se a ação política dos atores sub-estatais, uma vez que estes têm características que lhes permitem agir com o valioso conhecimento das respetivas realidades políticas e sociais. Ao posicionarem-se numa perspetiva que assegura a ligação entre o local e o nacional, os sub-estados estão num ponto que lhes permite gerir por um lado a informação que chega via *top down*, analisando-a, tirando as suas conclusões e adaptando-a à realidade regional, e por outro, via *bottom up* analisam a informação regionalmente *in loco*, a qual permite implementar políticas específicas, que mesmo sendo em certa medida contrárias à elite nacional, são estas medidas que evitam no terreno a marginalização, as desigualdades sociais e variadas formas de violência. Assim, os atores sub-estatais detêm um poder e um papel determinante enquanto *soft actor* dotado de *smart action* para se libertar da dominação e procurar soluções integradas e inclusivas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os desafios emergentes e sempre em mudança com que se depara o sistema internacional, a análise política tem tido sempre à sua frente um novo objetivo – a necessidade de entender as novas formas de relacionamento social num mundo cada vez mais globalizado. Nesta matéria, seguindo uma matriz não materialista, dando destaque ao valor das ideias na análise do comportamento dos atores, a teoria social tem sido central à corrente construtivista, uma vez que aborda a relação entre o ambiente internacional e a identidade doméstica de determinado estado (Kay, 2006: 70). Neste contexto de identidade e estado, discutiram-se formas alternativas de, mantendo a identidade enquanto conceito de análise, procurou-se através dela abordar a política internacional com o estado fora do centro de estudo. Assim, focando-se nos atores sub-estatais, este trabalho procurou mostrar a importância destes num modelo de análise político intermédio, que se situa entre os níveis individual/local e estatal.

Neste ponto, com o objetivo de contribuir para uma análise eclética do ponto de vista dos atores, e querendo deslocar o estudo da análise tradicional, focada na identidade da Federação Russa como um todo, uma vez que se entende que essa análise esconde detalhes importantes, este trabalho procurou estabelecer uma relação conceptual entre identidade regional, segurança e política externa. Assim, dentro do alinhamento da teoria construtivista, a dissertação questionou em que medida os atores sub-estatais, através das suas características identitárias têm um papel ativo na segurança e na política externa do país, bem como em que medida podem ser agentes de transformação da realidade.

Escolhendo como estudo de caso específico a região de Krasnodar, um sub-estado da Federação Russa, neste trabalho pretendeu-se demonstrar como os sub-estados desempenham um papel fundamental na garantia da segurança e estabilidade regionais, tendo se verificado a existência de uma estrutura basilar. Esta estrutura, quando se encontra enraizada uniformemente na região, tem capacidades de tolerância e inclusão que estão acima das diferenças culturais,

permitindo às regiões agirem como atores de segurança, política externa e de transformação da realidade imposta.

Uma vez que o estudo de caso deste trabalho, analisa um sub-estado da Rússia, pretendeu-se demonstrar através do enquadramento geral da história política da Rússia como a identidade nacional tem evoluído ao longo dos últimos dois séculos, na tentativa de perceber como essa evolução também se refletiu nos sub-estados da Federação. Verificou-se que a identidade nacional russa foi ao longo do tempo, moldada e politizada, com o objetivo de seguir uma política expansionista. Neste sentido e na linha de Hopf (1998: 195) a identidade política a nível doméstico, serve o propósito de autoridade e legitimação do estado na defesa dos interesses externamente. Como tal, a história repetiu-se e a Rússia de hoje vê a sua identidade extremamente politizada, com o objetivo de através das políticas domésticas ganhar apoio e projetar-se como uma potência internacional (Greene, *et al.*, 2010: 5). Através da demonstração da centralização de poder que a Federação tem instituído principalmente com Putin, verifica-se, que as elites políticas dos sub-estados seguem a linha *top Dawn* em estreita cooperação com o Kremlin (Freire, 2013).

O estudo de caso foi enquadrado pela abordagem construtivista, inicialmente na sua dimensão convencional, e posteriormente na sua dimensão crítica. Os fatores estruturantes da identidade de Krasnodar foram discutidos sob a lente convencional, demonstrando como são importantes na construção de uma identidade comum, verificando-se seguidamente como esta identidade informa a segurança e a política externa. Comprovou-se seguidamente, através de uma linha construtivista crítica que existem outras formas de olhar e entender a construção da identidade da região, demonstrando o construtivismo crítico que a vertente convencional, ao conceber a identidade como uma pré-condição para a segurança e política externa, não explica as políticas marginalizadoras, e os discursos securitários presentes nas instituições governativas de Krasnodar.

Acredita-se que ao longo do trabalho de campo efetuado em Krasnodar se conseguiu atingir os objetivos estabelecidos inicialmente, tendo-se tido o acesso a dados que permitiram validar as hipóteses elaboradas: a primeira,

quanto maior for o sentido de identidade de uma região, maiores podem ser os índices de segurança e estabilidade, bem como maior é a probabilidade de esta influenciar a política externa do país; e a segunda, de que é a implementação de determinados padrões de segurança e política externa que reconstróem as identidades regionais e nacionais, e estas sim criam as inseguranças.

Foi possível constatar através das entrevistas, fontes de informação escritas e fontes disponíveis nos *sites* oficiais das instituições de Krasnodar, que a região tem uma identidade comum e estável. Para o estudo de caso de Krasnodar construiu-se uma matriz de análise da identidade, com base nos 4 fatores estruturantes que se entenderam essenciais para explicar a formação da identidade – história, cultura, economia e política. A identidade comum foi relacionada com segurança e política externa, comprovando-se que Krasnodar é uma região com segurança, pois tem indicadores sociais e económicos, (entre eles a segurança alimentar e o desenvolvimento económico), que a confirmam. A região tem também influência na política externa, pois os indicadores geoestratégicos e investimento estrangeiro, conferem-lhe uma relação privilegiada com Moscovo, o que lhe permite por um lado, um lugar enquanto ator de segurança e política externa, e por outro ser parte importante na identificação projectiva da Rússia (Markarychev, 2014: 19), uma vez que através da visibilidade das regiões externamente, a Rússia está projetar-se a si própria no mundo.

Foi possível também, analisando os indicadores através de uma perspetiva crítica, verificar a necessidade da elite governativa em reconstruir a identidade coletiva recorrendo ao discurso e à produção de inseguranças (Bilgin, 2010: 87). Os indicadores que estiveram na base desta observação crítica, encontraram-se entre outros exemplos, na forma como o discurso político securitiza um grupo em oposição ao outro e impõem medidas políticas e de segurança que separam as identidades, criam as desigualdades e estas sim podem levar à violência física. Como tal, verifica-se que é a procura da segurança ontológica com base na produção de insegurança que permite também a reconstrução de uma parte da identidade de Krasnodar (Bilgin, 2010: 88).

Através da análise deste estudo, ficou-se a conhecer melhor a identidade do ator Rússia como um todo. No entanto, dado se defender que o nível de análise estado invisibiliza detalhes que podem ser determinantes no estudo do comportamento dos atores, o maior contributo deste trabalho é destacar a relevância dos atores sub-estatais enquanto o centro de um modelo de análise intermédio em política internacional. O estudo de caso analisado, permitiu constatar a importância da identidade regional pela forma como esta estabelece relações com a segurança e a política externa. Os atores sub-estatais ao serem o ponto intermédio entre o local e o nacional têm um papel central em implementar e mediar políticas inclusivas e equilibradas, que diminuam a marginalização, o separatismo e o terrorismo.

Para terminar, importa referir que deste estudo não se pretendem retirar de imediato conclusões e generalizações. Existem fatores limitativos, como o método da observação e interpretação direta, bem como questões de âmbito moral e étnico, que pesam no fator enviesamento. Pretende-se sim despertar e motivar outros estudos nesta matéria, e com esses, o estudo dos atores sub-estatais pode tornar-se numa ferramenta mais abrangente e generalizadora.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adler, Emanuel (1997) "Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics" *European Journal of International Relations*. 3(3), 319-363.

Administration of Krasnodar Territory (s.d.) *The Kuban Cossacks: History, Traditions, Customs, Pursuits, Everyday life and Holidays*. Krasnodar: Publishing House.

AKCMFKCD: Administration of Krasnodar City Municipal Formation and Krasnodar City Duma <http://en.krd.ru/> [8 de abril de 2015].

Anderson, Benedict (1994) *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.

Aristov, Mikhail (2012) "Guerra contra a Rússia foi erro fatal de Napoleão" http://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/2012_06_24/napoleao-russia-grande-guerra-patriotica-1812-batalha/ [01 de fevereiro de 2015].

Ashizawa, Kuniko (2008) "When Identity Matters: State Identity, Regional Institutional-Building and Japanese Foreign Policy" *International Studies Review*. 10, 571-598.

Bilgin, Pinar (2010) "Identity/Security" in Burgess, J. Peter (ed.) *The Routledge Handbook of New Security Studies*. London: Routledge, 81-89.

Bloom, William (1990) *Personal identity, national identity and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Borzel, Tanja; Risse, Thomas (2009) "Conceptualization the Domestic Impact of Europe" *Oxford University Press*.

Brown, Archie (2009) *The Rise and Fall of Communism*. Londres: Harper Collins.

Bullock, Allan (1997) *Hitler e Stalin*. Varsóvia: Bellona.

Busygina, Irina (2002) "Russia's Regions in Search of Identity" *Aeta Slavica Iaponica*. 19, 296-312.

Buzan, Barry; Hansen, Lene (2009) *The evolution of international security studies*. Cambridge: Cambridge University Press.

CFR: Constituição da Federação Russa (1993) "Nº 2 do Artº 66" <http://archive.mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/d0bd6a5ba542c949c32575dd004009ee!OpenDocument> [01 de outubro de 2015].

CFR: Constituição da Federação Russa (1993) "Nº 2 do Artº 68" <http://archive.mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/d0bd6a5ba542c949c32575dd004009ee!OpenDocument> [01 de outubro de 2015].

CFR: Constituição da Federação Russa (1993) "Nº 3 do Artº 80" <http://archive.mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/d0bd6a5ba542c949c32575dd004009ee!OpenDocument> [01 de outubro de 2015].

Chepurina, Maria (2011) "Is Russian identity European identity?" <http://infocusrevue.com/2011/04/21/is-russian-identity-european-identity/> [20 de setembro de 2014].

Correia, Maldonado (1994) "O Congresso de Viena: Fórum da Diplomacia Conservadora no Refazer da Carta Europeia" *Nação e Defesa*. 69, 37-66.

Derluigian, Gergi; Cipko, Serge (1997) "The Politics of Identity in a Russian Borderland Province: The Kuban Neo-Cossack Movement, 1989-1996" *Europe-Asia Studies*. 49(8), 1485-1500.

EFRRP: Embaixada da Federação da Rússia na República Portuguesa <http://www.embrussia.ru/informacao-geral> [17 de março de 2015].

Entrevista confidencial

Entrevistado 1.

Entrevista não confidencial Grechko, Yury (2015) Jornalista. Krasnodar: 05 de maio.

Entrevista não confidencial Khalilov, Timur (2015) Subdiretor do Centro das Comunidades Multinacionais de Krasnodar. Krasnodar: 21 de maio.

Entrevista não confidencial Morozova, Elena (2015) Professora. Krasnodar: 08 de maio.

Entrevista não confidencial Nikolaevich, Rakachev (2015) Professor. Krasnodar: 28 de abril.

Entrevista não confidencial Perenigko, Konstantin (2015) Diretor do Kuban Cossack Army. Krasnodar: 28 de abril.

Entrevista não confidencial Romanova, Ana (2015) Professora. Krasnodar: 14 de maio.

Entrevista não confidencial Samarkina, Irina (2015) Professora. Krasnodar: 08 de maio.

Entrevista não confidencial Semenenko, Irina (2015a) Professora. Krasnodar: 20 de maio.

Entrevista não confidencial Zhdanovsky, Alexander (2015) Diretor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais. Krasnodar: 29 de abril.

ER: Enciclopédia Russa <http://encyklopedia.pwn.pl/haslo/Rosja-Historia;4383802.html> [20 de fevereiro de 2015].

Fierke, K. M. (2007) *Critical Approaches to International Security*. Cambridge: Polity.

Fitjar, Rune (2010) "Explaining Variation in Sub-State Regional Identities in Western Europe" *European Journal of Political Research*. 49, 522-544.

Freire, Raquel (2011) “Federação Russa” in Freire, Raquel (org.) *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 149-169.

Freire, Raquel (2013) “Política Externa Russa: as dimensões material e ideacional nas palavras e nas ações” e- *cadernos CES 19 Novos Olhares Sobre o Espaço Pós- Soviético*, 7-30. <http://eces.revues.org/1554> [20 de março de 2015].

Freire, Raquel; da Vinha, Luís (2011), “Política Externa: Modelos, Atores e Dinâmicas” in Freire, Raquel (org.) *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 13-53.

Freire, Raquel; Simão, Licínia (2008) "As Eleições Presidenciais na Rússia: Continuidade na Mudança" *Occasional Paper 32, Instituto Português de Relações Internacionais*.

Gaspar, Carlos (2004) “O Stalinismo: as ditaduras contemporâneas em preparação” <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=38> [15 de fevereiro de 2015].

Greene, Samuel; Lipman, Maria; Ryabov, Andrey (2010) “Engaging History: The Problems & politics of memory in Russia”. in Greene, Samuel (ed.) *Engaging History: The Problems & politics of memory in Russia and Post-Socialist Space*. Working Papers No 2, Carnegie Moscow Center, 5-12.

Heller, Mikhail (1989) *Maquina e Parafusos: Como Endureceu o Homem Soviético*. Varsóvia: Pomost.

Heller, Regina (2012) “Subjectivity Matters: Reconsidering Russia’s Relations With the West” in Kanet, Roger; Freire, Raquel (eds.) *Russia and European Security*. Dordrecht: Republic of Letters Publishing, 45-78.

Hellfeld, Matthias (2011) “Congresso de Viena Restabeleceu Ordem Geopolítica na Europa” <http://www.dw.de/congresso-de-viena-restabeleceu-ordem-geopol%C3%ADtica-na-europa/a-4300789> [28 de fevereiro de 2015].

Hopf, Ted (1998) "The Promise of Constructivism in International Relations Theory" *International Security*. 23(1), 171-200.

Inac, Husamettin; Unal, Feyzullah (2013) "The construction of National Identity in Modern Times: Theoretical Perspective" *International Journal of Humanities and social Science*. 3(11), 223-232.

IPKR: Investment Portal of Krasnodar Region
<http://www.investkuban.ru/en/newslist/> [01 de janeiro de 2016].

Jorgensen, Knud (2004) "European Foreign Policy: Conceptualising the Domain" in Carlsnaes, Walter; Sjursen, Helena; White, Brian (eds) *Contemporary European Foreign Policy*. London: Sage Publishers, 32-56.

Kay, Sean (2006) *Global Security in the Twenty-first Century: The Quest for Power and the Search for Peace*. Lanham: Rowman & Littlefield Pubs.

Kenez, Peter (2007) *História da União Soviética*. Lisboa: Edições 70.

Kowalska, Wioletta (2010) "Between the Local, National and Global: The Problem of Regional Identities" *Limes*. 3(2), 161-169.
<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3846/limes.2010.16> [14 de maio de 2015].

Kremlin (2012) "Appoitment of Speial Presidential Representative for Abkhasia, 16 de Março de 2012" <http://en.kremlin.ru/acts/news/14792> [01 de maio de 2015].

Kremlin (2013) "Air Assault Caucasian Cossack Regiment Recieves Honorific Designation" <http://en.kremlin.ru/acts/news/18240> [09 de maio de 2015].

Laenen, Ria (2012) "Russia´s vital and exclusive National Interest in the Near Abroad" in Kanet, Roger; Freire, Raquel (eds.) *Russia and its Nears Neighbours*. Dordrecht: Republic of Letters Publishing, 17-38.

LAKK: Legislative Assembly of Krasnodar Kray <http://www.kubzsk.ru/> [24 de abril de 2015].

- Lebow, Richard (2008) "Identity and International Relations" *International Relations*. 22(4), 473-492.
- Likhacheva, Anastasia; Makarow, Igor (2014) *National Identity and the Future of Russia*. Moscow: Valdai.
- Lipman, Maria (2013) "Stalin is not dead: A legacy that holds back Russia" in Waal, Thomas (ed.) (2013) *The Stalin Puzzle: Deciphering Post-Soviet Public Opinion*. Moscow: Carnegie Endowment For International Peace, 15-28.
- Luks, Leonid (2011) "Debate: Was the emergence of Russian national identity merely a historical accident?" *Nationalities Papers*. 39(1), 135-140.
- Makarychev, Andrey (2014) *Russia and the EU in a Multipolar World: Discourses, Identities, Norms*. Stuttgart: Ibidem.
- Mankoff, Jeffrey (2010) "Russia's Revival" in Cavelti, Myriam; Mauer, Victor (eds.) *The Routledge Handbook of Security Studies*. London: Routledge, 349-358.
- Markedonov, Sergey (2005) "Ethnopolitical Processes in the Rostov Region, the Krasnodar and Stavropol Territories: Problems, Contradictions and Propects" *Central Asia and the Caucasus*. 2-32, 139-148.
- Mason, Susan (2013) "Regional Influence on Political Identity: Canadian and US Urban Comparisons" *Canadian Journal of Urban Research*. 22(2), 18-44.
- McCauley, Martin (1993) *The Soviet Union 1917-1991*. New York: Longman.
- McSweeney, Bill (2010) *Security, Identity and Interests: A Sociology of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moskwa, Dagmara (2014) "The influence of the Russian Federation's Historical Policy on the Identity of the Modern Russian Society" <http://eprints.oa.edu.ua/2752/1/20.pdf> [25 de março de 2015].
- Neumann, Iver (1996) *Russia and the Idea of Europe: A study in identity and international relations*. London: Routledge.

Neumann, Iver (2010) "National Security, Culture and Identity" in Cavelti, Myriam; Mauer, Victor (eds.) *The Routledge Handbook of Security Studies*. London: Routledge, 95-104.

Nogueira, João; Messari, Nizar (2005) *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Elsevier Editora.

Oliveira, Pedro (ed.) (2013) *O fim da URSS, a nova Rússia e a crise das esquerdas*. Lisboa: XI CURSO LIVRE DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA "O FIM DA URSS, Vinte Anos Depois". Edições Colibri.

Paasi, Anssi (2003) "Region and place: regional identity in question" *Progress in Human Geography*. 27(4), 475-485.

Paasi, Anssi (2009) "The resurgence of the Region and Regional Identity: theoretical perspectives and empirical observations on regional dynamics in Europe" *Review of International Studies*. 35, 121-146.

Pavleeva, Elena (2011) "Russian National Identity: Beyond "Empire" versus "Nation" Dichotomy" *The Annual of Language & Politics and Politics of Identity*. 5, 41-56.

Pollack, Marck (2000) "International Relations Theory and European Integration". *Robert Schuman Centre for Advanced Studies Working Paper 2000/55*. San Domenico, Italy.

PSEKR: Portal of the State's Executives of the Krasnodar Region <http://krasnodar.ru/en/content/449/show/32838/> [8 de abril de 2015].

Pureza, José (2009) Unidade Curricular de Construções Teóricas da Paz. Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Putin, Vladimir (1999) "Russia at the Turn of the Millennium" in Melville, Andrei; Shakleina, Tatiana (eds.) (2005) *Russian Foreign Policy in Transition: Concepts and Realities*. Budapest: Central European University Press, 221-234.

Raevskaya D. G. (2005) *Who is Who in Southern Federal District Krasnodar Krai*. Krasnodar: NP South-Russian Center of Biographical Dictionaries.

Rego, Helena (1999) *A Nova Rússia*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Reitschuster, Boris (2005) *Putin. Para Onde Leva a Rússia*. Varsóvia: Swiat Ksiazki.

RFE/RL: Radio Free Europe: Radio Liberty (2015) "World Leaders To Russia For WW II Parade" <http://www.rferl.org/content/russia-victory-day-parade/27003579.html> [12 de maio de 2015].

RFFSSS: Russian Federation - Federal State Statistic Service http://www.gks.ru/wps/wcm/connect/rosstat_main/rosstat/en/main/ [01 de março de 2015].

RNC: Russian National Census (2010) http://www.gks.ru/free_doc/new_site/perepis2010/croc/perepis_itogi1612.htm [01 de maio de 2015].

Roberts, Geoffrey (2010) *Guerras do Stalin*. Varsóvia: Swiat Ksiazki.

RT: Russiapedia <http://russiapedia.rt.com/basic-facts-about-russia/administrative-division/> [14 de março de 2015].

Ryabov, Andrey (2010) "Historical Politics and its variations in the Post-Socialist Space". in Greene, Samuel (ed.) *Engaging History: The Problems & politics of memory in Russia and Post-Socialist Space*. Working Papers No 2, Carnegie Moscow Center, 51-53.

Sakwa, Richard (2008) "New Cold War or twenty years crisis? Russia and International Politics" *International Affairs*. 84(2), 241-267.

Sakwa, Richard (2012) "The Cold Peace: Making Sense of Russia's Relationship with the west" in Kanet, Roger; Freire, Raquel (eds.) *Russia and European Security*. Dordrecht: Republic of Letters Publishing, 17-35.

Sedelmeier, Ulrich (2004) "Collective Identity" in Carlsnaes, Walter; Sjursen, Helena; White, Brian (eds.) *Contemporary European Foreign Policy*. London: Sage Publishers, 123-140.

Semenenko, Irina (2013) "The Quest for Identity. Russian Public Opinion on Europe and the European Union and the National Identity Agenda" *Perspectives on European Politics and Society*. 14(1), 102-122. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15705854.2012.732396> [14 de janeiro de 2015].

Semenenko, Irina (2015b) "Ethnicities, Nationalism and the Politics of Identity: Shaping the Nation in Russia" *Europe-Asia Studies*. 67(2), 306-326. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09668136.2014.1002681> [20 de maio de 2015].

Sérgio, Manuel (1994) *Para uma epistemologia da motricidade humana*. Lisboa: Compendium.

Soltani, Fakhreddin (2014) "Levels of Analysis in International Relations and Regional Security Complex Theory" *Journal of Public Administration and Governance*. 4(4), 166-171.

Tishkov, Valery (2008) "The Russian People and Identity: Ways to Form a Civic Nation" *Russia in Global Affairs*. 6(3), 172-180.

Toge, Hege (2006) "Cossack Identity in the New Russia: Kuban Cossack Revival and Local Politics". *Europe-Asia Studies*. 58(7), 1057-1077.

Viana, Nildo (2010) "A Revolução Russa de 1905 e os Conselhos Operários" *Florianópolis*. 4, 42-58.

- Wang, Ying (2009) "On the Significance of Culture Construction of European Identity" *Review of European Studies*. 1(2), 152-155.
- Weldes, Jutta (1996) "Constructing National Interests" *European Journal of International Relations*. 2, 276-318.
- Wendt, Alexander (1992) "Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics" *International Organization*. 46(2), 391-425.
- Wendt, Alexander (2007) *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- White, Brian (2004) "Foreign Policy Analysis and the New Europe" in Carlsnaes, Walter; Sjursen, Helena; White, Brian (eds.) *Contemporary European Foreign Policy*. London: Sage Publishers, 11-31.
- Willett, Joanie (2013) "National Identity and Regional Development: Cornwall and the Campaign for Objective 1 Funding" *National Identity*. 15(3), 297-311. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14608944.2013.806890> [14 de janeiro de 2015].

7. ANEXOS

7.1. I - Modelo das entrevistas utilizado

Relations between Regional Identity Foreign Policy and Security in Krasnodar Kray

Name, profession, place and date of the interview?

Were you born in this region? Did you study here? Have you studied or worked in other places in Russia? If your answer is yes, please name the regions. Limit the answers to 3 options – the regions which were most important to you.

In what ways can the Krasnodar regional identity be differentiated from the other regions of RF? Or what is the main factor that defines Krasnodar Krai identity?

Given that the region is a locality of considerable ethnic diversity, do you agree with the statement that there is a sense of common identity in Krasnodar?

One of the main icons of the region seems to be the Cossack Community. To what extent do its history, tradition and customs influence the population of Krasnodar Krai as a whole? Do you think it strengthens the regional identity?

The Kuban Cossack Army (KCA) is a well respected institution within the region and at the national level as well. How is it structured regarding its members and the hierarchy of the Nation's Armed Forces? How does it contribute to regional security?

Is religion a factor of great importance to the definition of the Russian identity, as well as its values and culture? Concerning this region do you think that its influence is stronger among older people? How do younger generations perceive this issue? And, do you agree that religion may unite or divide people regardless of their ethnic differences? If your answer is yes, please explain your opinion.

The Krasnodar Kray has great economic potential. What are the economic areas that have contributed most to the GDP? Can this potential be seen as an important factor in the maintenance of regional and national stability?

The economic stability and strategic position of the region are the main factors that attract foreign investment and trade. Do you agree? Do you think that foreign investment and trade can contribute to the improvement of regional security?

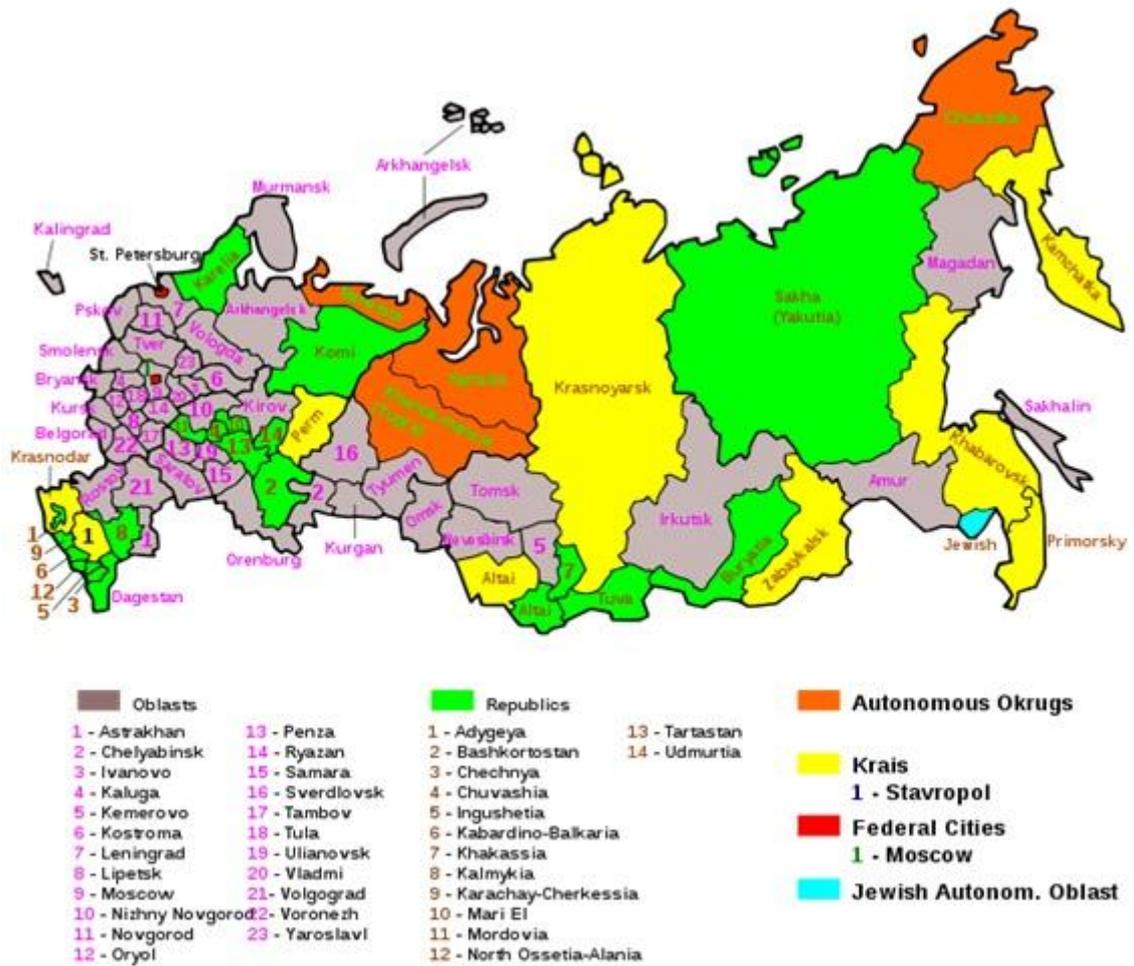
Do you think that the political leadership of the region has been playing an important role in the construction of regional identity?

Do you think that a strong regional identity can influence the decision-making process concerning policies at the national level? If your answer is yes please explain?

What is your perception of modern Russia? Do you think that culturally Russia is moving closer to Europe or to Asia? Justify your answer. And what about Krasnodar Region?

Finally what is the tradition or custom who is more common to all Russian citizens?

7.2. II - Mapa da Federação Russa



Fonte: <https://agnuruanda13minionu.files.wordpress.com/2012/10/mapa-russia.jpg>